



**UNIVERSIDADE SALGADO DE OLIVEIRA
PRÓ-REITORIADE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM HISTÓRIA**

JOSÉ CARLOS MAYRINK DA COSTA

**A CGI COMO INSTRUMENTO DE “COMBATE” À CORRUPÇÃO DURANTE A
DITADURA CIVIL-MILITAR (1968-1978): O CASO DE MIRACEMA E A
DISPUTA DOS PROJETOS DE MEMÓRIA POR ESSE PERÍODO**

Niterói

2020

JOSÉ CARLOS MAYRINK DA COSTA

**LINHA DE PESQUISA
POLÍTICA, MOVIMENTOS SOCIAIS E MEMÓRIA**

**A CGI COMO INSTRUMENTO DE “COMBATE” À CORRUPÇÃO DURANTE A
DITADURA CIVIL-MILITAR (1968-1978): O CASO DE MIRACEMA E A
DISPUTA DOS PROJETOS DE MEMÓRIA POR ESSE PERÍODO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira, Campus Niterói, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Vivian Zampa

Niterói

2020

Ficha Catalográfica

CIP - Catalogação na Publicação

C837 Costa, José Carlos Mayrink da.
A CGI como instrumento de “combate” à corrupção durante a ditadura civil-militar (1968-1978): o caso de Miracema e a disputa dos projetos de memória por esse período. / José Carlos Mayrink da Costa. -- Niterói, RJ, 2020.
x, 10-120p.
[Numeração da publicação: [i] –x, 10-120].
Referências: P. 113-120.

Orientadora: PhD. Vivian Cristina da Silva Zampa.
Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Salgado de Oliveira, 2020.

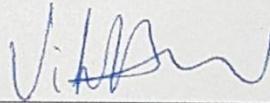
1. Ditadura – História – 1968-1978. 2. Ditadura – Corrupção - Miracema.
3. Ditadura – Comissão Geral de Investações (CGI). I. TÍTULO.
CDD 981.053

Elaborado pela Biblioteca Rachel de Queiroz, com os dados fornecidos pelo (a) autor (a), sob a responsabilidade de Sirléia Rodrigues de Mattos - CRB-7/5230.

JOSÉ CARLOS MAYRINK DA COSTA

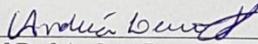
**“A CGI COMO INSTRUMENTO DE “COMBATE” À CORRUPÇÃO
DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR (1968-1978): O CASO DE
MIRACEMA E A DISPUTA DOS PROJETOS DE MEMÓRIA POR ESSE
PERÍODO”**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em História, aprovada no dia 24 de setembro de 2020 pela banca examinadora, composta pelos professores:



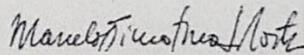
Prof.^a Dr.^a Vivian Cristina da Silva Zampa

Professora do PPGH em História da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO)



Prof.^a Dr.^a Andrea Lemos Xavier Galucio

Professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)



Prof. Dr. Marcelo da Silva Timotheo da Costa

Professor do PPG em História da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO)

Resumo

Esta dissertação tem como principal finalidade discutir como os grupos que estiveram à frente do Golpe de 1964 e da posterior ditadura civil-militar instaurada elaboraram um discurso de combate à corrupção e à subversão política como forma de legitimar a sua intervenção e permanência no poder por 21 anos no Brasil. Nesse sentido, a política de “combate” à corrupção e à subversão se deu oficialmente por meio da criação de duas Comissões Gerais de Investigação (CGI), a primeira constituída em 1964 e a segunda em 1968. Tais órgãos tinham a função de investigar e punir supostos corruptos e subversivos. Há indícios, porém, de que essas comissões eram seletivas, devido a interferências políticas no exercício de suas atribuições. Em torno desta análise, de forma recortada, abordaremos o caso de Miracema, onde o ex-prefeito da cidade foi denunciado e processado pela CGI, ao nosso ver, sobretudo por motivações políticas. Nesta perspectiva, discutiremos como a ideia que associa a instituição militar à moralidade, consolidada a partir do golpe, permanece presente em nossa sociedade, por meio da disputa de projetos de memória sobre o período em discussão.

Palavras-chave: Ditadura civil-militar; Memória; Corrupção; Comissão Geral de Investigações.

Abstract

The main purpose of this dissertation is to discuss how the groups that were in charge of the 1964 Coup and the subsequent civil-military dictatorship created a discourse to fight corruption and political subversion as a way of legitimizing their intervention and remaining in power for 21 years in Brazil. In this sense, the policy of “fighting” corruption and subversion took place officially through the creation of two General Investigation Commissions (CGI), the first constituted in 1964 and the second in 1968. These bodies had the function of investigating and punish alleged corrupt and subversive. There is evidence, however, that these commissions were selective, due to political interference in the exercise of their duties. Around this analysis, in a clipped way, we will approach the case of Miracema, where the former mayor of the city was denounced and prosecuted by CGI, in our view, mainly for political reasons. In this perspective, we will discuss how the idea that associates the military institution with morality, consolidated from the coup, remains present in our society, through the dispute of memory projects about the period under discussion.

Keywords: Civil-military dictatorship; Memory; Corruption; General Investigations Committee.

Dedicatória

Às minhas filhas Dandara e Manuela.

Agradecimentos

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em História da UNIVERSO e aos seus professores e funcionários.

Aos professores Doutores Marcelo da Silva Timotheo da Costa e Jayme Lucio Fernandes Ribeiro, por participarem da banca de qualificação e proporcionarem reflexões que contribuíram para esta pesquisa.

À professora Doutora Andreia Lemos Xavier Galucio que, junto com o professor Marcelo da Silva Timotheo, participou da banca de defesa desta Dissertação.

Também agradeço a minha orientadora, professora doutora Vivian Zampa, pelo tempo dedicado, apoio, incentivo e ponderações, que possibilitaram a compreensão de pontos relevantes que auxiliaram no desenvolvimento desta pesquisa.

Externo a minha gratidão, como não poderia deixar de ser, aos meus pais, por estarem sempre deferindo palavras motivadoras ao longo desses mais de dois anos de mestrado.

Não poderia esquecer de prestar a minha gratidão ao amigo/irmão, Alexandre Silva da Cunha, que esteve ao meu lado com o seu companheirismo, desde o meu ingresso na UNIVERSO até o presente momento.

Quero agradecer, da mesma forma, à papelaria e *lan house* “Alô Papel”, principalmente ao proprietário Paulo Fernando, e ao funcionário Binho, por terem contribuído com toda a logística necessária para a produção desta dissertação.

Agradeço, ainda, ao Sr. Marcelo Salim de Martino, Chefe da Divisão de Patrimônio e Tombamento da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo – Arquivo do Centro Cultural Melchiades Cardoso, da cidade de Miracema, por ter, gentilmente, fornecido documentos que foram fundamentais para a comprovação das hipóteses iniciais desta pesquisa.

Por fim, deixo meus agradecimentos, ao escritor do livro de memórias de Altivo Linhares, Sr. Mauricio Monteiro, por ter aceitado conversar a respeito da biografia do ex-prefeito. As informações prestadas foram de suma importância para uma compreensão do contexto político do município de Miracema antes e depois do golpe civil-militar que depôs João Goulart em 1964 e, portanto, para esta Dissertação.

Abreviaturas

AI – Ato Institucional

AP – Ação Popular

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

CEIs – Comissões Especiais de Inquérito

CEMDP – Comissão Especial de Mortos e Desaparecido Políticos

CESE – Coordenadoria Ecumênica de Serviços

CGI – Comissão Geral de Investigações

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DOI-Codi – Destacamentos de Operações de Informações – Centros de Operações de Defesa Interna

ESG – Escola Superior de Guerra

FAB – Força aérea Brasileira

FGV – Fundação Getúlio Vargas

IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática

IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IPES – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

PIB – Produto Interno Bruto

PL – Partido Libertador

Pr – Paraná

PSD – Partido Social Democrático

PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

RJ – Rio de Janeiro

SCGI – Subcomissão Geral de Informações

SNI – serviço Nacional de Informações

STF – Supremo Tribunal Federal

UDN – União Democrática Nacional

UNE – União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

Introdução	10
Capítulo I - GOLPE CIVIL-MILITAR E HISTORIOGRAFIA	17
1.1. O debate dos anos 1970 e 1980.....	17
1.2. A influência dos estudos do CPDOC e a tese “radicalização política” na historiografia dos anos 1990 e 2000.....	21
1.3. Historiografia marxista e o debate sobre a corrupção neste período.....	32
Capítulo II - “A ATUAÇÃO DA COMISSÃO GERAL DE INVESTIGAÇÕES NO COMBATE À CORRUPÇÃO”	45
2.1. Projetos e partidos políticos entre a redemocratização e a ditadura civil militar.....	45
2.2. A Primeira Comissão Geral de Investigações.....	56
2.3. A Segunda Comissão Geral de Investigações.....	60
Capítulo III - “A DISPUTA DE PROJETOS DE MEMÓRIA PELA DITADURA CIVIL-MILITAR”	81
3.1. Memórias: entre o oficial e o subterrâneo	82
3.2. Revistas <i>Fórum</i> e <i>Clube Naval</i> : memórias em disputa	89
Conclusão	107
Fontes	114
Referências Bibliográficas	115

INTRODUÇÃO

A presente Dissertação de Mestrado tem como finalidade analisar a política de “combate” à corrupção e à subversão, adotada pelos governos civis-militares, por meio especialmente da Segunda Comissão Geral de Investigações no caso do ex-prefeito da cidade de Miracema, Altivo Linhares, em 1969. Linhares foi processado por corrupção e tido como opositor ao regime ditatorial, devido tanto a sua experiência como prefeito em uma aliança com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) quanto a uma trajetória política relacionada a esse partido que foi recuperada. Tendo como base esse estudo de caso, discutiremos como a ideia que associa a instituição militar à moralidade, consolidada a partir do golpe, permanece presente em nossa sociedade através de uma disputa sobre a memória do período em discussão.

A partir de 1964, os militares, em um golpe apoiado por segmentos da sociedade civil, iniciaram o período da nossa história denominada por parte de historiografia como ditadura civil-militar. O conceito de ditadura civil-militar que adotamos tem como base teórica a visão do brasilianista René Dreifuss, apresentada em sua obra intitulada *A conquista do Estado*. Para o autor, “Apesar de a administração pós-64 ser rotulada de ‘militar’ por muitos estudiosos da política brasileira, a predominância de civis, como os chamados técnico empresários, que ocupavam cargos burocráticos em ministérios e nos órgãos administrativos tradicionalmente não-militares, é bastante notável.”¹

Cabe assinalar que esse período foi marcado, no que se refere à esfera político-social, pela repressão, pela violência, pela falta de liberdade de expressão e pela ausência de democracia. Nessa época houve o revezamento de militares no cargo de presidente do Brasil, eleitos de forma indireta. Eles conduziam o país baseados, principalmente, em duras políticas de censura. Os chamados Atos Institucionais, que limitavam as possibilidades de comunicação e expressão, estimulavam a perseguição política e acabam com vários direitos constitucionais. Esses atos eram decretos e normas que se colocaram acima da Constituição

¹ DREIFUSS, René Armand. *A conquista do Estado*. Ação política, poder e golpe de. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1986, p. 417.

vigente, mesmo depois dos governantes outorgarem sua própria Constituição ditatorial, a de 1967.²

O regime de ditadura civil-militar no Brasil teve vigência entre os anos de 1964 a 1985. O período começou com um golpe, realizado no dia 31 de março de 1964. Nesse golpe, o presidente João Goulart foi deposto de seu cargo, sendo substituído pelo Marechal Humberto Castelo Branco, que assumiu a presidência do país. As justificativas para o golpe variam de acordo com a visão de cada pesquisador, resultando em um intenso debate historiográfico a respeito dessa questão.³

Logo após o golpe, os militares estabeleceram o Ato Institucional número 1, ou AI-1, que apresentava 11 artigos que faziam mudanças na Constituição, anulando os mandatos legislativos e limitando os direitos políticos por 10 anos. Esse ato também foi responsável por implantar as eleições indiretas para presidente no país.⁴

A ditadura civil-militar acabou em 1985, com a eleição indireta do primeiro presidente civil pós-abertura política, o mineiro Tancredo Neves, iniciando, assim, um período da história do Brasil chamado de Nova República.⁵ Mais de cinco décadas após o fim do regime militar, todavia, ainda existem projetos de memória em disputa sobre o período, onde atores políticos recorrem a esse passado para legitimar um projeto de sociedade que se desejam construir no presente.

Nesse sentido, temos percebido que vozes de movimentos sociais, como por exemplo “SOS Forças Armadas”, se levantaram com mais intensidade, a partir da Operação Lava-Jato, iniciada em março de 2014, a favor de uma intervenção militar na política como forma de pôr fim aos sucessivos escândalos de corrupção envolvendo tal classe. Conforme podemos constatar na declaração de Renato Tamoio (líder do SOS Forças Armadas) durante uma manifestação contra a então presidente Dilma, em São Paulo, em 2015:

² D' ARAÚJO, Maria Celina. *O AI-5. Fatos e Imagem: artigos ilustrados de fatos e conjunturas do Brasil*. Disponível em: <<<https://cpdoc.fgv.br/FatosImagens>, acesso em 04.09.2020>>

³ BADARÓ, Marcelo Mattos. “O governo João Goulart: novos rumos da produção historiográfica”. *Revista Brasileira de História*, vol.28, núm. 55, janeiro-junho. 2008, pp. 245-263. Associação Nacional de História. São Paulo, Brasil. BADARÓ, Marcelo Mattos. Os trabalhadores e o golpe de 1964: um balanço da historiografia. In: *Revista História e Luta de Classes*, Ano 1, Edição nº 1, Abril 2005, p. 9.

⁴ Ato Institucional – Planalto. Disponível em: <www.planalto.gov.br/AIT> ait-01-64>. Acesso em: 18.03.2019.

⁵ Segundo o historiador Enrique Serra Padrós: “Sempre se colocou essa data como ‘ponto de partida’ para a superação da cronologia da ditadura”. Cf.: PADRÓS, Enrique Serra. EDITORIAL J. Aniversário da redemocratização gera debate sobre datas. Disponível em: <www.editorialj.eusoufamecos.net/reflita>. Acesso em: 24.11.2018

(...) a intenção de todos os grupos é tirar o Partido dos Trabalhadores do governo, mas apenas isso não é o suficiente para mudar o país para melhor, pois somente um governo militar temporário poderia organizar as instituições políticas. Tanto impeachment como renúncia, na nossa ótica não funcionam. Fazendo um resumo simples, é o mesmo que ter um galpão cheio de ratos e ir lá tirar a ratazana. Não adianta. No nosso entendimento. A intervenção vem para fazer uma limpa e começar a vida política do zero. Está tudo aparelhado. Não acreditamos nas instituições que estão aí. As pilastras que sustentam a democracia estão corroídas. A corrupção foi instituída pelo PT e por todos os partidos que dão suporte a ele.⁶

Segundo o historiador Carlos Fico, esse discurso, que tenta justificar uma intervenção militar na política em nome de um combate à corrupção, nos remete a uma das justificativas usadas para o Golpe 1964.⁷ Nesse sentido, cabe citar uma reportagem do Jornal *A Gazeta*, publicado em outubro de 2017, que vai ao encontro da ideia recorrente de que toda vez que uma suposta “desordem” ameaça os rumos políticos do Brasil, se faz necessária uma intervenção militar na política, para se colocar o país novamente “nos trilhos”.

Recentemente, o tema ganhou corpo quando o general Antônio Hamilton Mourão, Secretário de Economia e Finanças do Exército, no dia 19 de setembro de 2017, ao proferir uma palestra promovida por um grupo da maçonaria em Brasília, disse que, seus companheiros do alto Comando do Exército, avaliam que uma intervenção militar poderá ser praticada se o Poder Judiciário não solucionar o problema político. A referência era a grande leva de representantes políticos envolvidos em escândalos de corrupção. Sem detalhar, o general disse também que: “o Exército já teria planejamentos muito bem feitos”, sobre a iniciativa.⁸

O discurso acima reforça o pensamento referente à missão das Forças Armadas como guardiãs da ordem e da moralidade política. Tal discurso, faz parte da construção de uma memória, defendida por grupos conservadores, que associam a imagem dessas instituições militares aos aspectos morais virtuosos.

Segundo Daniel Aarão Reis Filho, as discussões em torno da memória coletiva e do esquecimento são muito importantes para realizar questionamentos acerca de um tema que envolve complexas relações de poder. Segundo ele: “a memória é assim: substitui evidências

⁶ *Líderes de atos divergem sobre pedido de intervenção militar* – Terra, 18/02/2015, por Paulo Pinto. In: www.terra.com.br. Acesso em: 28.03.19.

⁷ FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e Polícia Política. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 149.

⁸ VALFRÉ, Vinicius. Intervenção militar: democracia em alerta, *Gazeta online*, 08/10/2017. Disponível em: www.gazetaonline.com.br. Acesso em: 20.03.2019.

por interesses”.⁹ Sobre essa questão, Le Goff compreende que tal como a história, a memória é lugar e objeto de disputa nas relações de poder em confronto na realidade social.¹⁰

A partir dessas dimensões, fizemos o seguinte questionamento: quais seriam os interesses intrínsecos dos grupos sociais que formulam e propagam uma memória da ditadura civil-militar como uma época de plena moralidade política, silenciando-se em relação às evidências de diversos casos de corrupção ocorridos nesse mesmo período?

Considerando essa questão, surgiu o nosso interesse em pesquisar a temática relativa ao combate à corrupção durante a ditadura civil-militar, tendo como objeto de pesquisa a atuação da segunda Comissão Geral de Investigação (CGI), órgão oficial do governo que atuou de 1968 a 1979, com as funções de investigar e punir os casos de corrupção e subversão. A partir dessa perspectiva, nosso objeto suscitou as seguintes problematizações: a CGI era eficaz e imparcial ou sofria interferências políticas ao atuar no combate à corrupção? Como a CGI operou no caso específico de Altivo Linhares, um ex-prefeito da cidade de Miracema, no estado do Rio de Janeiro, com uma trajetória política marcada por experiências junto ao trabalhismo, a Vargas e ao PSD, de forma oposta ao projeto político dos militares no período?

Durante a elaboração do projeto foi pensado como objetivo geral contribuir, dentro da linha de pesquisa “Política, Movimentos Sociais e Memória”, para a análise da atuação da segunda Comissão Geral de Investigação (CGI), visando correlacionar a ideia de “combate” à corrupção, construída durante a ditadura civil-militar, com a disputa de projetos de memória atual por esse período. E, como objetivos específicos: problematizar o golpe civil-militar de 1964 e os governos militares, a partir da discussão das principais interpretações historiográficas desse período; refletir a respeito da atuação da 2ª CGI como órgão oficial do governo para o combate à corrupção, a partir do caso do ex-prefeito de Miracema Altivo Linhares em 1969; e analisar os projetos de memória em disputa pelo período da ditadura civil-militar brasileira, a partir do recorte dos 50 anos do golpe/revolução de 1964.

Ao longo da pesquisa, procuramos verificar uma primeira hipótese, segundo a qual o golpe militar de 1964, que depôs o presidente João Goulart, foi oriundo da luta de classes, que envolveu diferentes grupos da sociedade brasileira, e que estava inserido no contexto da

⁹ REIS, Daniel A.; MOTTA, Rodrigo P. Sá [orgs.]. *A Ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar. 2014, p.15.

¹⁰ LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.

Guerra Fria. Como segunda hipótese trabalhamos com a perspectiva de que a segunda Comissão Geral de Investigações inquiriu a fundo os denunciados que foram considerados pelo regime civil-militar como opositores, tais como Altivo Linhares, tendo abrandado as investigações pertinentes aos que eram considerados aliados. Tal fato se deu devido a influências políticas externas e internas que a comissão sofria no exercício de sua função. E, por fim, tomamos como última hipótese que, na atual disputa por projetos de memória sobre a ditadura civil-militar brasileira, grupos sociais conservadores defendem que tal época foi marcada pelo efetivo combate à corrupção.

Para o desenvolvimento da pesquisa proposta, utilizamos uma bibliografia específica e um conjunto de fontes, considerando os objetivos específicos de cada um de nossos três capítulos, a saber: no primeiro, o debate historiográfico sobre o golpe de 1964 e sobre o regime ditatorial posteriormente instaurado; no segundo, documentos produzidos pela segunda CGI na investigação de suspeitos da prática de corrupção; e, no terceiro, a análise de duas revistas, *Revista Fórum* e *Revista do Clube Naval*, com posições ideológicas diferentes sobre os 50 anos pós-1964, visando uma reflexão sobre a disputa, por parte de grupos sociais da atualidade, pela memória do referido período.

A Dissertação, como fora indicado acima, está dividida em três capítulos. No primeiro, *Golpe civil-militar e Historiografia*, desenvolvemos uma discussão a respeito do golpe e da ditadura implantada em 1964, a partir, sobretudo, da análise de autores como Adriano de Freixo, Angela de Castro Gomes, Argelina Figueiredo, Caio Navarro de Toledo, Carlos Fico, Demian Bezerra de Melo, Daniel Aarão Reis Filho, Enrique Serra Padrós, Elio Gaspari, Glaucio Ary Soares, Jacqueline Ventapane, Marcelo Mattos Badaró, Marcelo Ridenti, Marieta Morais Ferreira, Moniz Bandeira, Oswaldo Munteal, Otávio Ianni, Paulo Roberto Krüger, Pedro Henrique Pereira Campos, René Dreifuss e Ruy Marini, entre outros.¹¹ Por meio desta discussão, trabalhamos as diferentes interpretações referentes a questões como a motivação para o golpe e os rumos que a sociedade tomou a partir da eclosão do mesmo. Tal debate também serviu para justificar a opção de análise dessa época, a partir da dimensão marxista.

No segundo capítulo, *A atuação da Comissão Geral de Investigações no “combate” à corrupção*, discutimos a criação, o funcionamento e, principalmente, a forma de atuar da

¹¹ Autores citados seguindo a ordem alfabética.

2ª CGI sobretudo com relação aos seguintes aspectos: a forma de controle social e a interferência política que sofria poder executivo federal no exercício de suas atribuições. Para tal, utilizamos como fontes os documentos produzidos pela Comissão em seu processo investigativo referente aos denunciados por corrupção. Dentre o universo de processos por nós pesquisados, selecionamos um caso que consideramos emblemático, por agrupar acusações em que a opção ideológica do acusado teve um peso relevante no desenrolar das investigações. Trata-se do processo 36/1969, que envolvia o ex-prefeito da cidade de Miracema-RJ, Altivo Linhares, visto como opositor ao regime ditatorial, devido ao seu passado getulista e também por ter sido eleito em sua última gestão à frente do município (1959-1963), por meio de uma coligação entre o seu partido (PL) e o PTB do então presidente João Goulart.

No terceiro capítulo *A disputa de projetos pela memória da ditadura civil-militar* fizemos uma reflexão sobre o projeto de memória construído ao longo da ditadura civil-militar, ainda existente em nossa sociedade, e a contraposição ao mesmo, por parte de grupos sociais considerados progressistas. O método que utilizamos para trabalhar a “memória oficial” e a “memória subterrânea” sobre a ditadura, se deu por meio da análise e problematização de duas revistas editadas em 2014 (*Revista Fórum* e *Revista do Clube Naval*),¹² ano que marcou a efeméride das cinco décadas da deposição do presidente João Goulart. Tais revistas foram escolhidas como fontes considerando suas matizes ideológicas totalmente distintas, ou seja, por representarem ideias associadas a grupos político-sociais antagônicos. Sendo a primeira de viés progressista e a segunda conservador.

Sobre as concepções teóricas que orientaram nossos capítulos, destacamos algumas que consideramos essenciais. Primeiramente, cabe assinalar que utilizamos o conceito de luta de classes para explicar a motivação principal para o golpe de 1964. Segundo Marx e Engels, a luta de classes seria o motor que move a história, sendo o conflito algo inerente as sociedades em que a relação entre classes estivesse pautada na exploração e na desigualdade social.¹³ Junto à discussão teórica sobre a luta de classes, entendida como essencial para o golpe civil militar de 1964, trabalhamos o conceito de corrupção, tendo em vista que este

¹² *Revista Fórum*. Sociedade civil: 50 anos na luta contra a ditadura. Disponível em: <<https://www.revistaforum.com.br/sociedade-civil-ha-50-anos-na-luta-contraditadura/amp/>>. Acesso em: 13.04.2019.

¹³ MARX, K; ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*, 1848. Porto alegre: L&P, 2009, p. 34.

ponto se constituiu num dos motivos alegados pelos golpistas para justificar a deposição de Jango e, também, devido a análise que fizemos a respeito da atuação da 2ª CGI, que foi criada com o objetivo, pelo menos oficial, de combater o enriquecimento ilícito de funcionários públicos. Considerando o recorte acima, conceituamos corrupção como: “(...) fenômeno pelo qual um funcionário público é levado a agir de modo diverso dos padrões normativos do sistema, favorecendo interesses particulares em troca de recompensa”.¹⁴

Para “combater” os suspeitos de envolvimento em atos ilícitos, a CGI utilizou-se muito mais de uma intimidação autoritária, do que um processo formal contra os mesmos.¹⁵ Essa forma de atuar, ao nosso entender, pode ser pensada a partir da fundamentação conceitual do chamado panoptismo foucaultiano, segundo o qual se criaria nas pessoas a sensação de uma vigilância “invisível” permanente.¹⁶

Por fim, cabe pontuar que, tendo em vista a problemática e os objetivos traçados para a Dissertação, compreendemos que a mesma possui significativa relevância, pois ao estudarmos o “combate” à corrupção, ocorrido no período de ditadura civil-militar, estaremos cooperando para o debate acerca dos projetos de memória ainda em disputa na atualidade, referentes a esse período. Acreditamos, assim, que o conhecimento produzido por meio de nossa pesquisa poderá colaborar como um “subsídio” a mais para pensarmos este período, tanto no campo da história acadêmica quanto no âmbito da sociedade, à medida em que o trabalho seja publicado e de alguma forma publicizado, com vistas a contribuir para um debate político maior.

¹⁴ INCISA, Ludovico. Corrupção BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*. 11ª ed., vol. 1 Brasília: UNB, 1998, p. 291.

¹⁵ FICO, *Como eles agiam...*, p.158.

¹⁶ FOUCAULT, Michel. O Panoptismo. In.: *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Trad. Raquel Ramallete. 39 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001, p.192.

CAPÍTULO I – GOLPE CIVIL-MILITAR E HISTORIOGRAFIA

1.1 O debate dos anos 1970 e 1980

A partir de 1964, os militares, por meio de um golpe apoiado por segmentos da sociedade civil, iniciaram o período da história do Brasil, denominado por parte de historiografia como ditadura civil-militar.¹⁷ Acreditamos que o tema a ser desenvolvido na dissertação, a saber: *A atuação da CGI no “combate” à corrupção durante a ditadura civil-militar e a disputa por sua memória possui* relevância para a historiografia, tendo em vista que, apesar da extensa produção acadêmica sobre essa época, não há muitos estudos a respeito da atuação da Comissão Geral de Investigações (CGI), órgão criado pelos governos militares. A primeira CGI surgiu durante a presidência de Castelo Branco (1964) e a segunda, em 1968, oriunda de um Decreto-Lei do presidente Costa e Silva, com um objetivo diretamente relacionado a uma das justificativas usadas para o golpe civil militar: o combate à corrupção. Para isso, foi dada à Segunda Comissão Geral de Investigação (1968-1978), a função de investigar e punir os casos de enriquecimento ilícito de funcionários públicos da administração direta e indireta, podendo os mesmos terem os seus bens, sumariamente, confiscados, caso fossem “comprovadas” ilicitudes durante o processo investigativo.¹⁸

Compreendemos que nosso objeto de pesquisa, a segunda CGI, constitui-se em um importante instrumento para uma melhor compreensão sobre as origens que movem a disputa atual pela memória desse período. Ou seja, por meio de uma reflexão sobre a diretriz política - teórica e prática – desta CGI, objetivamos chegar à “chave” que nos conduzirá a gênese das visões – “memória oficial” e “memória subterrânea”¹⁹ – que “duelam” hoje. Para uma melhor compreensão sobre o período e as diferentes interpretações que o cercam, nesse primeiro capítulo faremos uma discussão sobre as principais vertentes historiográficas a respeito do tema ditadura civil-militar brasileira. Consideramos que tal balanço será útil, como forma de justificar a necessidade de nossa pesquisa, por se tratar de um assunto – como já dissemos anteriormente – ainda pouco explorado pela academia.

Segundo Carlos Fico, até os anos 1980, os debates teóricos sobre os regimes militares da América Latina, incluindo o brasileiro, se davam a partir de modelos interpretativos gerais

¹⁷ DREIFUSS, René Armand. *A conquista do Estado*. Ação política, poder e golpe. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1986, p. 417.

¹⁸ Comissão Geral de Investigação – Dibrarq. Disponível em: <dibrarq.arquivonacional.gov.br>. Acesso em: 05.01.2019.

¹⁹ POLLAK, *Memória...*, p.3.

e ocorriam no campo da Ciência Política. Tal “desinteresse” pelo assunto, por parte dos historiadores, teria como motivo principal a falta de evidências empíricas.²⁰

Iniciando o debate propriamente dito, asseveramos que, até a década de 1970, as interpretações acadêmicas mais comuns sobre o golpe giravam em torno de dois pontos: o primeiro relacionado à questão econômica da crise de acumulação dependente, constituída, inicialmente, no governo de Juscelino Kubitschek. Segundo esse pensamento, o Brasil vivia uma crise, cuja superação exigiria do Estado uma intervenção que garantisse uma maior abertura para o capital estrangeiro e uma política rígida a privilegiar ainda mais o grande capital, que passaria até mesmo a garantir total controle sobre as organizações e lutas dos trabalhadores, de forma a viabilizar o arrocho salarial.²¹

O segundo ponto, muitas vezes é apresentado de forma combinada ao primeiro. Seria a ideia de que o golpe teria resultado da crise do populismo. Nesse sentido, Otávio Ianni, em 1968, ressaltou que o populismo envolvia diversas dimensões daquela etapa da trajetória brasileira, associadas, em especial, às contradições do desenvolvimento capitalista urbano-industrial e a entrada das massas no plano da disputa de poder. Segundo ele, na medida em que houve um desenvolvimento econômico real e, portanto, a possibilidade de uma política distributiva, o populismo teve condições de se sustentar como expressão de uma política econômica independente. Mas o modelo de substituição de importações esgotou-se e a política de massas perdeu sua base econômica. No plano político, pensa Ianni que o populismo avançou os limites da manipulação das massas, chegando inclusive ao campo, além de ter sido afetado pela radicalização constante e crescente dos movimentos de esquerda. A interpretação geopolítica do Brasil dentro do sistema interamericano, a militarização da política e as desilusões da classe média (ao sentir uma discrepância entre suas ambições e suas possibilidades reais de atendimento) são elementos que, junto aos fatores políticos, caracterizam o fim do populismo como estratégia política de desenvolvimento no Brasil.²²

²⁰ FICO, CARLOS. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 32.

²¹ BADARÓ, Marcelo Mattos. O governo João Goulart: novos rumos da produção historiográfica. *Revista Brasileira de História*, vol. 28, nº 55, janeiro-junho, 2008, p.245-263.

²² IANNI, Otávio. *O colapso do populismo no Brasil*. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 207.

Com relação à produção historiográfica sobre a ditadura civil-militar, Fico observa que a carência de fontes sobre o período, ocorrida nos anos de 1960 e 1970, se reverteu a partir dos anos de 1980, vindo daí a expressão “ditadura documentada”²⁵, por ele utilizada, para as análises realizadas a partir da referida década. Esse novo contexto se constituiu num “campo fértil” para que surgissem novas pesquisas com abordagens inéditas e hipóteses analíticas diferenciadas a respeito da temática da ditadura, conforme menciona Carlo Fico: (...) avolumaram-se as descobertas empíricas e mudou o perfil da produção sobre o tema. Se o desafio anterior eram as fontes, passou a ser, a análise, o estabelecimento de novas interpretações e de hipóteses explicativas – etapa do conhecimento evidentemente mais difícil e que, por isso mesmo, tem suscitado alguns debates.

Foi esse contexto de maior acessibilidade aos documentos que possibilitou, na década de 1980, que René Dreifuss produzisse importante obra sobre o golpe de 1964, *A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe*, tendo em vista que sua reflexão foi elaborada a partir de ampla pesquisa empírica. O autor asseverou que empresários brasileiros agiam politicamente de forma organizada, fato que o levou a conclusão que o grande capital teve papel decisivo na articulação do golpe. Por isso, o mesmo se configuraria num golpe social civil-militar. Nesse sentido, de acordo com o mesmo:

Um exame mais cuidadoso desses civis indica que a maioria esmagadora dos principais técnicos em cargos burocráticos deveria (em uma decorrência de suas fortes ligações industriais e bancárias) ser chamado mais precisamente de empresários, ou, na melhor das hipóteses, de tecnoempresários.²³

Dreifuss ressalta o papel dos institutos IPES/IBAD (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais e Instituto Brasileiro de Ação Democrática, respectivamente) e também da ESG (Escola Superior de Guerra) nos rumos político-econômicos do Brasil durante uma ditadura que se desenvolveu com apoio considerável da elite civil. Segundo ele, “os tecnoempresários e empresários puderam assegurar, através de seus cargos públicos, o rumo do Estado brasileiro ao longo de uma via capitalista, servindo aos interesses gerais dos industriais e banqueiros multinacionais e associados”.²⁴

²³ FICO, Carlos. *A ditadura documentada. Acervo*. Rio de Janeiro, v.21, n.2, p.67-78, jul./dez. 2008.

²⁴ DREIFUSS, *A conquista do Estado...*, p. 417.

Entre as classes beneficiadas citadas por Dreiffuss acrescentaríamos os donos de empreiteiras. Em entrevista concedida ao jornal *Folha de São Paulo* em dezembro de 2014, o historiador Pedro Henrique Pedreira Campos destacou a importância desse grupo, desde o golpe de 1964, ao dizer que “o setor de infraestrutura teve uma participação ativa no golpe e se manteve próximo ao Estado também após a redemocratização”²⁵

A respeito da participação civil na implantação e desenvolvimento do golpe civil-militar, Dreiffuss explicou como se dava a integração do tripé IPES/IBAD/ESG, definindo a divisão de funções de cada uma dessas instituições dentro do sistema montado na época em discussão. O trecho citado abaixo deixa claro como funcionava essa “engrenagem”:

(...) enquanto a formulação de diretrizes políticas e a tomada de decisões estavam nas mãos de civis do complexo IPES/IBAD “(...) a condução das diretrizes políticas nacionais estava, parcialmente, nas mãos dos militares politizados formados pela ESG.”²⁶

A participação de civis no processo do golpe e na ditadura militar, ressaltada por Dreiffuss foi posteriormente trabalhada por diversos estudiosos, tanto com um viés interpretativo semelhante ao do brasilianista, como também com sentido radicalmente distante da concepção original.

Daniel Aarão Reis Filho utiliza o conceito ditadura civil-militar, enfatizando o apoio civil que o golpe e a ditadura receberam, o que configuraria a dimensão civil do regime ditatorial, mesmo que o comando do poder político estivesse nas mãos dos militares.²⁷ Eliézer Rizzo de Oliveira, em 1976, trabalhou com o conceito “movimento político-militar”.²⁸ Marcelo Ridenti usou em 1993 a expressão “golpe civil-militar”.²⁹ O mesmo, em 2003, adotou o conceito “regime civil-militar”.³⁰ João Roberto Martins Filho mencionou o “golpe político militar” em 1987.³¹ Virgínia Fontes adotou a expressão original de Dreiffuss

²⁵ PRADO, Carol. Empreiteira que soube usar a corrupção cresceu mais, diz historiador. *Folha de São Paulo*, 01/12/2014.

²⁶ DREIFFUSS, *A conquista do Estado...*, p. 41,

²⁷ REIS, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 62.

²⁸ OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. *As Forças Armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1969)*. Petrópolis: Vozes, 1976, p.47.

²⁹ RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: UNESP, 1993, p. 27.

³⁰ RIDENTI, Marcelo. Cultura e política: os anos 1960-1970 e sua herança. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX* (livro 4). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 152.

³¹ MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e ditadura militar: 1964-1968*. Campinas: Papirus, 1987, p. 75.

“ditadura empresarial-militar”.³² Já Marcel Badaró trabalha com o conceito “golpe militar”.³³ E Carlos Fico, por sua vez, denomina o período de 1964 a 1985 da história do Brasil como “ditadura militar”³⁴, assim como outros autores.

1.2. A influência do CPDOC e a tese da “radicalização política” na historiografia dos anos 1990 e 2000

Em meados da década de 1990, ganhavam ênfase os estudos oriundos das pesquisas de um grupo do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (RJ), tendo como base depoimentos de militares.³⁵ Um dos teóricos desse grupo, Gláucio Ary Soares, usou o discurso de militares como fontes principais do artigo *O golpe de 64*. Segundo sua pesquisa, os motivos do golpe foram, principalmente:

1. Caos, desordem, instabilidade; 2. Perigo comunista e subversão; 3. Crise hierárquica militar; 4. Interferência do governo nos assuntos, na hierarquia e na disciplina militar; 5. Apoio popular ao golpe; 6. Corrupção, roubo de verba pública; 7. Sindicalismo, república sindical.³⁶

Maria Celina D’Araújo, também pesquisadora do CPDOC, em uma outra perspectiva ligada ao estudo do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), enfatizou que “o golpe era contra o trabalhismo janguista e contra as alianças e os compromissos que o PTB fazia com a esquerda civil e militar, na obra *Sindicatos, carisma e poder: o PTB de 1946-1965*.³⁷

Outro trabalho relevante, surgido nos anos 1990, foi a tese da “radicalização política” de Argelina Figueiredo, em que a autora também diverge das análises anteriores, norteadas por explicações estruturais econômicas e políticas. Sua reflexão privilegia os momentos

³² FONTES, Virgínia. Nas lutas. In: MELO, Demian Bezerra de (Org.) *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014, p. 11.

³³ BADARÓ, Marcelo Mattos. Os trabalhadores e o golpe de 1964: um balanço da historiografia. In: *Revista História & Luta de Classes*. Ano 1. Edição n° 1, abril de 2005, p.9.

³⁴ FICO, *Ditadura militar brasileira...*, p. 41.

³⁵ Nessa linha, merecem destaque *Visões do Golpe e 21 anos de regime militar*. O primeiro livro organizado por Maria Celina D’Araújo, Gláucio Ary Dillon Soares e Celso Castro. No segundo livro, o último não participou da organização. SOARES, Gláucio Ary Dillon; D’ARAÚJO, Maria Celina. *21 anos de Regime Militar: Balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1994; D’ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. *Visões do Golpe. A memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relumê-Dumará, 1994.

³⁶ SOARES, Gláucio Ary. O golpe de 64. In: SOARES, Gláucio Ary; Maria Celina (Org.). *21 anos de regime militar: balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999.

³⁷ D’ARAÚJO, Maria Celina. *Sindicatos, carisma e poder: o PTB de 1946-1965*. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p. 140.

críticos do governo de Goulart, a partir dos quais procura provar que havia um caminho para reformas moderadas dentro da ordem democrática e que os “atores” escolheram maximizar suas possibilidades em detrimento dessa ordem: reformistas querendo reformas amplas e os contrários às reformas lutando para impedi-las a qualquer preço, ou seja, pensa a autora que a responsabilidade pelo golpe pode ser atribuída tanto aos que foram a favor, como pelos que foram atingidos por ele.³⁸

De forma paradoxal, a tese de Argelina Figueiredo, posteriormente, foi utilizada por um grupo de estudiosos sobre o tema e criticada por outros. Carlos Fico é um autor que fez duras críticas a sua tese, de forma a ressaltar que

(...) suas afirmações anacrônicas decorrem talvez do fato de que a autora graduou-se em Ciências Sociais e fez seu mestrado em Ciência Política: sua tese carece de perspectiva histórica e não apresenta embasamento teórico sofisticado.³⁹

Para Fico, a teoria analítica de Figueiredo direciona-se no sentido de estender a culpa pela eclosão do golpe de 1964 às vítimas do regime militar. Tal pensamento pode ser constatado quando ela afirma

(...) os grupos esquerdistas e pró-reformas buscavam essas reformas ainda que ao custo da democracia (...) propunham e estavam dispostos a apoiar soluções não democráticas. Aceitavam o jogo democrático somente enquanto fosse compatível com a reforma radical⁴⁰.

O pensamento de Argelina Figueiredo dialoga com a tese do cientista político Alfred Stepan. O pesquisador defende que a singularidade da intervenção militar de 1964 estaria no abandono do padrão “moderador” adotado até aquele momento pelos militares, segundo o qual faziam intervenções não duradouras, devolvendo o poder aos civis após terem restabelecido a “ordem”. Segundo Stepan, esse padrão “moderador” teria se modificado porque os militares foram explicitamente ameaçados pela possibilidade de Goulart efetuar um golpe, no que denominou “o jeito encontrado por Goulart para dar uma solução à crise⁴¹”. Stepan afirmou, ainda, que Jango “esperava mobilizar o poder político das massas e exigir

³⁸ FIGUEIREDO, Argelina. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. Tradução de Carlos Roberto Aguiar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993, p. 202.

³⁹ FICO, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 50.

⁴⁰ FICO, *Além do golpe: versões e controvérsias...*, p. 50.

⁴¹ STEPAN, Alfred. *The military in politics: changing patterns in Brazil*. Princeton University Press, 1971, p. 143.

as reformas através de um plebiscito ou de decreto, ou pressionando o Congresso, ou mesmo fechando-o⁴²”. Assim, sua tese apresenta a figura de Goulart como golpista, culpabilizando-o pelo golpe militar, que teria sido, na ótica do autor, uma reação preventiva à conspiração janguista em curso.

A partir de 2004, autores como Elio Gaspari, Jorge Ferreira e Daniel Aarão Reis Filho retomaram trabalhos da década anterior, como os de Argelina Figueiredo, que enfatizavam a participação efetiva e relevante da sociedade civil no processo que levou ao golpe de 1964. Elio Gaspari rejeita qualquer motivação econômico-social e também qualquer conspiração articulada, atribuindo o golpe e os caminhos da ditadura ao jogo das individualidades dos personagens e às contingências factuais. Para ele, radicalizando as teses de Argelina Figueiredo, havia dois golpes sendo planejados: o de Jango e o dos militares. O primeiro viria amparado no “dispositivo” militar e nas bases sindicais, que cairiam sobre o Congresso, forçando-o a aprovar um pacote de reformas e mudanças para a próxima sucessão presidencial. Por outro lado, dentro desse contexto, o movimento dos militares visara a destituição de Jango da presidência da República, podendo ser compreendido como algo que objetivava a manutenção da ordem constitucional, mas diante de uma realidade de acontecimentos que não favoreciam esse caminho.⁴³

Jorge Ferreira, seguindo a “tese da radicalização” de Argelina Ferreira, entende que esquerda e direita lutavam pela tomada de poder por caminhos não democráticos. Seu ponto de vista fica claro no trecho citado a seguir:

O conflito político entre esquerdas e direitas tomou novos rumos. Não se tratava mais de saber se as reformas seriam ou não implementadas. A questão central era a tomada de poder e a imposição de projetos. Os partidários da direita tentariam impedir as alterações econômicas e sociais, sem preocupação em respeitar as instituições democráticas. Os grupos de esquerda exigiam as reformas, mas também sem valorizar a democracia (...)⁴⁴.

Na análise sobre os grupos de esquerda no referido período, Denise Rollemberg critica o pensamento de Jorge Ferreira, ao indicar a necessidade de problematizar o conceito democracia para a sociedade como um todo nessa época. Para a pesquisadora

⁴² STEPAN, *The military...*, p.141.

⁴³ GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 121.

⁴⁴ FERREIRA, Jorge. Sexta-feira 13 na Central do Brasil. *Nossa História*, Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, n. 5, mar. 2004. As ideias centrais são apresentadas com maiores detalhes em: FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (ORG.). *O Brasil Republicano*. V.3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 35.

(...) as esquerdas, como de resto a sociedade, não tinham a democracia como um valor supremo, (...) a construção da memória deste passado tem sido feita menos à luz dos valores que nortearam as lutas de então e mais em função do presente, dos anos 1980, quando a referência era a democracia – e não mais a revolução.⁴⁵

Na visão de Marcelo Badaró, a lógica interpretativa de teorias como a de Jorge Ferreira seria semelhante a uma corrida “em que largavam em igualdade de condições e objetivos idênticos, tratando-se de observar apenas quem foi mais forte ou chegou antes para definir o rumo do país”. Desta forma, Badaró o critica quando defende que o momento era de radicalização, mas que o povo o assistiu ‘bestializado’.⁴⁶ Sendo Badaró um autor marxista que acredita ser a principal motivação para o golpe militar a luta de classes que permeava a sociedade daquele período, podemos compreender a sua discordância sobre a perspectiva de que o povo teria assistido bestializado a luta entre os atores e os grupos políticos daquela época, com relação aos projetos de poder em disputa.

Por outro lado, seguindo a mesma lógica interpretativa de Jorge Ferreira, Daniel Aarão Reis Filho também assevera que as esquerdas colocaram “em xeque” a legalidade de início dos anos de 1960, por não terem apreço à democracia. O autor apresentou uma tese defendendo que “a resistência democrática” à ação das esquerdas, no que tange ao período da ditadura civil-militar, seria oriunda de uma intervenção ocorrida na fase da chamada redemocratização. Segundo ele, a luta das esquerdas objetivava a implantação do socialismo pela via da revolução, fato que em seu entendimento seria inatingível pelo caminho da democracia.⁴⁷ Para Badaró, o viés interpretativo de Reis Filho contribuiu para que a direita construísse no tempo presente um discurso que colocou o golpe de 1964 como um ato de defesa da legalidade contra o perigo de uma revolução socialista, de forma a atrair a simpatia de muitos civis em relação a intervenção militar golpista.⁴⁸

Carlos Fico também não considera que a relação entre a luta armada e a repressão tenha sido o motivo para a ocorrência do golpe de 1964 contra Jango, conforme sugere a tese

⁴⁵ ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e luta armada. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX* (Livro 4). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 47-48.

⁴⁶ BADARÓ, O governo João Goulart: novos rumos..., p.252

⁴⁷ REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: REIS FILHO, D.A.; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto. *O golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964-2004)*. São Paulo: Edusc, 2004, p. 38-39.

⁴⁸ BADARÓ, O governo João Goulart: novos rumos..., p.252.

de Daniel Aarão. Entretanto, em seu entendimento, havia uma retroalimentação entre ambas as partes envolvidas no conflito. Tal retroalimentação teria sido útil como estratégia de legitimação das ações desses grupos antagônicos.

‘Luta armada’ e repressão não tinham relação de causalidade, mas se retroalimentavam na medida em que a esquerda justificava a sua opção com o endurecimento do regime, e a chamada linha dura justificava a repressão com ações armadas.

O tema, entretanto, não deve ser tratado segundo ótica reducionista, isto é, a identificação de suposta culpa pelo incremento da repressão ou o debate pueril sobre quem começa primeiro. A especulação ‘contra factual’ aqui é importante porque se as organizações tivessem interrompido as ações armadas, bem sabemos que os agentes da repressão buscariam outras vítimas, pois foi assim que eles agiram quando derrotaram a ‘luta armada’ no início dos anos 1970 (foram atrás dos comunistas não adeptos da violência). É por isso que não podemos estabelecer a relação de causalidade: as comunidades de segurança e de informações foram criadas e se mantiveram independentemente da existência das organizações ditas revolucionárias. Entretanto, se as organizações interrompessem as ações armadas, está claro que o processo de retroalimentação cessaria pela simples ausência de um dos pólos, fragilizando precocemente os órgãos de informações e de segurança, de modo que não é abusivo dizer-se que a chamada luta armada retardou o fim da ditadura.⁴⁹

Marcelo Ridenti também fez um contraponto à visão de Reis Filho, observando que havia um componente explicitamente declarado, por parte de muitas organizações de esquerda, de resistência à ditadura. Para o autor, até mesmo para as organizações que procuraram derrubar o regime por meio da luta armada, havia um ideal de resistência contra os representantes da ditadura e o regime por eles desenvolvido. Ridenti observa, ainda, que os valores de democracia que alguns autores querem impor para tal época não faziam parte do contexto de Guerra Fria. Segundo o autor, os pesquisadores precisam ter cuidado para não analisarem de forma anacrônica os acontecimentos daquela época.⁵⁰

Corroborando a ideia de Ridenti e enfatizando a questão de que a luta armada nunca ameaçou, de fato, a hegemonia do poder instituído durante o regime militar, Fico chama a atenção para a inexpressividade da mesma no cenário político brasileiro de então.

(...) Quando coloco a expressão luta armada entre aspas não estou desqualificando a esquerda que optou por aquelas ações violentas, mas ressaltando que tal processo foi bastante inexpressivo para o Brasil. Ainda que tenham tido consequências dramáticas para os envolvidos e para o próprio processo de saída da ditadura, as ações armadas foram poucas e sua

⁴⁹ FICO, Ditadura militar brasileira..., p. 47-48.

⁵⁰ REIS FILHO, Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória..., p. 62-64.

fase verdadeiramente ofensiva ou revolucionária muitíssimo breve porque diante da óbvia superioridade e truculência da repressão, elas se tornaram meramente defensivas.⁵¹

Nesse sentido, o depoimento de Vinicius Caldeira Brant, ex-presidente da UNE e ex-militante da Ação Popular (AP) e do Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT), confirma a versão referente à fragilidade da luta armada durante a ditadura civil-militar.

De repente, eu me vi numa cela no DOI-CODI em 1970; nas ditas celas, tinha um bando de meninos...[a esquerda] estava sendo dizimada e pessoas que eram, até então, meros simpatizantes da resistência iam-se incorporando àquela, correndo riscos; às vezes, eram pessoas que nem estavam preparadas.⁵²

As questões levantadas sobre a atuação da guerrilha versus regime militar nos levam ao entendimento de que os supostos planos golpistas do governo João Goulart, em sua “aliança” com grupos de extrema esquerda visando a implantação do socialismo – pela via revolucionária, não tem sustentação empírica e/ou teórica. De acordo com Fico, o que ocorre é uma interpretação equivocada, existente em parte de nossa historiografia, que não diferencia adequadamente “pressões indevidas” de “golpismo”

O debate sobre o suposto caráter golpista de João Goulart é interessante porque há dois momentos em que o presidente lançou mão de mecanismos fortes de pressão, assustando a todos e dando margem a especulações sobre eventuais planos inconstitucionais que pudessem ter. Foi bem-sucedido em uma ocasião e fracassou em outra. Episódios da antecipação do plebiscito sobre o parlamentarismo e à solicitação do Estado de sítio. Os dois casos foram exemplos de pressão para levar o Congresso para votar com o governo, seriam pressões indevidas, mas não golpismo.⁵³

Tal pressão teria dado margem para interpretações, como a do historiador Marco Antonio Villa, que trazem a ideia de golpismo por parte de Jango, devido à suposta criação de uma atmosfera política de efetiva coerção, sob a qual o Congresso aprovou a antecipação do plebiscito ou ainda por ter solicitado a decretação do Estado de Sítio diante da entrevista concedida por Carlos Lacerda ao jornal *Los Angeles Times*, na qual criticou de forma ferrenha o governo Goulart e os chefes militares.⁵⁴ De forma oposta, segundo Fico, a tentativa de decretação de Estado de Sítio, feita por Jango, não indica, necessariamente, intenções golpistas do mesmo, como defende Villa.

⁵¹ FICO, Ditadura militar brasileira..., p.41.

⁵² RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: UNESP, 1993, P. 253.

⁵³ FICO, Ditadura militar brasileira..., p.9.

⁵⁴ VILLA, Marco Antonio. *Jango: um perfil (1945-1964)*. São Paulo: Globo, 2004, p. 82-84.

A tentativa de Goulart de decretar o Estado de sítio também é frágil como indicação de golpismo (...). O problema é que o Estado de Sítio não permitia explicitamente a intervenção em estados e Villa não apresenta evidências sobre planos de intervenção nesses estados, ou melhor apresenta provas insuficientes ou questionáveis, como um depoimento de José Serra de 1980 e uma entrevista sua de 1994.⁵⁵

Sobre as declarações de José Serra, utilizadas por Villa como fontes para demonstrar que João Goulart desejava aplicar um golpe de Estado, Carlos Fico explica os motivos pelos quais compreende que tais documentos se constituem em “provas insuficientes ou questionáveis”. Para ele, o próprio Serra relativizou, em seu livro de memórias publicado em 2014⁵⁶, as declarações dadas em 1980 e 1994.

Em 1980, Serra – que era presidente da UNE em 1963 – garantiu que interventores seriam nomeados em todos os estados. Na entrevista de 1994, Serra disse que o Estado de Sítio foi apresentado como golpe em reunião da qual participou. Mas, no livro de memórias que publicou em 2014, Serra relativizou muitíssimo tais afirmações: revelou que Jango lhe confidenciou, em outubro de 1963, que sabia que não terminaria seu mandato, que os possíveis desdobramentos golpistas eram cogitados na verdade por Brizola, que a intervenção em Pernambuco era apenas uma suspeita que tinha, que Jango não era um golpista inveterado e que não acredita que Goulart ‘tivesse atuado de forma entusiasmada na confecção do roteiro que ia do estado de sítio ao regime de exceção’.⁵⁷

A visão de Caio Navarro de Toledo também apresenta divergências em relação ao pensamento de Villa, uma vez que, para o pesquisador

(...) não há documentos reveladores de ‘planos golpistas ou continuístas de Goulart’, não se devendo confundir golpismo com esquerdismo, acusação que se poderia fazer a setores da esquerda (ou seja, inclusive a Goulart e Brizola) por suas ‘palavras estridentes e discursos eloquentes’.⁵⁸

Outro argumento utilizado por Toledo para se opor ao de Villa é o de que as Reformas de Base de Jango não configurariam por si a tentativa de golpe, podendo ser pensadas em um processo de “ampliação da democracia liberal excludente”.⁵⁹ Ou seja, favoreceriam a consolidação de um caminho voltado à democracia burguesa.

⁵⁵ FICO, Ditadura militar brasileira..., p.10.

⁵⁶ SERRA, José. *Cinquenta anos esta noite: o golpe, a ditadura e o exílio*. Rio de Janeiro: Record, 2014, p. 19.

⁵⁷ FICO, Ditadura militar brasileira..., p.10.

⁵⁸ TOLEDO, Caio N. de. *1964: Golpismo e democracia*. As falácias do revisionismo. In: *Crítica Marxista*, n° 19. São Paulo: Boitempo, 2004, p. 37-38.

⁵⁹ TOLEDO, *1964: golpismo e democracia...*, p. 48, nota 38.

Voltando a Villa, cabe mencionar que, em livro publicado mais recentemente, o autor ratifica a acusação de golpismo e a amplia, afirmando que Goulart “sonhava com a reeleição”⁶⁰. Sobre essa tese, assegura Fico que Villa não apresenta evidências empíricas fundamentadas.⁶¹ Segundo o pesquisador

(...) o apoio ao golpe teve uma ampla base social (marcha das mulheres de classe média, apoio institucional da igreja católica, o beneplácito da OAB, o clamor da imprensa e os cidadãos comuns que foram para as ruas comemorar) liderada pela burguesia, entretanto as pesquisas de opinião pública da época dão forte respaldo a João Goulart.⁶²

Apresentadas as visões dos principais autores que aprofundaram, a partir de 2004, as teses de Argelina Figueiredo ligadas à radicalização política, bem como as que defendem um suposto golpismo por parte de Goulart – junto a argumentações contrárias de outros pesquisadores –, daremos continuidade à discussão historiográfica, analisando reflexões mais recentes sobre o período da ditadura civil-militar brasileira. Tais obras têm como foco, de um modo geral, análises baseadas nos seguintes pontos: abordagem biográfica, discussão sobre a memória e a apreciação dos testemunhos de época sobre Goulart e seu governo.⁶³

A respeito da teoria e metodologia ligada à memória para o período, Fico chama atenção para o fato de que

(...) o historiador, se quiser, pode enveredar pelo terreno das disputas de memórias, das apropriações que a sociedade faz do passado por sua conta e risco, mas o uso propriamente dito do passado, a memória que afinal prevalece – sobre tais coisas é certo que não temos controle acadêmico, restando-nos atuar como cidadãos.⁶⁴

A partir da observação de Carlos Fico, no que se refere ao trabalho do historiador e as disputas de memória presentes na sociedade, destacamos, inicialmente, a obra organizada por Marieta de Moraes Ferreira, *João Goulart: entre a memória e a história*. O livro chama atenção para a escassez de imagens no senso comum sobre João Goulart – ao contrário do

⁶⁰ VILLA, Marco Antonio. *Ditadura à brasileira. – 1964-1985: democracia golpeada à esquerda e à direita*. São Paulo: Leya, 2014, p.27.

⁶¹ FICO, Ditadura militar brasileira..., p. 11.

⁶² FICO, Ditadura Militar brasileira..., p.34.

⁶³ FICO, Ditadura Militar brasileira..., p.34.

⁶³ BADARÓ, *O governo João Goulart: novos rumos...*, p. 253.

⁶⁴ FICO, *Ditadura militar brasileira...*, p.12.

que ocorre com as figuras de Vargas e Juscelino – e o tom negativo que é associado a esse personagem histórico.⁶⁵

O livro de Angela de Castro Gomes e Jorge Ferreira, intitulado *Jango: múltiplas faces* constitui-se numa outra obra que contribuiu de forma relevante para essa discussão historiográfica, ao demonstrar que, em meio ao conflito de memória em relação ao personagem político de João Goulart, “ele pode ser caracterizado, por excelência, como um político assinalado pelo contraditório, sendo por isso, um desafio para interpretações que se queiram unívocas e lineares.”⁶⁶

Rodrigo Patto Sá Motta escreveu o livro *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*, no qual desenvolve a tese de que o recurso a laços pessoais durante a ditadura militar para se livrar da repressão foi um “arranjo tradicional da cultura política⁶⁷”. O conceito cultura política, segundo o cientista social Renato Cancian, tem o seguinte sentido:

(...) quando utilizamos a expressão “cultura política” podemos estar nos referindo ao conjunto de atitudes, normas, crenças e valores políticos partilhados pela maioria dos membros de uma determinada sociedade ou nação, Além disso, o tipo de sistema ou regime político em vigor num determinado país, incluindo as instituições políticas existentes, também integram o conceito de cultura política.⁶⁸

Nesse sentido, Rodrigo Patto Sá Motta utiliza o conceito cultura política para analisar a possibilidade e o espaço de negociação existente no binômio universidade-ditadura. Para ele, havia “jogos de acomodação e conciliação”. Dessa forma, o ambiente universitário teria conseguido suavizar a repressão, por meio da negociação, cooptação, relações pessoais e jeitinho. Ou seja, é suposto que “sob o influxo dessa cultura política brasileira, os governos militares estabeleceram políticas ambíguas, conciliatórias, em que os paradoxos beiravam a contradição⁶⁹”.

⁶⁵ FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006, p.10.

⁶⁶ GOMES, Angela de Castro; FERREIRA, Jorge. *Jango: múltiplas faces*. Rio de Janeiro: Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007, P. 9.

⁶⁷ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro, Zahar, 2014, p. 318.

⁶⁸ CANCIAN, Renato. *Cultura política – busca da democracia: A construção da cultura cívica*. In: *UOL Educação*, Especial para a Página 3 Pedagogia e Comunicação, 07/10/2008. In: <<https://educacaouol.com.br>> sociologia. Acesso em: 10.02.2019.

⁶⁹ MOTTA, *As universidades e o regime militar...*, p. 16.

Sobre os “jogos de acomodação”, Motta compreende que “a flexibilidade que permitiu tais estratégias de acomodação se devia, em parte, à heterogeneidade da base de apoio do regime militar, que contava com alas favoráveis à moderação no uso da violência”. Entretanto, considera também importante levar em consideração a influência da cultura política brasileira, marcada por tradicional tendência à conciliação e à acomodação⁷⁰. Essa dualidade paradoxal, do ponto de vista do autor, era necessária para o sucesso das políticas econômicas modernizadoras em implantação, pois se os expurgos de “suspeitos” e indesejáveis que compunham os quadros das universidades fossem levados às últimas consequências, tal atitude poderia implicar num empecilho à modernização.⁷¹

O sociólogo Jessé Souza tem uma visão crítica em relação ao conceito “jogos de acomodação”, utilizado por Motta para a sustentação de sua tese de que as relações entre as universidades e o regime militar decorriam da cultura política e da heterogeneidade da base de apoio do regime militar. Para Souza, essas questões que remontam aos estudos de Roberto Da Matta, precisam de uma análise mais aprofundada sobre o que está oculto na raiz desse tipo de tese

(...) quando Da Matta diz que o Brasil é o ‘país do jeitinho’, ou seja, do acesso a relações pessoais poderosas que compõem o ‘capital social’, na verdade está escondendo a questão principal para a crítica de qualquer sociedade moderna concreta, que é o desvelamento dos mecanismos que eternizam o acesso privilegiado de alguns grupos e classes aos capitais impessoais, seja ela econômico ou cultural.⁷²

Carlos Fico também questiona as limitações teóricas da ‘tese da acomodação’ de Motta, fundamentada na cultura política brasileira

(...) O traço negativo da acomodação, do personalismo, não é discutido por Rodrigo. O caráter crítico daquele processo estaria na alegada contradição entre repressão e modernização, pois o regime teria sido ‘ao mesmo tempo destrutivo e construtivo’, haveria um ‘outro lado’, como afirma cautelosamente Rodrigo, ou seja, um lado bom – digo eu – como se pudesse haver algo bom em um regime de supressão das liberdades.⁷³

Para concluir a discussão sobre a “tese da acomodação” nas universidades durante o regime militar desenvolvida por Patto Sá Motta, cabe observar que tal temática já havia sido

⁷⁰ MOTTA, *As universidades e o regime militar...*, p. 310-311.

⁷¹ MOTTA, *As universidades e o regime militar...*, p. 288-289.

⁷² SOUZA, Jessé. *A tolice da inteligência brasileira*. São Paulo: LeYa, 2015, p. 86.

⁷³ FICO, *Ditadura militar brasileira...*, p.25

abordada, anteriormente, por Ridenti.⁷⁴ Este autor, em uma obra mais recente, ironicamente substitui o termo “modernização conservadora” para “modernização autoritária”, fazendo uma dura crítica ao processo de acomodação que teria ocorrido dentro das universidades, ao dizer que a mesma, somada à repressão, foi capaz de “neutralizar eventuais sonhos revolucionários, que conviveriam com e cederiam espaço ao investimento na profissão, no qual prevaleceria a realidade cotidiana da burocratização e do emprego⁷⁵”. Concluída a discussão sobre a questão da “modernização conservadora”, segundo a ótica de Rodrigo Patto, bem como as críticas dirigidas a sua tese, continuaremos citando algumas produções historiográficas, mais atuais, que também contribuíram de forma relevante para o debate acerca dos diversos aspectos que tangem o período em discussão.

Não podemos deixar de citar Oswaldo Munteal, Jacqueline Ventapane e Adriano de Freixo, que publicaram o livro *O Brasil de João Goulart: um projeto de nação*, no qual retomaram uma perspectiva analítica fundamentada na teoria da dependência. A obra se constitui em uma coletânea de fontes e artigos e possui uma introdução feita pelos organizadores e um posfácio do editor, onde são abordados documentos de época e análises feitas nos anos posteriores por atores importantes do governo Goulart. Na introdução, os organizadores procuram identificar as contradições relacionadas ao governo Goulart, tanto no tocante ao contexto marcado pela expansão do capital estadunidense pela América Latina, como também pela política externa dos Estados Unidos, no que se refere à intenção de evitar a ocorrência de conflitos sociais por meio da Aliança para o Progresso e em alguns casos, recorrendo até mesmo ao apoio de intervenções militares contra governos constitucionais estabelecidos no continente.⁷⁶

Badaró destaca que tal análise retoma a visão apresentada por Ruy Marini e Theotônio da Silva. Deste último, os pesquisadores teriam adotado o argumento de que o golpe de 1964

⁷⁴ Para Ridenti, a atuação cultural do regime civil-militar também implicou a modernização-conservadora da educação, com a massificação (e a degradação) do ensino público de primeiro e segundo graus, o incentivo do ensino privado e a criação de um sistema nacional de apoio à pós-graduação e à pesquisa para as universidades, nas quais a ditadura encontrava alguns dos principais focos de resistência. Tais focos foram reprimidos duramente, mas sem deixar de oferecer uma alternativa de acomodação institucional. Cf.: RIDENTI, Marcelo. Cultura e política: os anos 1960-1970 e sua herança. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX* (livro 4). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 156.

⁷⁵ RIDENTI, Marcelo. Canetas e fuzis: intelectuais e artistas brasileiros nos anos 1960/70. In: REIS, Daniel Aarão; ROLLAND, Denis (Orgs.). *Modernidades Alternativas*. Rio de Janeiro: FGV, 2008, p. 36-37.

⁷⁶ MUNTEAL, Oswaldo; VENTAPANE, Jacqueline; FREIXO, Adriano de (org.). *O Brasil de João Goulart: um projeto de nação*. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. PUC-Rio, 2006.

bloqueou o progresso nacional-democrático, colocando o Brasil numa trajetória de desenvolvimento dependente.⁷⁷

(...) os agentes internos representantes de pesados interesses de classe (banqueiros, controladores dos meios de comunicação e empresários), associados à demanda do capital estrangeiro, possibilitaram a ascensão de uma nova elite no poder.⁷⁸

1.3 - Historiografia marxista e o debate sobre a corrupção neste período

Marcelo Badaró, ao analisar o golpe militar, compreende que ele teve uma motivação classista, isto é, teria sido motivado por uma luta de classes.⁷⁹ A partir desta perspectiva, dentre as discussões que orientarão este trabalho, ressaltamos a contribuição da concepção teórica marxista. Sendo assim, utilizaremos o conceito de luta de classes para explicar a motivação, principal, para o golpe de 1964. Considerando a nossa opção teórica, compreendemos que é relevante fazermos uma discussão acerca das principais visões marxistas presentes em nossa historiografia sobre o golpe e a ditadura civil-militar brasileira, bem como as críticas que são feitas a essas concepções.

A luta de classes, segundo Marx e Engels, constitui uma história que se confunde com a história das sociedades sem igualdade social: “A história de toda a sociedade até os nossos dias é a história da luta de classes”.⁸⁰ Nesse sentido, a luta de classes seria o “motor” que move a história, sendo o conflito algo inerente as sociedades em que a relação entre classes estivesse pautada na exploração e na desigualdade social. A respeito do que seriam as classes sociais e como identificá-las, recorreremos a Lenin, quando o mesmo afirma:

Chamamos de classes sociais grupos de homens que se diferenciam entre si pelo lugar que ocupam num sistema historicamente definido de produção social, pela sua relação (a maior parte das vezes fixada e consagrada pelas leis) com os meios de produção, pelo seu papel na organização social do trabalho e, portanto, pelos modos de obtenção, pela importância da parte das riquezas sociais que dispõem.⁸¹

⁷⁷ BADARÓ, *O governo João Goulart: novos rumos...*, p. 260.

⁷⁸ MUNTEAL, *O Brasil de João Goulart...*, p. 11.

⁷⁹ BADARÓ, *Os trabalhadores e o golpe de 1964...*, p.9.

⁸⁰ MARX, ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*, 1848. Porto Alegre: L&P, 2009, p.34.

⁸¹ LENIN, V.I. *Escritos*. In: *As classes sociais no capitalismo*. ILAESE – Instituto Latino-Americano de Estudos Socioeconômicos. São Paulo: Sudermann, 2005, p.31.

A definição de Lenin para classes sociais, de maneira geral, classifica numa mesma classe social um grupo de indivíduos que possuem em comum uma mesma situação econômica e o mesmo tipo de acesso aos meios de produção. As classes sociais têm interesses distintos. A partir de tal antagonismo são gerados os conflitos sociais de caráter classista, ou seja, a luta de classes. Porém, nem todos os conflitos existentes nas sociedades possuem o viés de classe. Não podemos ignorar o fato de que algumas lutas travadas por determinados grupos sociais – nacionais, étnicos, religiosos, de gênero e outros – não possuem, necessariamente, um caráter classista.

Seguindo essa lógica de entendimento, não pretendemos neste trabalho reduzir a motivação do golpe de 1964 a uma disputa entre classes sociais, mas sim colocar esse caráter classista como fator primordial para a derrubada de João Goulart e a posterior instauração de uma ditadura civil-militar.

Daniel Aarão Reis Filho, autor que questiona a teoria marxista para o entendimento do golpe, entende que civis apoiaram ou se subordinaram por muitos motivos ao regime militar. Ou seja, “a ditadura no Brasil, até pelo longo período que durou, foi uma construção histórica. Impossível compreendê-la sem trazer à tona suas bases políticas e sociais – múltiplas e diferenciadas”.⁸² Os comentários feitos por autores marxistas, nas partes extra textuais do livro organizado por Demian Bezerra de Melo, criticam visões revisionistas, como a de Daniel Aarão, devido a ausência da questão de classe como motivação para o golpe. Virgínia Fontes, no prefácio, fala em “tentativa de fazer desaparecer por mágica as classes sociais e suas lutas”; Renato Lemos, na orelha, sustenta que os denominados revisionistas “negam a validade heurística a conceitos associados à luta de classe, propondo outros, voltados para a descaracterização da natureza classista das sociedades”; Gilberto Calil, na quarta capa, garante que os acusados possuem uma visão conservadora, negadora dos conflitos e teoricamente frágil, além de não usarem os conceitos de classe e de luta de classes.⁸³

Demian Bezerra de Melo, ao discutir o conceito de ditadura “civil-militar”, defende que a dinâmica da luta de classes era o nervo da política e que Dreifuss teria apresentado, por meio de sua pesquisa, a natureza de classe dos ‘civis’ que participaram do golpe e da posterior

⁸² REIS, Ditadura e democracia no Brasil..., p.128.

⁸³ MELO, *O golpe de 1964...*

ditadura.⁸⁴ Tal autor, ao defender a substituição do conceito de ditadura civil-militar pelo conceito de ditadura empresarial-militar, ambos oriundos de Dreifuss, deixa claro o papel que a luta de classes exerceu para a eclosão do golpe que levou à ditadura iniciada em 1964. Nesse sentido, conclui que “(...) uma ditadura empresarial-militar implantada a partir de uma insurreição contra-revolucionárias das classes dominantes”.⁸⁵

Outro pesquisador que têm uma análise marxista para o golpe é Caio Navarro de Toledo. Observemos a sua afirmação, que consta na introdução do artigo 1964: *O golpe contra as reformas e a democracia populista*:

(...) o governo João Goulart nasceu, conviveu e morreu sob o signo do golpe de Estado. Durante seus dois anos e meio de existência (setembro de 1961 à março de 1964), um novo contexto político-social emergiu no país. Suas características básicas foram: uma intensa e prolongada crise econômico-financeira (recessão e uma inflação com taxas jamais conhecidas); constantes crises político-institucionais; ampla mobilização política das classes populares (as classes médias, a partir de 1963, também entram em cena); fortalecimento do movimento operário e dos trabalhadores do campo; crise do sistema partidário e um inédito acirramento da luta ideológica de classes.⁸⁶

Uma crítica feita à teoria social global marxista, se refere à dificuldade que esta tem para explicar onde se inserem a alta e baixa classes médias no processo de luta de classes. Nesse sentido, um dos teóricos que engrossam as fileiras dessa crítica é Carlos Fico, ao questionar:

(...) como inserir a alta e baixa classes médias na hierarquização e conflitividade social das relações de subordinação e dependência típicas do capitalismo, isto é, como se correlacionam, em termos da luta de classes, a classe dominante, o proletariado e as classes médias? Será preciso dizer que esse velho problema teórico (e sua irresolução) é uma das fragilidades da teoria global marxista? Não basta, evidentemente, clamar pelo uso do conceito de classes sem ao menos enfrentá-lo!⁸⁷

Em sentido oposto ao de Carlos Fico, Marcelo Badaró vê a luta de classes como motivo relevante para a ocorrência do golpe. Para ele, a obviedade da aplicação de tal

⁸⁴ MELO, Demian Bezerra de. *Ditadura “Civil-Militar”?* Controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente. *Espaço Plural*, Ano XIII, N° 27, 2º Semestre, 2012, p.44.

⁸⁵ MELO, *Civil-Militar?*..., p.53.

⁸⁶ TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: *O golpe contra as reformas e a democracia populista*. *Revista de Sociologia e Política*. Biblioteca Digital de Periódicos - UFPR, 2004. In: <<https://revistas.ufpr.br/rsp/articule/view/39405/2422>>.

⁸⁷ FICO, *Ditadura militar brasileira*..., p.33.

conceito para explicar a deposição de Jango é grande. Assim, após lembrar que Moniz Bandeira afirmou que o golpe de 1964 foi um episódio da luta de classes, questionou retoricamente: “teria a historiografia mais recentes dúvidas em relação a isso?”⁸⁸

Para ele, há uma limitação teórica por parte das interpretações que ganharam força a partir dos anos 1980 e anunciaram o fim da luta de classes como um fenômeno histórico, uma vez que compreende que a divisão entre exploradores e explorados ainda se faz em nossa sociedade atual. Segundo Badaró

(...) a nova diversidade da classe trabalhadora (com diferenças entre trabalho formal, informal, precário, terceirizado, eventual, diferença de gênero, etc não pode ser compreendida senão nos marcos da luta de classes. É no interior das estratégias do capital para elevar a “produtividade” do trabalho – ou seja, elevar o grau de exploração – que podemos entender o esforço para diversificar as formas de extração do sobre trabalho, criando novas fragmentações e novas dificuldades para as organizações representativas dos trabalhadores.⁸⁹

Um outro trabalho relevante que considera a questão das classes sociais foi produzido em 2012, por Pedro Henrique Pereira Campos, na tese de doutorado *A Ditadura das Empreiteiras: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro, 1964-1985*⁹⁰. Tal tese originou o livro *Estranhas catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988*⁹¹, no qual o autor identifica na ditadura civil-militar brasileira do período 1964-1988 a origem da inserção, contaminação e subordinação do tecido orgânico do Estado aos interesses do segmento dos empreiteiros. O foco desta obra é o crescimento e a consolidação das principais empresas do setor de construção pesada no Brasil, numa articulação que, segundo Campos, propiciou o desenvolvimento expressivo, a modernização capitalista e a internacionalização de significativa parcela desse setor. Ao demonstrar as injunções políticas, estratégias e práticas que permeiam as relações da iniciativa privada e poder público e sua legitimação por

⁸⁸ BADARÓ, *O governo João Goulart...*, p. 262.

⁸⁹ BADARÓ, Marcelo Mattos. *Classes sociais e Luta de Classes: a atualidade de um debate conceitual*. *Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro*, nº 20, 2007, p. 52-53

⁹⁰ CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *A Ditadura das Empreiteiras: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro, 1964-1985* – Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense – Faculdade de História tese, 2012.

⁹¹ CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *Estranhas Catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil militar, 1964-1988*. Rio de Janeiro: Eduff, 2017.

intelectuais orgânicos⁹², a obra constata e fornece elementos de compreensão acerca do Estado, Poder e Classes Sociais no Brasil, conforme indica o Prefácio, assinado pela historiadora Virgínia Fontes.

A tese de doutoramento de Pedro Campos apresenta como periodização para o que ele chama de “Estado ditatorial brasileiro”, os anos compreendidos entre 1964 e 1985. Tal periodização, talvez seja a mais comum em nossa historiografia, como marco inicial e final da ditadura em nosso país. Nessa perspectiva temporal, o ano de 1985 seria a data inicial da chamada Nova República, conforme defende o professor e historiador Enrique Serra Padrós:

Sempre se colocou essa data, de 1985, como sendo o ponto de arrancada de superação da cronologia da ditadura, ao ponto de aquele período, ter sido chamado de Nova República, como a retomada de alguma coisa interrompida com a experiência do estado de exceção.⁹³

Embora Padrós tenha dito que sempre se colocou essa data como “ponto de partida para a superação da cronologia da ditadura”, esse marco não é consensual entre os historiadores que pesquisam sobre o período, como veremos a seguir.

Marco Antonio Villa, por exemplo, considera que a ditadura teria se restringido somente à ocasião de vigência do AI-5. Nesse período, segundo ele, “o Executivo teve plenos poderes e os exerceu de forma ditatorial”⁹⁴. Villa entende que, de 1964 à 1968, não se pode falar em ditadura no sentido da etimologia política desse conceito, uma vez que, nele, o Congresso Nacional e outras casas legislativas estiveram abertas, houve eleições para governadores e prefeitos (exceto nas capitais e cidades declaradas como áreas de segurança nacional), houve liberdade de imprensa e de editoração, bem como intensa atividade cultural (cinema, música e teatro), além do movimento estudantil.⁹⁵

Carlos Fico se posiciona de forma contrária à visão de Villa, argumentando que

(...) entre 1964 e 1968, houve tremendas restrições ao funcionamento do Congresso Nacional (inclusive o seu fechamento) e outras casas

⁹² “Gramsci define duas categorias de intelectuais: o orgânico e o tradicional. O intelectual orgânico é aquele que provém de sua classe social de origem e a ela mantém-se vinculado ao atuar como porta-voz da ideologia e interesse de classe (...)”. CANCIAN, Renato. Intelectuais (2) – Pensadores e classes sociais. In: *UOL Educação Especial* para a página 3 Pedagogia & Comunicação, 14/09/2007. In: <https://educacaouol.com.br/sociologia>. Acesso em: 20.07.2019.

⁹³ EDITORIAL J. *Aniversário da redemocratização gera debate sobre datas*. In: www.editorialj.eusoufamecos.net/reflita. Acesso em: 24.11.2018.

⁹⁴ VILLA, *Ditadura à brasileira...*, p.370.

⁹⁵ VILLA, *Ditadura à brasileira...*, p.373.

legislativas, gravíssimas limitações no tocante às eleições, censura da imprensa, do teatro do cinema e dos livros, além de repressão brutal contra o movimento estudantil.⁹⁶

Tendo como base as considerações de Fico, consideramos que a ditadura não se limitou ao período de vigência do AI-5, sendo mais adequado, portanto, conceituar a ditadura brasileira, entre 1964 e 1985, como uma época ditatorial que teria se constituído por meio de uma “legalidade autoritária”. Segundo Anthony Pereira, “legalidade autoritária” diz respeito a um conceito aplicado a regimes autoritários, que enfocaram a aplicação da lei durante o tempo que exerceram o poder⁹⁷, como forma de garantir uma determinada legalidade.

Outro historiador que diverge dos anos compreendidos entre 1964 e 1985, como periodização de vigência do regime ditatorial no Brasil é Daniel Aarão Reis Filho. Para ele, a ditadura teve fim com a revogação das leis de exceção, por meio da Emenda Constitucional n. 11, de 13 de maio de 1978, que extinguiu os atos institucionais a partir de 1º de janeiro de 1979. Nesse sentido, segundo Aarão: “já não havia ditadura, mas ainda não existia democracia⁹⁸”. Ele denomina tal período como “Estado de direito autoritário”⁹⁹. O autor já havia denominado esse mesmo período, em trabalhos anteriores, como “Estado de direito precário”.

Sobre a proposta sugerida por Reis Filho, para a denominação do fim da ditadura brasileira (Estado de direito autoritário), questionamos: não seria mais adequado compreendermos tal período como de transição para uma futura redemocratização? A ideia de transição parece-nos pertinente, pois não ocultaria o fato de ainda haver uma ditadura vigorando no país, porém com “passos” dados no sentido de se alcançar uma certa abertura política, que apontava para a possibilidade de que, em curto ou médio prazo, a democracia fosse retomada. Além disso, sabemos que a chamada “linha dura” das Forças Armadas ainda atuou no período pós-anistia, com o intuito de impedir ou protelar ao máximo o processo de redemocratização, travando uma disputa interna nas forças armadas contra aqueles favoráveis a volta de um civil ao poder. Gelson Rozentino de Almeida é um pesquisador que trata deste tema:

⁹⁶ FICO, *Ditadura militar brasileira...*, p.54

⁹⁷ PEREIRA, Anthony. *Ditadura e Repressão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005, p.36.

⁹⁸ REIS FILHO, *Ditadura e democracia no Brasil...*, p. 125.

⁹⁹ REIS FILHO, *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000, p. 69.

Vale mencionar as contradições no seio do poder autoritário como outro fator importante para transição conservadora. O momento crucial do confronto das duas correntes militares – os ‘sorbonistas’ ou ‘castelistas’ favoráveis a continuidade da estratégia do governo, versus os representantes da “linha dura” que defendiam o ‘fechamento’ do regime – teria sido a sucessão de Geisel. Ao administrar as tensões internas e impedir divisões mais sérias, Geisel conseguiu impor o nome de Figueiredo sobre o de Frota. Mas a candidatura Bentes pelo MDB representaria ainda um setor militar que defendia abertamente o fim do regime, assumindo um compromisso com a oposição para o estabelecimento efetivo de instituições democráticas. Esses conflitos indicavam que várias medidas tomadas pelo governo Geisel e de seu sucessor tinham como objetivo superar contradições internas.¹⁰⁰

Francisco Carlos Teixeira da Silva chama atenção para o fato de que a saída do regime militar de cena foi controlada pelos militares¹⁰¹. Nesse sentido, a proposta de Geisel de fazer uma transição lenta, gradual e segura¹⁰² foi conduzida pelas mãos dos militares que eram a favor da abertura. Tal constatação de Francisco Carlos reafirma o caráter conservador da transição do regime militar em direção ao restabelecimento de um civil como chefe do Poder Executivo. Ou seja, havia uma transição acordada ou pactuada entre o segmento militar pró liberalização política e a oposição moderada. A ameaça de haver um fracasso da proposta de Geisel visando uma transição “lenta, gradual e segura” se dava pela atuação de grupos políticos extremistas à direita e à esquerda – respectivamente, militares linha dura e oposição radical. Tal processo dialético resultou no caráter conservador, tutelado pelos militares, no processo de redemocratização. Nesse sentido, para Skidmore

No final, a liberalização foi o produto de um relacionamento dialético intenso entre o governo e a oposição. Os militares que eram a favor da abertura precisavam agir cautelosamente, por medo de provocar os ‘linha-dura’. Suas aberturas para a oposição estavam planejadas para tirar de campo os elementos “responsáveis”, demonstrando desse modo que havia moderados prontos para cooperar com o governo. Ao mesmo tempo, a oposição pressionava constantemente o governo para acabar com os excessos arbitrários e desse modo lembrar os militares de que seu papel não tinha legitimidade. Enquanto isso, os moderados da oposição tinham

¹⁰⁰ ALMEIDA, Gelson Rozentino de. A ditadura, a Transição, a Verdade: dificuldades, limites, compromissos e deveres do historiador em seu ofício. *XV Encontro Nacional de História – Ofício do Historiador: Ensino & Pesquisa*. In: www.encontro2012.rj.ampuh.org>anais. Acesso em: 15.02.2019

¹⁰¹ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.) *O Brasil Republicano: o tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX* (livro 4). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 264.

¹⁰² LIMA, Natasha Correa, Ernesto Geisel, o “pai da distensão lenta, gradual e segura” da ditadura militar. In: [https://acervooglobo.globo.com/emdestaque/ernestogeisel-pai-da-distensao-lenta-gradual-segura-da ditadura-militar-20071730](https://acervooglobo.globo.com/emdestaque/ernestogeisel-pai-da-distensao-lenta-gradual-segura-da-ditadura-militar-20071730). O GLOBO, 08.09.2016, Acesso em 07.08.2019.

que recordar aos radicais que eles estariam nas mãos do ‘linha dura’ caso se excedessem. Esse relacionamento político intrincado funcionou com sucesso por haver um consenso entre ambos, militares e civis, a favor de um retorno a um sistema político quase aberto (...).¹⁰³

Esta argumentação contribui para a reflexão de que as bases radicais do regime ditatorial ainda não tinham sido superadas por completo ao final do regime, embora já “respirasse com a ajuda de aparelhos.” Outro fato que nos faz discordar daqueles que defendem o fim da ditadura a partir do fim dos atos de exceção é o de que a mesma Emenda Constitucional que extinguiu tais atos, em 13 de outubro de 1978, permitia a aplicação de todas as medidas do Estado de Sítio pelo presidente da República, sem a autorização do Congresso Nacional, toda vez que os poderes ou as instituições estivessem “gravemente ameaçadas ou atingidas por fatores da subversão”¹⁰⁴. Conforme elucidou o jurista Enrique Ricardo Lewandowski:

Na hipótese de decretação ou de prorrogação do Estado de Emergência, a decisão providencial é meramente comunicada ao Congresso, cinco dias depois de tomada pelo chefe de governo. O Legislativo, nesse caso, passa a ser um mero expectador da aplicação de um dos mais violentos remédios para a preservação das instituições existentes em todo o ordenamento constitucional (...) o presidente tem a mais ampla autonomia para decretar o Estado de Emergência, posto que não se encontra tolhido de qualquer modo pelos demais poderes da República (...). A consulta ao Conselho Constitucional é meramente formal.¹⁰⁵

Ainda sobre a periodização defendida por Daniel Aarão Reis Filho, para o fim da ditadura militar, cabe dizer que o mesmo defende que existiam interesses inconfessáveis por trás da defesa de que a ditadura acabou em 1985, onde uma ‘estranha aliança’ teria legitimado o ‘silêncio sobre a participação civil no processo no golpe’, além de uma ‘memória interessada’, e de uma ampla coligação de interesses e vontades’.¹⁰⁶

Carlos Fico discorda do pensamento de Reis Filho, mencionado acima. Para ele, essa verdadeira frente social política e acadêmica que teria se formado para silenciar a participação civil no processo do golpe, possui uma fundamentação teórica problemática,

¹⁰³ SKIDIMORE, Thomas. A lenta via brasileira para a democratização: 1974-1983. In: STEFAN, Alfred (org.) *Redemocratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 71.

¹⁰⁴ EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 11, DE 13 DE OUTUBRO DE 1978. Disponível em: <<www.planalto.gov.br/emc11-78>>. Acesso em: 13.08.2019.

¹⁰⁵ LEWANDOWSKI, Enrique Ricardo. *As salvaguardas do Estado no Brasil*. Revista da Faculdade de Direito. São Paulo, v. 79, p. 140-160, jan. 1984, p. 158.

¹⁰⁶ REIS FILHO, *Ditadura e democracia no Brasil...*, p. 127.

uma evidenciação empírica limitada e uma percepção de motivações políticas coadunadas à lógica da conspiração. Tais equívocos analíticos, segundo Fico, não favorecem a proposta de Daniel Aarão Reis Filho.¹⁰⁷

Quando Reis Filho defende uma “memória interessada” visando promover o esquecimento relativo ao apoio de civis durante a ditadura, podemos questionar: seria a periodização proposta por Daniel Aarão isenta de valores políticos, sociais e ideológicos presentes na visão de mundo de determinados grupos sociais da época de sua produção acadêmica?

Em resposta à questão levantada, entendemos que o historiador ao produzir academicamente recebe influências e é motivado pelos dilemas da sociedade na qual está inserido, uma vez que, antes de ser um pesquisador, ele é um ser social e histórico. Isso não significa, necessariamente, que estes estejam fazendo suas pesquisas históricas a serviço de interesses escusos de grupos da sociedade do qual façam parte, como se fossem uma espécie de “intelectuais orgânicos”, no sentido gramsciano.¹⁰⁸

Dessa forma, Daniel Aarão, ao tentar deslegitimar as produções acadêmicas daqueles que pensam o ano de 1985 para o fim da ditadura, utilizando o argumento que estes estariam numa “estranha aliança” com movimentos sociais e políticos para silenciar a participação civil no golpe de 1964, está fazendo uma afirmação extremamente subjetiva e, conseqüentemente, meramente especulativa, pois parte do princípio de que tais historiadores tiveram suas posições teóricas devido a um deliberado engajamento político, no sentido militante, que os teria levado a forjar o passado em prol de interesses ideológicos pragmáticos dos grupos que representariam.

Nesse sentido, cabe enfatizar que não devemos esperar do historiador imparcialidade no exercício de seu ofício, e sim o devido rigor metodológico que as pesquisas acadêmicas impõem, primando em suas interpretações, pelas evidências empíricas vindas das fontes que irão fundamentar a sua produção histórica. Ou seja, não devemos confundir a legítima escolha de concepção teórica que o intelectual adotará em suas produções na academia com o atrelamento das mesmas aos interesses de determinados grupos sociais aos quais o historiador tenha afinidade, pois isso limitaria sua visão analítica, como se estivesse fazendo

¹⁰⁷ FICO, *Ditadura Militar Brasileira...*, p. 58.

¹⁰⁸ Ver a nota de rodapé 74.

um trabalho por encomenda. Além disso, tal atitude feriria a ética profissional, beirando a desonestidade intelectual.

A partir dos debates indicados, cabe dizer que compreenderemos como marco para a redemocratização pós-ditadura civil-militar nessa dissertação, a eleição do primeiro presidente civil eleito, Tancredo Neves, após 21 anos de presidentes militares, fato que teria dado início a chamada Nova República. Adotamos tal denominação, atribuída a uma outra fase da política brasileira por parte significativa de historiadores, porque ela nos remete a ideia de que se tratava de “novos ares”, diferentes daqueles vivenciados durante os “anos de chumbo”, isto é, retrata adequadamente o novo contexto político então em construção.

A discussão historiográfica apresentada até o momento, permite-nos perceber que o tema da corrupção pré e pós golpe militar aparece com certa frequência nos trabalhos sobre a ditadura, como, por exemplo, nas teses desenvolvidas pela historiografia de meados dos anos 1990 (grupo do CPDOC-RJ) sobre as causas da deposição de Jango e a tese de doutorado de Pedro Campos, a respeito das relações escusas das empreiteiras com os governos militares, que foram analisadas no capítulo.

Além dessas duas obras, diversas outras também trataram, direta ou indiretamente, da temática referente à corrupção. O livro *Brasil: Nunca Mais*, na sexta parte, “O sistema repressivo – da origem do regime militar, à consolidação do estado autoritário”, possui um tópico sobre roubos e extorsões, com depoimentos e denúncias de réus que tiveram bens roubados por agentes de segurança¹⁰⁹. José Carlos de Assis, jornalista investigativo à época da ditadura, publicou três livros cujo foco foram escândalos financeiros desse período: *A Chave do tesouro, anatomia dos escândalos financeiros no Brasil: 1974/83*; *Os mandarins da República* e *A dupla face da corrupção*. Nesses livros, o jornalista analisa casos de corrupção, entre eles os que ficaram conhecidos como os casos *Luftalla* (referente a um empréstimo com dinheiro público que teria sido concedido para uma indústria têxtil pertencente ao sogro de Paulo Maluf, prefeito de São Paulo nomeado pelo governo militar), o do Grupo Delfim (relativo a suspeitas de negociatas com terrenos superfaturados envolvendo o Banco Nacional de Habitação e o então ministro Delfin Neto) e o da Coroa Brastel (denúncias de que os ministros Delfin Neto e Ernani Galvêas teriam favorecido o

¹⁰⁹ ARNS, Paulo Evaristo Cardeal. *Brasil: Nunca Mais*. Petrópolis: Editora Vozes, 1985.

grupo pertencente ao empresário Assis Paim, por meio de um empréstimo da Caixa Econômica Federal).

Elio Gaspari, na obra *A Ditadura Escancarada*, relata, dentre outros, que esse regime formou-se usando a tortura como ferramenta de controle e extermínio de opositores, mas também com a prática da corrupção. Analisando o período que vai de 1969, logo depois da edição do AI-5, ao extermínio da guerrilha liderada pelo Partido Comunista do Brasil nas matas do rio Araguaia em 1974, o autor analisa supostos casos de corrupção de promotores do Ministério Público, que teriam sido pressionados a interromper investigações contra o delegado paulista Sérgio Fernandes Paranhos Fleury¹¹⁰. Gaspari afirma que houve até mudança na lei para protegê-lo. Segundo ele,

(...) em novembro de 1973, no crepúsculo do governo Médici, providenciou-se uma nova redação para o artigo 594 do Código de Processo Penal, determinando que os réus primários com ‘bons antecedentes’ depois de condenados, teriam direito à liberdade enquanto durasse a tramitação de seus recursos. Simples: abriu-se uma brecha para que o delegado respondesse em liberdade (...) o mandado de prisão caducara. Fleury estava livre.¹¹¹

Como pudemos constatar, embora o tema da corrupção durante a ditadura civil-militar no Brasil esteja presente com certa frequência em nossa historiografia, poucas são as pesquisas acadêmicas sobre a atuação da CGI para o “combate” à corrupção daquela sociedade, cabendo destacar, nesse sentido, três pesquisadores que, ao nosso ver, estudaram com mais profundidade o assunto. São eles: Carlos Fico, Heloisa Maria Starling e Paulo Roberto Krüger.

Sobre esse tema, Fico escreveu a obra já mencionada em nossa introdução, *Como eles agiam. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e Polícia Política*. O quarto capítulo desse livro debate como o sistema CGI continha um discurso moral contra a corrupção.¹¹² Heloisa Starling, coautora de *Corrupção: ensaios e críticas*¹¹³, aborda no artigo Ditadura Militar questões relativas aos contextos em que se deram as criações das duas Comissões Gerais de Investigação e a ineficácia das mesmas no combate à corrupção.

¹¹⁰ GASPARI, Elio. *A Ditadura Escancarada*. Editora Companhia das Letras. São Paulo, 2002, p. 366.

¹¹¹ GASPARI, *A ditadura Escancarada...*, p. 374.

¹¹² FICO, *Como eles agiam...*, p. 149-163.

¹¹³ AVRITZER, Leonardo et al. *Corrupção: ensaios e críticas*. Belo Horizonte: UFMG, 2008, p. 213-222.

Krüger, por outro lado, trabalhou em sua dissertação de mestrado¹¹⁴ com processos da CGI no município de Cascavel-PR, entre os anos de 1969 e 1970. Em sua pesquisa, o autor debate a atuação da CGI no referido município, onde a mesma agiria dentro de um padrão que privilegiava a investigação de opositores ao regime civil-militar em detrimento daqueles que poderiam ter uma relação de apoio ao regime da ditadura.¹¹⁵

A título de conclusão do capítulo, cabe assinalar que os estudos sobre o período da ditadura civil-militar possuem uma lacuna no que se refere à temática da CGI. Compreendemos que essa lacuna precisa ser preenchida com mais produções acadêmicas que levem, sobretudo, a uma reflexão a respeito dos desdobramentos da atuação dessa comissão, tanto para o período que ela existiu, como para a atualidade. Tal Comissão, que constitui o principal objeto da presente Dissertação de Mestrado, receberá uma reflexão pontual no próximo capítulo.

¹¹⁴ KRÜGER, Paulo Roberto. *Combatendo a “corrupção” em Cascavel: análise de processos da Comissão Geral de Investigações em 1969 e 1970*. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Faculdade de História, Programa de Pós-Graduação em História, Mestrado, 2015.

¹¹⁵ KRÜGER, *Combatendo a “corrupção”...*, p. 130-131.

CAPÍTULO II – A ATUAÇÃO DA COMISSÃO GERAL DE INVESTIGAÇÕES NO “COMBATE” À CORRUPÇÃO.

Neste capítulo, abordaremos a política oficial de “combate” à corrupção e à subversão adotada pelos governos da ditadura civil-militar, que se deu por meio da criação de duas Comissões Gerais de Investigação. A primeira surgiu em 1964 e a segunda em 1968. Tais órgãos, tinham a função de investigar e punir supostos corruptos e subversivos. Os documentos produzidos por essas comissões podem ser classificados como “fontes sensíveis” de nossa história recente. Conforme definição apresentada em artigo escrito por Caroline Silveira Bouer e René E. Gertz:

Numa definição ampla, pode-se afirmar que arquivos da repressão são conjuntos documentais produzidos pelos órgãos de informação e segurança do aparato estatal em ações repressivas, durante períodos não-democráticos.¹⁴¹

Sendo os documentos produzidos por essas comissões de investigação, oriundos de órgãos de informações da ditadura visando a repressão de “corruptos” e “subversivos”, compreendemos a pertinência da classificação desses documentos como “fontes sensíveis”. Para o trabalho com essas fontes, cabe mencionar, alguns cuidados considerados importantes, por Bouer e Gertz, ao se trabalhar com fontes de arquivos da repressão:

- Conhecer minimamente o funcionamento do órgão de informação ou repressão que produziu o documento que está sendo analisado;
- Estar atento à data de produção do documento e relacionar seu conteúdo com a conjuntura do período;
- Todo historiador deve cruzar informações de diferentes origens, mas essa exigência se aplica de forma especial para as fontes em questão;
- Numa publicação de resultados da pesquisa, é conveniente tomar cuidados com a divulgação de nomes, tanto de vítimas quanto de agentes de repressão.¹⁴²

Acreditamos ser fundamental seguir as orientações sugeridas, tanto para dar à nossa pesquisa o rigor metodológico necessário para a confiabilidade inerente a um trabalho de caráter acadêmico, como também para se tomar os cuidados éticos imprescindíveis a abordagem de nomes oriundos da análise de “fontes sensíveis”.

¹⁴¹ BAUER, Caroline Silveira & GERTZ, René E. Arquivos de regimes repressivos. Fontes Sensíveis da história recente. In: PINSKY, Carla Bassanezi & Luca, Tania Regina de (Orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009, p. 173-193, p. 177.

¹⁴² BAUER, Arquivos de regimes...p. 186-187.

Entretanto, tais cuidados não devem inibir o historiador de pesquisar com profundidade tais documentos, por ser tratar de uma análise relevante para a nossa melhor compreensão de dilemas atuais de nossa sociedade. Caroline Silveira e René Gertz, afirmam a relevância desses estudos quando destacam que: “(...) nunca é demais frisar que a disponibilização de fundos documentais como esses é fundamental para o conhecimento dos fatos e para a escrita da história, assim como para a consolidação dos próprios regimes democráticos”.¹⁴³

Feito esse “parênteses” sobre como lidar com “fontes sensíveis”, retornaremos as questões analíticas que envolvem a CGI. Nossa hipótese, partindo da análise de Paulo Krugger, é que a Segunda Comissão Geral de Investigação inquiriu a fundo os denunciados que foram considerados pelo regime civil-militar como opositores, tendo abrandado as investigações pertinentes aos que eram considerados aliados¹⁴⁴. Tal fato teria se dado devido a influências políticas internas externas que a comissão sofria no exercício de sua função.

No que se refere às influências internas, assevera Krügger que ela “(...) estava vinculada ao Ministério do Justiça, sendo, na teoria, presidida pelo ministro titular, mas de fato conduzida pelo vice-presidente da CGI, no caso um militar.”¹⁴⁵ Já em relação às influências externas, Fico afirma que, por vezes, processos foram paralisados por conta de influências políticas.¹⁴⁶

Para o desenvolvimento de nossa hipótese a respeito da forma de atuar da 2ª CGI, utilizaremos como fonte documentos produzidos pela comissão em seu processo investigativo relativo a um denunciado por subversão e corrupção. Trata-se do processo 36/1969, que envolvia o ex-prefeito do município de Miracema-RJ, Altivo Linhares, visto como opositor ao regime ditatorial, por ter sido eleito pelo Partido Liberal (PL), em sua última gestão (1959-1963), numa coligação em que fazia parte o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), então legenda política do presidente do Brasil João Goulart.

Faremos a seguir, uma discussão pertinente aos projetos políticos dos partidos mais influentes na conjuntura nacional no período da chamada redemocratização (1945 a 1964). Seriam esses: Partido Social Democrático (PSD), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e

¹⁴³ BAUER, Arquivos de regimes...191.

¹⁴⁴ KRÜGGER, *Combatendo a corrupção...*p. 130-131.

¹⁴⁵ KRUGGER, *Combatendo a corrupção...*p.57.

¹⁴⁶ FICO, *Como eles agiam...*p.160.

União Democrática Nacional (UDN). Incluiremos o Partido Libertador nessa discussão devido este ter sido o partido de Altivo Linhares em sua última gestão à frente da prefeitura de Miracema. Também abordaremos a atuação do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) no contexto do bipartidarismo instituído pela ditadura a partir de 1965.

2.1 - Projetos e partidos políticos entre a redemocratização e a ditadura civil-militar

Na conjuntura final do Estado Novo foram criados os principais partidos políticos brasileiros atuantes da década de 1940 a 1960: a UDN, o PSD, o PTB e o PL. A lei eleitoral de maio de 1945, elaborada sob a supervisão do ministro da Justiça Agamenon Magalhães, determinou a constituição de partidos de caráter nacional, o que rompeu com a tradição regionalista da política partidária brasileira.¹⁴⁷

A UDN foi fundada no dia 7 de abril de 1945, reunindo diversas correntes que nos anos anteriores haviam-se colocado em oposição à ditadura do Estado Novo. Setores liberais que desde 1943, com o lançamento do Manifesto dos Mineiros¹⁴⁸ vinham se manifestando pelo fim do regime ditatorial, se articularam para lançar a candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes à Presidência da República. Para dar sustentação a essa candidatura foi criada a UDN, que num primeiro momento constituiu uma ampla frente anti Vargas.¹⁴⁹ Tal partido se caracterizou pela defesa da democracia liberal e pelo combate aguerrido às correntes getulistas.¹⁵⁰ Em 1965 foi extinto pelo AI-2.¹⁵¹

¹⁴⁷ Partidos políticos nacionais CPDOC. Disponível em: <<<https://cpdocfgv.br/produção/dossies/AEraVargas1/anos37-45/QuedaDeVargas/PartidosPolíticos>>>, p. 1, acesso em 25.06.2020.

¹⁴⁸ O Manifesto dos mineiros, originalmente intitulado Manifesto ao povo mineiro, datado de 24 de outubro de 1943 – em homenagem à Revolução de 1930 –, foi o primeiro pronunciamento público de setores liberais contra o Estado Novo. Cf.: “MANIFESTO DOS MINEIROS CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil”. Disponível em: <<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/manifesto-dos-mineiros>>> acesso em 25.06.2020.

¹⁴⁹ Partidos Políticos...

¹⁵⁰ Partidos Políticos...

¹⁵¹ O AI-2 era composto de 33 artigos e estabeleceu a eleição indireta para presidência da República, a dissolução de todos os partidos políticos então existentes, o aumento do número de ministros do STF de 11 para 16 – o que garantia ao governo a maioria nesse tribunal e obscurecia a distinção entre justiça ordinária e justiça revolucionária –, a reabertura do processo de punições dos adversários do regime e a impossibilidade de reeleição do presidente da República. Ainda segundo o documento, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, o presidente poderia decretar o estado de sítio por 180 dias sem consulta prévia ao Congresso e demitir funcionários civis e militares Incompatíveis” com a revolução”, além de emitir atos complementares e baixar decretos-leis sobre “assuntos de segurança nacional”. Cf.: “ATOS INSTITUCIONAIS CPDOC – Centro de

O PSD foi fundado no dia 17 de julho de 1945 sob o comando dos interventores estaduais nomeados por Vargas durante o Estado Novo. Sua criação esteve relacionada a articulações das lideranças políticas ligadas a Vargas para se contrapor ao lançamento da candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes pela UDN. Dessas iniciativas surgiria a candidatura presidencial do general Eurico Dutra, ex-ministro da guerra de Getúlio. De uma forma geral, em seu programa, o PSD defendeu a legislação trabalhista e a intervenção do Estado na economia.¹⁵²

As eleições presidenciais realizadas em dezembro de 1945 tiveram como vencedor o general Dutra, candidato do PSD. Este partido exerceu ampla hegemonia sobre a política brasileira entre 1945 e 1965: além de eleger dois presidentes da República (Dutra e Juscelino Kubitschek) e um grande número de governadores, manteve maioria na Câmara dos Deputados e no senado e foi o partido que mais indicou ministros no período. Durante sua existência, o aliado principal do PSD foi o PTB, enquanto o seu grande rival foi a UDN.¹⁵³

O PTB foi criado em março de 1945, portanto antes da queda de Vargas e o fim do Estado Novo. Sua principal base política eram os trabalhadores urbanos cujas entidades sindicais eram controladas pelo Ministério do Trabalho.¹⁵⁴ O programa do partido defendia a manutenção e a ampliação da legislação trabalhista, consolidada durante o Estado Novo, a extensão dessa legislação aos trabalhadores rurais, a reforma agrária, o direito à greve pacífica e a conciliação entre as classes sociais.¹⁵⁵

O Partido Trabalhista Brasileiro apoiou Dutra para a presidência, nas eleições de 1945, em troca do compromisso de que o Ministério do Trabalho do novo governo seria entregue a um petebista.¹⁵⁶ Realizada as eleições, concorrendo em 14 estados, o PTB elegeu 22 deputados federais e dois senadores, entre eles Vargas. Conquistou assim a terceira bancada do Congresso. Com a vitória, no pleito presidencial, foi cumprido o acordo pré-

Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil”. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/atos-institucionais>>, acesso em 25.06.2020.

¹⁵² Partidos Políticos...

¹⁵³ Partidos Políticos...

¹⁵⁴ Partido Trabalhista Brasileiro CPDOC”. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/DireitosSociaisTrabalhistas/PTB>>, p.1, acesso em 25.06.2020

¹⁵⁵ Partido Trabalhista Brasileiro...

¹⁵⁶ Partido Trabalhista Brasileiro...

eleitoral com os petebistas e, foi indicado Octacílio Negrão de Lima para a pasta do Trabalho.¹⁵⁷

Nos anos seguintes, o PTB conseguiria ampliar continuamente sua bancada no parlamento, além de conquistar alguns governos estaduais. Na maior parte das vezes, o aliado preferencial do PTB foi o PSD. Nas eleições presidências de 1950, o PTB elegeu seu candidato: Getúlio Vargas, que retornara à presidência por vias legais.¹⁵⁸

Feitas reflexões gerais a respeito dos três partidos mais representativos do ponto de vista eleitoral do período da redemocratização, cabe agora uma discussão de caráter mais teórico correspondente aos projetos políticos que cada um desses partidos representava naquela sociedade. Para Maria Victória Benevides, embora a UDN defendesse os interesses dos latifundiários e industriais associados ao capital estrangeiro, de uma forma mais direta voltava seu discurso para a classe média com denúncias de corrupção no governo e alertando para os perigos de “proletarização desses mesmos setores médios da sociedade”.¹⁵⁹

Sobre o PSD, Lucia Hippolito ressalta que a sua característica principal foi seria um partido “solidamente instalado no centro político”.¹⁶⁰ Angela de Castro Gomes e Jorge Ferreira, por sua vez, pontuam que:

O PSD atuou como ‘fiador da democracia-liberal brasileira’, pelo menos até a virada dos anos 1950 para 1960. Sua força vinha do povo para conquistar maiorias parlamentares e governos estaduais. Por essas razões, o partido apostou no regime de democracia representativa, inclusive nos momentos de radicalização política.¹⁶¹

Segundo Lucia Hippolito, no início dos anos 1960, a política brasileira deslocou-se para a esquerda, e o PSD não acompanhou esse movimento deixando de ser o centro político e ficando a reboque da conjuntura, apenas reagindo às iniciativas de outros partidos.¹⁶² O pensamento da autora justifica-se pelo fato de que durante o governo João Goulart, o PSD realizou esforço para garantir a continuidade do processo democrático, rompendo com o

¹⁵⁷ Partido Trabalhista Brasileiro..., p. 1.

¹⁵⁸ Partido Trabalhista Brasileiro..., p. 1.

¹⁵⁹ BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. *A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-64)*, São Paulo: Paz e Terra, 1981, p. 217.

¹⁶⁰ HIPPOLITO, Lucia. *De raposas e reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-64)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p.37.

¹⁶¹ GOMES, Angela de Castro & FERREIRA, Jorge. *Brasil, 1945-1964: uma democracia representativa em consolidação*. *Revista Estudios del ISHiR – Unidad Ejecutora en Red ISHiR – CONICET*, Argentina, año 8, n. 20, 2018, p. 260.

¹⁶² HIPPOLITO, *De raposas e reformistas...*, p.37.

presidente e aliando-se à UDN somente 21 dias antes do golpe civil-militar, quando suas bases ameaçaram entrar em rebelião com as lideranças partidárias. O PSD foi para a oposição, mas não conspirou contra o governo.¹⁶³

Já o PTB, na interpretação de Maria Celina D' Araújo, teve como marca a origem carismática, sendo caracterizado pelo personalismo e pelas disputas em torno do legado trabalhista de Vargas.¹⁶⁴ Ainda na ótica dessa autora, “o partido defendia o nacionalismo, a democracia, a cidadania social dos trabalhadores e a distribuição de renda, mas organizacionalmente, era um partido muito centralizado e clientelista”.¹⁶⁵ Tal fato a fez concluir que o nacionalismo e o reformismo do PTB não foram incompatíveis com seu empreguismo e clientelismo.¹⁶⁶

Em relação à perspectiva política desses três partidos, Angela de Castro e Jorge Ferreira sintetizam essa questão ao dizer: “PSD e PTB surgiram sob a égide do getulismo, enquanto a UDN tinha o perfil radicalmente antigetulista”.¹⁶⁷

Para aprofundar a discussão sobre os projetos que tais partidos representavam, recorreremos ao historiador Daniel Aarão. O mesmo analisa o contexto histórico internacional que, segundo ele, contribuiu para que os movimentos nacional-estatistas latino-americanos ganhassem força nos anos finais da década de 1950 e início dos anos 1960. Desta forma, para o autor:

A vitória das revoluções cubana, em 1959, e argelina, em 1962, o processo de independências nacionais na África negra e no mundo árabe e muçulmano, a luta revolucionária no Vietnã (...) conferiam novo alento aos movimentos nacional-estatistas latino-americanos.¹⁶⁸

Daniel Aarão ainda ressalta a importância do êxito da revolução cubana como motivador das correntes nacionalistas na América Latina: “O enfrentamento entre Cuba e os poderosos Estados Unidos da América, a sobrevivência da revolução cubana em meio a pressões de toda ordem, empolgava as correntes nacionalistas (...)”¹⁶⁹.

¹⁶³ HIPOLITO, *De raposas e reformistas...*, p. 37.

¹⁶⁴ D'ARAÚJO, Maria Celina. *Sindicatos, carisma e poder: o PTB de 1945-1965*. Rio de Janeiro, FGV, 1996, p.10.

¹⁶⁵ D'ARAÚJO, *Sindicatos, carisma e poder...*, 170.

¹⁶⁶ D'ARAÚJO, *Sindicatos, carisma e poder...*, 170.

¹⁶⁷ GOMES, *Brasil, 1945-1964...*, p.261.

¹⁶⁸ REIS FILHO, Abril, 1964: a gênese da ditadura. In: *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000, p. 17.

¹⁶⁹ REIS FILHO, *Ditadura militar...*, p.18.

Como vimos, o PTB possuía um programa de cunho nacionalista, portanto podemos compreender que tal contexto internacional favorecia a manutenção de seu rumo desenvolvimentistas em curso. Sobre esse modelo desenvolvimentista brasileiro do período da redemocratização, Aarão o caracteriza da seguinte forma:

(...) o modelo desenvolvimentista efetuara rupturas com o projeto nacional-estatista associado a Vargas, (...) Entretanto, apesar de suas inovações, os 50 anos em 5 de JK conservaram algumas heranças essenciais dos tempos varguistas: o intervencionismo estatal, os pesados investimentos em infraestrutura (Plano de Metas) e a incorporação dos trabalhadores (afrouxamento da tutela ministerial sobre o movimento sindical e gestão associada da Previdência Social)”¹⁷⁰

Ainda no debate sobre os partidos e seus projetos políticos durante a redemocratização, o cientista social Eder Aparecido de Carvalho também compreende que o legado político do último período varguista exerceu forte influência na atuação dos partidos mais representativos da época da redemocratização, seja na perspectiva pró PSD e PTB ou anti Vargas.

De uma maneira geral, os partidos reformistas (populistas), dentro da estrutura partidária onde os partidos no seu íntimo estavam ligados ou faziam oposição a Getúlio, cresceram ao passo que os conservadores e de centro tiveram suas bancadas reduzidas progressivamente. Apesar das distorções se dever também a outros fatores conjunturais, a mudança na estrutura de produção foi de suma importância para o realinhamento do sistema partidário brasileiro, é claro, que não se pode ocultar que o sistema partidário, em seu corpo principal, não se deu em razão de cortes sócio-econômicos, mas o anti ou pró varguismo, herdado no período anterior, forma os elementos decisivos para a institucionalização do sistema político. Basta lembrar a estrutura geral do Estado Novo, mesmo terminando a ditadura Vargas, foi aproveitada na construção da estrutura partidária que se estabelecia, ou seja, o Estado teve influência decisiva sobre o sistema partidário criado em 1945, quando três partidos passaram a representar amplamente o povo brasileiro. O restante dos partidos, do ponto de vista crítico-pessimista, não passava de periferia política – inclusive o PSP que era um partido de projeção apenas regional.

(...) Finalmente, embora tenha havido ao longo do período uma constante aliança entre PSD e PTB, o primeiro parece que exerceu grande peso na decisão do golpe. Trata-se apenas de verificar que até 1963 o presidente Jango governava com o PTB e o PSD. Quando o PSD se distanciou de Goulart e passou para o lado da UDN, o representante maior do executivo

¹⁷⁰ REIS FILHO, *Ditadura militar...*, p.19.

caiu. A ditadura que se instalaria assassinava não apenas o PTB de Jango como também a aliança UDN-PSD.”¹⁷¹

Enfim, cabe transcrever parte do texto sobre o Partido Liberal nesse contexto da chamada redemocratização. Para tanto recorreremos a Carlos Eduardo Leal, em sua pesquisa pelo CPDOC.

Partido político de âmbito nacional fundado por Raul Pilla no dia 10 de novembro de 1945 (...). Em 1945, os gaúchos remanescentes do antigo PL, bem como do PRR e do Partido Republicano Liberal (PRL), de José Antônio Flores da Cunha, participaram da articulação da União Democrática Nacional (UDN). Entretanto, assim que o novo Código Eleitoral foi publicado, exigindo que os novos partidos criados tivessem bases eleitorais em pelo menos cinco estados da União,, os antigos libertadores se reuniram se reuniram – entre 10 e 12 de agosto de 1945 – e decidiram reorganizar seu próprio partido em nível nacional. Embora tivesse bases no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Rio de Janeiro e Pará, o novo PL continuava sob a hegemonia gaúcha das 15.220 assinaturas apresentadas para efeito de fundação do partido, 12.091 provinham do Rio Grande do Sul.¹⁷²

O trecho acima demonstra que, do ponto de vista ideológico, o novo PL estava mais próximo à UDN, devido ao cunho liberal-conservador da composição partidária que o originou como partido nacional. Na citação que faremos abaixo, fica claro esse seu caráter político, pois embora seu programa incentivasse a participação popular nas decisões, foram ressaltados e defendidos os seguintes pontos: um Estado não intervencionista na economia, o direito à propriedade privada e a entrada do capital estrangeiro no país de forma indistinta em relação ao capital nacional. Conforme ressalta Leal:

Ao contrário de seu antecessor, o novo PL caracterizou-se pela defesa intransigente do regime parlamentarista. O programa partidário, revisto e aprovado nas convenções de 1945 e 1947, preconizava a ‘verdadeira democracia’ representativa’(...)

Duas medidas fundamentais eram também previstas para complementar o sistema de representação popular: o referendo que submeteria à sanção popular “leis e reformas de excepcional importância”, e o plebiscito,

¹⁷¹ CARVALHO, Eder Aparecido de. PSD, UDN e PTB, OS TRÊS GRANDES PARTIDOS DA TERCEIRA REPÚBLICA, *CSONline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais*, Ano I, Edição 01, Fev. 2007, acesso em 16.06.2020.

¹⁷² LEAL, Carlos Eduardo. *Partido Libertador (PL – 1945-1965)* CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-libertador-pl-1945-1965>>, acesso em 20.06.2020.

destinado a “resolver questões emergentes de interesse imediato para a população”.

O PL defendia o regime federativo, com estados autônomos, sujeitos porém às leis federais, mantendo-se o judiciário plenamente independente. Os magistrados gozariam de inamovibilidade e vitaliciedade. As câmaras municipais, por fim, também autônomas, seriam integradas por representantes eleitos diretamente para um período de quatro anos, cabendo-lhes eleger os prefeitos municipais.

O PL reconhecia como princípio elementar da orientação da vida social o direito as propriedades. Consequentemente, o Estado, no campo da economia, teria por função orientar, estimular e assistir a produção, cooperando, apenas em casos excepcionais e intervindo quando tal atitude fosse legitimada ‘pelos interesses do bem comum’. Seria vedada ao Estado a concorrência no campo da iniciativa privada. O capital estrangeiro deveria receber o mesmo tratamento legal, fiscal e administrativo que o dispensado ao capital nacional. Nesse sentido, seria importante o desenvolvimento de uma política contrária aos abusos do protecionismo (...) ¹⁷³

Enfim, cabe enfatizar que, sendo o PL um partido de defesa intransigente do sistema parlamentarista, quando João Goulart conseguiu aprovar o retorno ao presidencialismo, tal partido passou a fazer uma oposição mais radical ao seu governo, vindo a apoiar o golpe de 1964 que o retirou do poder, conforme podemos constatar nas palavras de Carlos Eduardo Leal:

Nas eleições de 1962, o PL conseguiu eleger apenas três deputados federais. (...) preocupado em recuperar os poderes presidenciais, João Goulart, fixou por meio de lei ordinária a data do plebiscito que submeteria o regime parlamentarista à opinião pública em 6 de janeiro de 1963. Através de um manifesto apresentado por Raul Pilla, o povo não teria condições de votar acertadamente ‘porque não conhece suficientemente o sistema parlamentar’. Com o retorno do sistema presidencialista, o PL passou a mover intensa oposição ao governo João Goulart, participando em seguida dos preparativos para o movimento de 1964. Em abril de 1964, o deputado do PL Nicanor Campanário requereu o impeachment de Badger da Silveira, governador do estado do Rio de Janeiro, que seria votado no dia 2 de maio. ¹⁷⁴

O período analisado, chamado de redemocratização, iniciou-se após o Estado Novo e teve fim com o golpe de 1964. Porém, os partidos políticos continuaram existindo até 1965, quando foram extintos pelo AI-2 (AC nº4) e instituído o bipartidarismo, em 20 de novembro. Este Ato Complementar definiu regras a serem seguidas na reorganização partidária. As limitações destas permitiram que se formassem apenas duas agremiações: de um lado, o

¹⁷³ LEAL, Partido Libertador...

¹⁷⁴ LEAL, Partido Libertador...

partido governista Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e, de outro, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

Embora não tenha cassado o mandato de governadores opositores eleitos, o AI-2, representou uma vitória da “linha dura”¹⁷⁵ da ditadura civil- militar. Sua vigência só iria expirar em 15 de março de 1967, ao entrar em vigor a nova Constituição e a nova Lei de Segurança Nacional.¹⁷⁶

O MDB e a Arena organizaram-se no final de 1965 após a extinção do sistema multipartidário. Desta forma:

O bipartidarismo foi, assim, artificialmente implantado por um duplo processo de determinação. Por um lado, a intenção governamental de criar um partido suficientemente forte para lhe assegurar respaldo parlamentar e, por outro lado, a acomodação dentro de cada partido de políticas de posições diversificadas.¹⁷⁷

A Arena deu sustentação político-parlamentar dos governos militares pós-1964 e absorveu a maior parte dos deputados federais que, durante o período do multipartidarismo, pertenciam aos quadros parlamentares da União Democrática Nacional, do Partido Social Democrático, do Partido Democrata Cristão e do Partido Republicano. O MDB, por sua vez, contou com grande contingente oriundo do Partido Trabalhista Brasileiro. Sobre a atuação partidária da Arena, Olavo de Lima Júnior assevera

As funções classicamente desempenhadas por um partido político em um contexto de pluralidade partidária política e social dificilmente poderiam ter sido desempenhadas pela Arena, não só em virtude das leis de exceção então em vigor, como também, sobretudo, porque a Arena representou o papel de braço partidário parlamentar do autoritarismo vigente dentro de

¹⁷⁵ Para Maud Chirio, a expressão “Linha Dura” corresponde às tensões internas dos militares no campo político e, de forma direta, aqueles que criticaram os anos iniciais do governo Castelo Branco, de forma a exigir. “(...) uma intensificação das medidas punitivas e a utilização cada vez mais avançada de instrumentos de exceção. Destas contestações, públicas e reiteradas, nasce a ideia de um grupo radical e turbulento, a ‘linha dura’”. A autora ainda destaca que “Apesar de essa expressão ter sido associada na memória coletiva aos pesados anos 70, particularmente aos membros de órgãos de repressão que usaram de violência – dentro e fora dos porões – para lutar contra a oposição de esquerda, ela já era reivindicada por militares às vésperas do Golpe de Estado; trata-se, portanto de uma categoria nativa, oriunda de um vocabulário dos próprios protagonistas, da qual a pesquisa, os jornalistas e a opinião pública se apoderaram depois e cujo significado evoluiu ao longo da conjuntura política.” Cf.: CHIRIO, Maud. A “primeira linha dura” do regime militar: trajetórias de oficiais do Exército nos anos 60 e 70. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História* – ANPUH. São Paulo, julho de 2011.

¹⁷⁶ “ATOS INSTITUCIONAIS CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil” Disponível em: <<<http://www.fgv/cpdoc/acervo/cicionarios/verbete-tematico/atos-institucionais>>>, acesso em 25.06.2020.

¹⁷⁷ “ALIANÇA RENOVADORA NACIONAL (ARENA) CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea. Disponível em: <<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/alianza-renovadora-nacional-arena>>, acesso em 25.06.2020.

um Congresso despido igualmente de suas prerrogativas clássicas. Como partido governamental a Arena submeteu-se docilmente às iniciativas legislativas do Executivo, defendendo-o sistematicamente das críticas da oposição sem, no entanto, ter logrado ser um partido do governo.¹⁷⁸

O MDB, portanto, constitui-se enquanto um partido político institucional de âmbito nacional, de oposição ao governo, fundado em 24 de março de 1966, dentro do sistema do bipartidarismo¹⁷⁹. Tal partido organizou-se como uma frente oposicionista ao governo federal, reunindo parlamentares que se opuseram ao movimento militar de 1964 e que, sobretudo, discordaram dos rumos que estes imprimiam à condução da política nacional. Recebeu parlamentares migrados, principalmente, do PTB. Entretanto, houve a adesão de políticos oriundos de outros partidos, como por exemplo, PSD, UDN e PDC, embora em quantidade bem menor. Segundo Olavo de Lima Júnior,

Tanto quanto a ARENA, esteve o MDB durante todo o período sujeito às leis vigentes, que incluíam enormes restrições ao funcionamento autônomo do Congresso Nacional e durante a maior parte do período impuseram limitações severas à propaganda política. Diferentemente, no entanto, da Arena que funcionou como partido de sustentação político-parlamentar do Executivo, defendendo-o exacerbadamente, o MDB, captando o sentimento oposicionista, levou o Congresso a exercer o papel de caixa de ressonância da insatisfação popular”.¹⁸⁰

Feita a contextualização a respeito dos partidos políticos mais influentes no cenário político nacional no período da redemocratização (1945-1964) e sobre o bipartidarismo implementado na ditadura, iniciado com o AI-, em 1965, cabem algumas reflexões que permitirão uma conexão com a temática principal deste capítulo.

Iniciando nossos apontamentos é pertinente destacar que a denúncia feita contra Altivo Linhares correspondeu ao seu mandato à frente da prefeitura de Miracema que abrange o período de 1959 a 1963. O mesmo foi eleito a partir de uma coligação entre o seu partido (PL) e o PTB. Embora estivesse sob a legenda do Partido Libertador, em seu último governo, anteriormente já havia sido eleito à prefeito pelo PSD e também exercido esse cargo como interventor durante todo o Estado Novo.

¹⁷⁸ Aliança Renovadora Nacional...

¹⁷⁹ Movimento Democrático Brasileiro (MDB). CPDOC – Centro de pesquisa e Documentação de história Contemporânea do Brasil”. Disponível em: <<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/movimento-democratico-brasileiro-mdb>>>, p.1, acesso em 25.06.2020.

¹⁸⁰ Movimento Democrático Brasileiro...

Tal fato foi usado para reforçar a denúncia de corrupção feita por Salim Bou-Issa contra Altivo Linhares, como veremos mais adiante, já que os políticos que tinham essas origens políticas eram vistos pelos militares golpistas como de natureza corruptível.

Sobre o getulismo que originou esses partidos – PSD e PTB –, vale lembrar, que a os fundadores do Partido Social Democrata eram, sobretudo, os então interventores nomeados por Vargas durante o Estado Novo e que o ex-prefeito de Miracema se constituía num desses interventores, governando a cidade de 1937 a 1945. Compreendemos que essas origens ideológicas de Altivo Linhares serão fundamentais para a nossa futura análise a respeito da atuação da CGI neste caso.

2.2 – A Primeira Comissão Geral de Investigações

Para escrever sobre a criação da Primeira Comissão Geral de Investigações, se faz necessário contextualizar as circunstâncias de sua criação. Após o golpe civil-militar de 1964, a Constituição de 1946 foi mantida. Entretanto, quando o presidente Castelo Branco decreta o AI-1 (Ato Institucional nº 1), ele na verdade está trazendo para o Executivo os poderes necessários para que o governo possa governar de forma soberana, tornando desigual a relação entre os poderes, a favor do Executivo.¹⁸¹

Algumas medidas contidas no AI-1 evidenciam essa intenção de fortalecimento do Executivo em detrimento dos outros dois poderes (Legislativo e Judiciário). Nesse sentido, Swensson Jr. Mattos coloca dois pontos que, em nosso entender, cumpririam com esse objetivo. São eles: “o poder de cassar sumariamente os mandatos de representantes e governantes de qualquer nível [...] além da suspensão dos direitos políticos por um período de dez anos”.¹⁸²

De uma forma geral, podemos dizer que os atos institucionais contribuíram para dar uma legitimação jurídica e política para o regime. Conforme coloca Maria Celina Monteiro Godilho.

O regime militar instalado no Brasil após o golpe de 1964 preocupou-se com sua legitimidade jurídica e política. Manteve o Congresso em funcionamento, na maior parte do tempo, mas afastou da política seus

¹⁸¹ KRÜGGER., *Combatendo a corrupção...*p. 51.

¹⁸² MATTOS, Marco A. V. L. de; SWENSSON JR., Walter C. *Contra os inimigos da ordem: a repressão política do regime militar brasileiro (1964-1985)*. Rio de Janeiro: DP&, 2003, P.18.

opositores, com discurso de estar afastando o país da corrupção e da subversão. Os instrumentos utilizados foram as cassações de mandatos e as suspensões de direitos políticos, previstos nos atos institucionais (...) ¹⁸³
(Grifos do autor)

Como afirmou Godilho, instituições civis pertencentes aos poderes Judiciário e Legislativo continuaram funcionando, embora com muitas restrições. A partir dessa perspectiva, pesquisadores como Anthony Pereira trabalham com o conceito de “legalidade autoritária”, que diz respeito a experiências de regimes autoritários que mantiveram a aplicação de leis durante o tempo em que exerceram o poder. ¹⁸⁴

Por meio dessa orientação, podemos ressaltar que atos institucionais, como o AI-1, foram recursos utilizados, a partir da legalidade autoritária instituída, para cassar políticos que fossem considerados “inimigos da revolução”. Sobre tais políticos perseguidos pela ditadura, Elio Gaspari compreende que o regime criou a figura do “cassado”, atribuindo ao mesmo uma carga ideológica pejorativa. Ou seja, procurou-se depreciar as vítimas do regime por meio desse termo. ¹⁸⁵ Segundo Krügger, “era o início do que ficou conhecido como ‘operação limpeza’, que tinha a intenção do combate à ‘corrupção’ e à ‘subversão’. Para isso, segundo o autor, eram abertos constantemente IPMS – Inquéritos Policial-Militar, presididos por militares espalhados pelos CEIs – Comissões Especiais de Inquérito, que eram coordenadas pela CGI – Comissão Geral de Investigações. ¹⁸⁶

A primeira CGI foi criada pelo decreto nº 53897, de 27 de abril de 1964, com a finalidade de regulamentar as investigações sumárias previstas no artigo sétimo do ato institucional nº 1, de 9 de abril de 1964. Este Ato tratou da suspensão por seis meses das garantias constitucionais ou legais de vitaliciedade e estabilidade daqueles que, submetidos à dita investigação sumária, devessem ser demitidos ou dispensados, postos em disponibilidade, aposentados e transferidos para a reserva ou reformados, assim como viabilizar o artigo 10 do mesmo ato institucional, que previa a possibilidade de suspensão de direitos políticos, por um prazo de dez anos, e cassação de mandatos legislativos federais,

¹⁸³ GODILHO, Maria Celina Monteiro. *Cassação de mandatos, suspensão de direito político e inelegibilidade: relações entre direito e política no regime militar brasileiro (1968-1970)*. Universidade de Brasília. Faculdade de Direito, Programa de Pós-Graduação em Direito – Mestrado, 2015.

¹⁸⁴ PEREIRA, *Ditadura e Repressão...*, p.36.

¹⁸⁵ GASPARI, *A Ditadura...*2002, p.151.

¹⁸⁶ KRÜGGER, *Combatendo a corrupção...*p.52.

estaduais e municipais.¹⁸⁷ Naquele momento, a Comissão Geral de Investigação foi vinculada à Presidência da República, com intermediação do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, com prazo de atuação definido: seis meses para realizar as investigações sumárias pertinentes ao artigo sete e sessenta dias para aqueles relacionados ao artigo 10.¹⁸⁸

Cabia à CGI promover a referida investigação sumária, que podia ser aberta por iniciativa da própria Comissão, por determinação do presidente da República, dos ministros de Estado, dos chefes de gabinetes Civil e Militar da presidência da República, ou em decorrência da representação dos dirigentes de autarquias, sociedades de economia mista, fundações e empresas públicas, de governadores de estados e prefeitos municipais. Os ministérios podiam promover as investigações que achassem convenientes e encaminhá-las em seguida ao presidente da República. Concluídas as investigações, elas deveriam ser encaminhadas à autoridade competente no âmbito de atuação do servidor investigado – se federal, o ministro correspondente, se estadual ou municipal ao governador ou ao prefeito para ciência.

A Comissão Geral de Investigações era composta de três membros considerados idôneos, nomeados pelo presidente da República, que escolhia, dentre os três, qual deles presidiria a entidade. A primeira composição, nomeada por decreto publicado no Diário Oficial da União de 5 de maio de 1964, foi integrada por Estevão Taurino de Rezende Netto, como presidente, Carlos P. Cavalcanti e José Barreto Filho. Recompuesta entre julho e agosto do mesmo ano, ela passou a ser presidida pelo almirante Paulo Bosísio, contando com Amarílio Lopes Salgado e Felipe Luiz Paleta Filho como demais membros.¹⁸⁹

¹⁸⁷ DIBRARQ – Ministério da Justiça e Segurança Pública. Fundo Coleção 1 M. Comissão Geral de Investigação. Disponível em: <<<http://dibrarqarquivonacional.gov.br/index.php/comissao-geral-de-investigacoes-brasil-ii1968-1980>>>, acesso em 03.02.2019

¹⁸⁸ DIBRARQ – Ministério da Justiça e Segurança Pública. Fundo Coleção 1 M. Comissão Geral de Investigação....

¹⁸⁹ Estevão Taurino de R. Netto participou do movimento político-militar de 31 de março de 1964 que depôs o presidente João Goulart, e no mês seguinte, ao atingir a idade limite de permanência no serviço ativo, foi transferido para a reserva no posto de marechal. Ainda em abril, foi nomeado pelo marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, recém-empossado como presidente, chefe da Comissão Geral de Investigações. Cf.: <<http://www.fgov.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/estevao-aurini-de-resende-neto>>, acesso em 03.02.2019. Carlos P. Cavalcanti era Conselheiro nato da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) e seu presidente nos primeiros anos após o golpe. Otavio, Chico. Cf.: O Globo. *OAB se calou na hora mais sombria da ditadura*. 10.12.2008, p. 8. José Roberto Filho, por sua vez, foi membro do Conselho Federal de Educação de 1962 a 1964, órgão que presidiu. Era catedrático em psicologia educacional da pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – da qual é fundador e do Instituto de Educação, foi ainda membro do Conselho Nacional de Educação e da Ordem dos Advogados do Brasil. Cf.: <<http://www.fgov.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/barreto-filho-joseAlmirante>>. acesso em 03.02.2019.

De acordo com o Decreto nº 53.897¹⁹⁰, a CGI foi criada para regulamentar o que estava disposto nos artigos sétimo e décimo do AI-1¹⁹¹. A CGI também tinha um prazo de vida que correspondia com o que afirmavam os artigos que ela regulamentava, ou seja, seis meses quanto ao artigo sétimo, e sessenta dias, quanto ao artigo décimo do AI-1.¹⁹²

O decreto nº 54.609, de 26 de outubro de 1964, extinguiu esta Comissão Geral de Investigação e anunciou que o seu presidente remeteria, num prazo máximo de dez dias, todos os processos resultantes das investigações sumárias aos órgãos competentes.¹⁹³

Sobre a função dessa primeira CGI, Krügger faz a observação de que o seu objetivo era cassar mandatos.¹⁹⁴ Tal conclusão do autor nos dá a compreensão de que o tempo de vida estipulado para a primeira CGI (seis meses), foi o que se entendeu ser necessário para se fazer as cassações que o regime achava pertinente. Sendo assim, compreendemos que esse foi o motivo do decreto nº 54.609 ter sido editado em 26 de outubro de 1964.

Paulo Bosísio foi Ministro da Marinha durante o governo de Castelo Branco. Cf.: <<http://www.fgov.br/cpdoc/acervo/dicionários/verbete-biografico/almiranter-paulo-bosisio>>. acesso em 03.02.2019. Amarílio Lopes Salgado era formado pela faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro, especializado em direito constitucional. Em 157 tornou-se procurador, cargo que exerceu até 1968. Cf.: <<http://www.fgov.br/cpdoc/acervo/dicionários/verbete-biografico/amarilio-lobes-salgado>>, acesso em 03.02.2019. Felipe Luiz Paleta Filho era promotor de justiça. Cf.: <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=089842_07&pagfis=67442&url=http://memoria.bn.br/doctreader>, acesso em 03.02.2019.

¹⁹⁰ O decreto encontra-se na íntegra no site da Câmara dos Deputados. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/-53897-27-abril-394234-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em 02.05.2020.

¹⁹¹ Art, 7º. Ficam suspensas, por (seis) meses, as garantias constitucionais ou legais de vitaliciedade e estabilidade. § 1º - Mediante investigação sumária, no prazo fixado neste artigo, os titulares dessas garantias poderão ser demitidos ou dispensados, ou ainda, com vencimentos e as vantagens proporcionais ao tempo de serviço, postos em disponibilidade, aposentados, transferidos para a reserva ou reformados, mediante atos do Comando Supremo da Revolução até a posse do Presidente da República e, depois da sua posse, por decreto presidencial ou, em se tratando de servidores estaduais, por decreto do Governador do Estado, desde que tenham atentado contra a segurança do País, o regime democrático e a probidade da administração pública, sem prejuízo das sanções penais a que estejam sujeitos. § 2º - Ficam sujeitos as mesmas sanções os servidores municipais. Neste caso, a sanção prevista no § 1º lhes será aplicada por decreto do Governador do Estado, mediante proposta do Prefeito municipal. § 3º - Do controle jurisdicional desses atos limitar-se-á ao exame de formalidades extrínsecas, vedada a apreciação dos fatos que o motivaram, bem como da sua conveniência ou oportunidade [...] Art. 10 – No interesse da paz e da honra nacional, e sem limitações previstas na Constituição, os Comandantes-em-chefe, que editam o presente Ato, poderão suspender os direitos políticos pelo prazo de dez anos e cassar mandatos legislativos federais, estaduais e municipais, excluída a apreciação judicial desses atos” – Ato Institucional nº 1/64. Disponível em <<<http://www.planalto.gov.br/ccv1/03/AIT/ait-01-64.htm>>>, acesso em 02.05.2020.

¹⁹² KRÜGGER, *Combatendo a corrupção...*, p.54.

¹⁹³ DIBRARQ – Ministério da Justiça e Segurança Pública. Fundo Coleção 1 M. Comissão Geral de Investigação....

¹⁹⁴ KRÜGGER, *Combatendo a corrupção...*, p.54.

Considerando a contextualização referente à 1ª CGI, faremos algumas considerações, a seguir. Os processos movidos por essa Comissão Geral de Investigação não tiveram eficácia em relação à punição dos denunciados, conforme demonstra Gaspari ao afirmar que ela:

(...) examinou 1110 casos, alcançando 2176 pessoas e propondo 635 punições, enquanto apenas um IPM (que investigava uma rebelião de marinheiros) havia indiciado 839 cidadãos brasileiros. Sendo 249 condenados a penas superiores a cinco anos, maior do que qualquer condenação imposta pela CGI.¹⁹⁵

Tal fato levou Gaspari a ponderar que, embora a Comissão Geral de Investigação tivesse atuado no sentido da defesa da moralidade pública, “ela se constituiu muito mais em um ‘ingrediente’ de propaganda do que um compromisso efetivo”. Nesse sentido, o autor chega a conclusão de que por esse motivo tal Comissão teria tido um tempo curto de vida.¹⁹⁶

Um outro aspecto a ser destacado é o de que os inquéritos, segundo Carlos Fico, eram lentos e dependiam da concordância do presidente Castelo Branco. Além disso, ainda havia a Justiça que, com certa frequência, emitia habeas corpus às vítimas, o que desagradava os militares mais ansiosos às ações punitivas.¹⁹⁷

Para enfatizar os aspectos indicados por Fico, cabe mencionar Krügger quando ele ressalta que “(...) entre abril de 1964 e outubro de 1965 cabia recurso ao STF (Supremo Tribunal Federal) por parte daqueles que se sentissem atingidos em seu direito”.¹⁹⁸ Dessa forma, a Corte foi responsável por interromper vários IPMs antes mesmo de alcançarem a etapa judicial. Tal atitude (impetração do habeas corpus) teria sido muito praticada até a decretação do Ato Institucional nº5 (AI-5).¹⁹⁹

2.3 - A Segunda Comissão Geral de Investigações

Em relação ao Ato Institucional nº 5, cabe lembrar, que foi por meio de um de seus artigos que se deu a criação da Segunda Comissão Geral de Investigação, em 1968. Com referência aos Atos Institucionais, o regime civil-militar decretou dezessete, sendo o mais conhecido dentre eles o AI-5, que marcou a radicalização do governo durante os “anos de chumbo”. Para Maria Celina D’Araújo:

¹⁹⁵ GASPARI, Elio. *A ditadura...*, p.154-155.

¹⁹⁶ GASPARI, Elio. *A ditadura...*

¹⁹⁷ FICO, *Além do golpe*: p. 73.

¹⁹⁸ KRÜGGER, *Combatendo a corrupção...*p. 53.

¹⁹⁹ ARNS, *Projeto Brasil...*, p. 169-170.

O Ato Institucional nº5, baixado em 13 de dezembro de 1968, durante o governo do general Costa e Silva, foi a expressão mais acabada da ditadura militar brasileira (1964-1985). Vigorou até dezembro de 1978 e produziu um elenco de ações arbitrárias de efeitos duradouros. Definiu o momento mais duro do regime, dando poder de exceção aos governantes para punir arbitrariamente os que fossem inimigos do regime ou como tal considerado.²⁰⁰

Foi justamente por meio deste ato institucional, criado para assegurar a supremacia do regime civil-militar em seu momento mais duro, que surgiu a Segunda Comissão Geral de Investigação. Sendo assim, citaremos a seguir, o artigo do decreto-lei em que se deu o surgimento desta comissão. Tal descrição será relevante como instrumentalização para posteriores reflexões sobre a mesma.

DECRETO-LEI Nº 359, DE 17 DE DEZEMBRO DE 1968

O Presidente da República no uso das atribuições que lhe confere o inciso 1º do art. 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968.

Decreta:

Art. 1º Fica instituída no Ministério da Justiça, a Comissão Geral de Investigações com a incumbência de promover investigações sumárias para o confisco de bens de todos quantos tenham enriquecido, ilicitamente, no exercício de cargo ou função pública, da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios ou dos Municípios, inclusive de empregos das respectivas autarquias, empresas públicas ou sociedades de economia mista.

Art. 2º A investigação será instaurada por determinação do Presidente da República, por iniciativa da Comissão ou por solicitação de Ministro de Estado, Chefe de Gabinete Militar ou Civil do Presidente da República, do Serviço Nacional de Informações, de Governadores de Estado ou Território, de Prefeito do Distrito Federal ou de Município ou de dirigente de autarquia, empresa pública ou sociedade de economia mista da União, Estados, Distrito Federal, Territórios ou Municípios.

Parágrafo Único. Poderá, também, ser instaurada investigação mediante representação de qualquer autoridade ou cidadão, formulada por escrito e sob as cominações do art. 339 do Código Penal.

Art. 4º Durante a investigação, ou após ela, será dado ao indiciado oportunidade de defesa, por escrito, em prazo não excedente de oito dias.

Parágrafo Único. Esgotado o prazo sem que o indiciado apresente defesa, ser-lhe-á nomeado defensor para apresentá-la no prazo de cinco dias.

Art. 5º Encerrada a investigação, se a Comissão concluir pela existência de enriquecimento ilícito, proporá ao Presidente da República a expedição de decreto de confisco, com a especificação dos bens por ele atingidos.

Parágrafo Único. Publicado o decreto, no Diário Oficial, se se tratar de bens imóveis, o Ministério da Justiça, no prazo de 30 dias, remeterá cópia ao

²⁰⁰ D'ARAÚJO, Maria Celina. O AI-5. *Fatos e Imagens*: artigos ilustrados de fatos e conjunturas do Brasil. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5>>. Acesso em: 23.02.2020.

Secretário de Justiça, ou autoridade equivalente, dos Estados, Distrito Federal ou Territórios, para que determine aos titulares dos Registros de Imóveis a transição dos bens em nome da Fazenda Pública.

Art. 6º Considera-se enriquecimento ilícito, para efeitos desse decreto-lei, a aquisição de bens, dinheiros ou valores, por quem tenha exercido ou exerce cargo ou função pública da União, Estados, Distrito federal, Territórios ou Municípios, assim como das respectivas autarquias, empresas públicas ou sociedades de economia mista, sem que, a época da inquirição, dispusesse de idoneidade financeira para fazê-la, à vista de declaração de rendimentos apresentada para fins de pagamento do imposto de renda.

Parágrafo único. Considera-se, também, enriquecimento ilícito, a aquisição de bens, dinheiros ou valores por quem tenha exercido ou ainda exerce cargo ou função pública da União, Estados, Distrito Federal, Territórios ou Municípios, assim como das respectivas autarquias, empresas públicas ou sociedades de economia mista, e que, embora dispondo a época da aquisição, de idoneidade financeira para fazê-lo, não haja comprovado a sua legitimidade perante a Comissão.

Art. 7º O ônus da prova da legitimidade da aquisição caberá ao indiciado.

Art. 9º Decretado o confisco, a prova da legitimidade da aquisição dos bens, dinheiros ou valores, deverá ser feita no prazo de seis meses.

Parágrafo único. Em se tratando de requisição de militares da União, o Presidente da Comissão dirigir-se-á ao Ministro de Estado competente, que ajuizará da convergência do afastamento do requisitando.

Art. 11 Continuam em vigor o Decreto nº 3240, de 8 de maio de 1941, e as Leis ns. 3164, de 1 de junho de 1957, e 3502, de 21 de dezembro de 1958, no que não colidirem com o disposto neste decreto-lei.

Art. 12 Fica o Poder Executivo autorizado a abrir o crédito especial de NCr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros novos) para atender as despesas decorrente da execução deste decreto-lei.

Parágrafo único. O crédito a que se refere este artigo vigorará de 31 de dezembro de 1969 e as despesas decorrentes correrão a conta do Fundo de Reserva Orçamentária, de que trata o art. 91 do Decreto lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967.

Brasília, 15 de dezembro de 1968. 147º da Independência e 80º da República.²⁰¹ (Grifos do autor)

Iniciando nossas considerações sobre o Decreto-lei nº 359, cabe dizer que, oficialmente, a 2ª CGI foi criada com o objetivo de investigar e combater a corrupção de funcionários públicos da administração direta e indireta, tratado no art. 6º como “enriquecimento ilícito de quem tenha exercido cargo ou função pública”. Tal ideia de corrupção relacionada ao setor público está em consonância com o conceito de corrupção de Ludovico Incisa, que o reconhece como um “(...) fenômeno pelo qual um funcionário público

²⁰¹ DECRETO-LEI Nº 359, DE 17 DE DEZEMBRO DE 1968. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccvil_03/decreto-lei/del0359.htm>. Acesso em 05.06.2020.

é levado a agir de modo diverso dos padrões normativos do sistema, favorecendo interesses particulares em troca de recompensa”²⁰²

Embora ligada à dimensão de corrupção indicada, na prática a Comissão extrapolou em muito a esfera da investigação no âmbito do funcionalismo público, conforme podemos constatar nas palavras de Krügger: “A comissão assumiu investigações estranhas a sua competência, como o Jogo do Bicho, atraso de salários de professores do Rio Grande do Norte e irregularidades na Confederação Baiana de Futebol”.²⁰³

Outro ponto a ser pensado, refere-se ao Parágrafo único do artigo 2º, segundo o que investigações poderiam ser instauradas a partir da apresentação de qualquer autoridade ou cidadão. Tal parágrafo, nos possibilita deduzir que uma das estratégias da CGI era a de moldar o comportamento das pessoas, por meio da promoção da sensação de que estavam sendo vigiadas de uma forma permanente.

Segundo Fico, a CGI tinha como *modus operante*, promover ações catalíticas com o objetivo de intimidar as pessoas, por meio de “convocações arbitrárias”, para alertá-las sobre possíveis punições no futuro

Os objetivos da ‘ação catalítica’ expressam bem o projeto de uma ‘utopia autoritária’ dos militares no poder: munidos de um instrumento repressivo ‘adequado’ ansiavam por eliminar todas as mazelas sociais, através de intervenções rápidas, cirúrgicas, no doente ‘corpo social brasileiro’.²⁰⁴

Nesse sentido, afirma Krügger:

A CGI era, pois, um órgão legitimador de uma verdade que utilizava suas ações para afirmar a existência de corrupção e causar na sociedade, ou ao menos aos que tinham conhecimento da existência da CGI, o sentimento de constante vigilância.²⁰⁵

Essa visão está baseada no conceito foucaultiano do panoptismo. O panoptismo de Bentham é a representação arquitetônica de um edifício em forma de anel dividido em pequenas alas, no qual tudo que era feito pelo indivíduo estava exposto ao olhar de um vigilante, que ninguém podia ver.²⁰⁶ O Panóptico automatiza o poder ao influir naquele que

²⁰² INCISA, Ludovico. Corrupção BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*. 11ª ed., vol. 1 Brasília: UNB, 1998, p. 291.

²⁰³ KRÜGGER, *Combatendo a corrupção...*p.61.

²⁰⁴ FICO, *Como eles agiam...*p. 158.

²⁰⁵ KRUGGER, *Combatendo a corrupção...*p.60.

²⁰⁶ FOUCAULT, *O Panoptismo...*, p. 190-191.

é observado uma sensação consciente de uma vigilância permanente. Ou seja, os vigiados são presos em um sistema no qual eles mesmos são portadores das relações que os submetem. Ao refletir sobre o panóptico e a sujeição, Foucault assevera que o indivíduo “(...) está submetido a um campo de visibilidade, e sabe disso, retoma por sua as limitações do poder; (...) fá-los funcionar espontaneamente sobre si mesmo; (...) torna-se o princípio de sua própria sujeição”²⁰⁷

Consideramos que a estratégia de controle social da CGI para “combater a subversão e a “corrupção” foi a de causar uma sensação nas pessoas de que podiam estar sendo permanentemente vigiadas, o que poderia estimular o medo de virem a ser punidas. Dessa forma, essa estratégia de ação poderia resultar em um comportamento social da população condizente com as anseio do regime em curso.

Tal *modus operandi* da CGI supriu a falta de estrutura que esta comissão possuía para fazer diligências em todo o país, por meio de suas subcomissões, conforme comentaremos a seguir em nossas considerações sobre o artigo 3º. Tal artigo, do Decreto-lei 359, trata da criação de subcomissões para realização de diligências em qualquer parte do território nacional e do artigo 11º, que determinava a quantia destinada a atender as despesas decorrentes da criação e atuação da CGI.

Para Fico, a verba repassada pelo Ministério da Justiça à CGI não era suficiente para atender as investigações que as subcomissões tinham que fazer em todos os espaços políticos e públicos do Brasil. Por isso, a comissão teria adotado a estratégia de valorizar a atuação pelo “medo”. Ou seja, a existência e o conhecimento público da CGI causaram, segundo Carlos Fico, um certo “comedimento” nas potenciais práticas corruptivas.²⁰⁸ Entretanto, o autor afirma que na prática os casos não aconteciam exatamente dessa forma, pois, por vezes, os processos foram paralisados por conta de influências políticas.²⁰⁹

Sendo assim, consideramos adequada a analogia entre o conceito do panoptismo foucaultiano e a estratégia de ação da 2ª CGI, tendo em vista que ambos visavam criar um vigilância “invisível” permanente, contribuindo para que os indivíduos, pelo medo da punição, passassem a se comportar de acordo com um padrão estabelecido por aquela determinada sociedade.

²⁰⁷ FOUCAULT, *O Panoptismo...* p.192.

²⁰⁸ FICO, *Como eles agiam...*, p.160.

²⁰⁹ FICO, *Como eles agiam...*, p.160.

A constatação de Carlos Fico colabora para o nosso interesse em estudar a atuação da Segunda Comissão Geral de Investigações, fomentando uma das hipóteses de nossa dissertação, que seria a de pesquisar se tal Comissão inquiriu a fundo os denunciados que foram considerados, pelo regime civil-militar, como opositores, tendo abrandado as investigações pertinentes aos que eram entendidos como aliados. Tal fato, teria se dado devido a influências externas e internas que a comissão sofria no exercício de sua função.

Para fundamentar tal hipótese, analisaremos a seguir, a uma fonte selecionada para esse fim. Trata-se de documento produzido pela Segunda Comissão Geral de Investigações (processo nº 36/1969), que envolvia o ex-prefeito da cidade de Miracema-RJ, Altivo Linhares, a partir de uma denúncia do então Presidente da Câmara de Vereadores, Salim Bou-Issa.

Linhares foi visto com desconfiança, no referido processo, por ter sido adepto do getulismo trabalhista no passado e eleito em sua última gestão numa aliança com o PTB, legenda partidária em que o presidente João Goulart era filiado.

Altivo Linhares era um político tradicional de Miracema, tendo exercido algumas vezes o cargo de prefeito desta cidade: 28/11/1937 a 11/11/1945 (interventor), 11/10/1947 a 30/10/1951 (PSD) e 31/01/1959 a 30/01/1963 (PL)²¹⁰. Na esfera do Legislativo, Altivo Linhares, foi deputado estadual e senador pelo Partido Libertador (PSD/PL) representando estado do Rio de Janeiro entre 1952 e 1954.²¹¹

Após a deposição de Jango, ele se filiou à Arena²¹². Seu partido (PL) antes de 1964, como vimos na discussão dos projetos político-partidários durante a redemocratização, havia apoiado o golpe.

Já o denunciante, Salim, foi eleito vereador pela primeira vez em 1962 (PSD), tendo se tornado líder do partido na Câmara, em 1963.²¹³ Seu partido passou para a oposição à Altivo, quando ele se desfilou do mesmo, após ter pedido exoneração do cargo de prefeito

²¹⁰ MENEZES, Hécio Granato, Blog Miracema RJ: - *História de Miracema – A Cema de Mira*. (31.03.2009). Disponível em: <<<http://miracemaestadorj.blogspot.com/2009/03/cema-de-mira-pesquisa-seguir-baseia-se.html>>>, acesso em 04.05.2020.

²¹¹ Pronunciamento de Altivo Mendes Linhares em 15/09/1954-Pronunciamentos – Senado Federal. Disponível em:<< <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamento/331006>>>, Acesso em 04.05.2020.

²¹² MONTEIRO, Maurício. *Altivo Linhares – Memórias de um líder da velha província*. Itaperuna: Damadá Artes Gráficas e Editora Ltda, 1986, p.162.

²¹³ Ata da reunião de instalação do primeiro período ordinário da atual legislatura, mês de março do ano de mil novecentos e sessenta e três, no salão da Câmara, folha nº 10.

de Niterói (1954), devido a desentendimentos políticos com a Câmara de Vereadores e o governador do estado do Rio de Janeiro, Amaral Peixoto, também do PSD.²¹⁴ Disse ele:

Contra mim se formavam aqueles que eram candidatos meus, no PSD, e aqueles que foram contra mim pela UDN, verdadeiro cambalacho que só serviu para deixar a imagem caricata da política do que hipoteticamente queriam a criação do município.”²¹⁵

No mesmo ano, fundou o Partido Libertador, conforme o mesmo relatou: “(...) depois que eu deixei o PSD e fundei o Partido Libertador no Estado, depois de ter deixado a Prefeitura de Niterói, consegui me reeleger prefeito de Miracema cumprindo o mandato de 1959 a 1963.”²¹⁶

O PSD da época que Salim se tornou vereador, em 1962, já não tinha o varguismo aceito de forma unânime internamente. Fora isso, parte significativa do partido se aproximava, gradualmente, ao encontro de seu histórico adversário político: a UDN. Segundo Eder Aparecido de Carvalho:

A partir da vitória, nas urnas, de Jânio (1960) o processo de redemocratização começa a se desintegrar – mais precisamente quando terminou a lua de mel entre Jânio e UDN. Agravou-se ainda mais a postura radical udenista quando Goulart tomou posse. Em 1964 o golpe já era aclamado pelas principais lideranças do partido. O PSD dividido em relação a Jânio pôs fim à aliança PSD-PTB durante o período que Goulart ocupou a cadeira presidencial. Parte considerável do PSD aliava-se cada vez mais à UDN (adversário tradicional) a cada ação do poder executivo, até que em 10 de março os pessedetistas rompem oficialmente com o governo, mais precisamente, uma fração do PSD sustentou o golpe defendido pela UDN enquanto outra parte (em menor número) apoiava o governo João Goulart.²¹⁷

Tal conjuntura nacional de aproximação entre antigos adversários, demonstra que cada vez mais o PSD se distanciava do trabalhismo getulista. Ou seja, as diferenças ideológicas entre ambos diminuía a “passos largos”. Tal contexto, já era percebido nas eleições municipais de Miracema desde 1958. Segundo as palavras de Altivo Linhares dirigidas ao líder da UDN na cidade (Ventura Lopes), houve uma grande migração de udenistas, nesse período, para o PSD. O processo levado a cabo pela CGI, por sua vez, atestou

²¹⁴ MONTEIRO, *Altivo Linhares...*, p. 119-122.

²¹⁵ MONTEIRO, *Altivo Linhares...*, p. 104.

²¹⁶ MONTEIRO, *Altivo Linhares...*, p. 104.

²¹⁷ CARVALHO, PSD, UDN e PTB..., p.159.

que: “Nas eleições de 1958, o seu partido já enfraquecido com muitas adesões ao PSD procurou colocar a luta estadual e municipal no campo pessoal”.²¹⁸

A medida em que o PSD e a UDN reduziam as suas diferenças ideológicas, Altivo Linhares, mesmo no PL, ainda se intitulava como um político identificado com o getulismo. Conforme diz o mesmo em carta endereçada ao governador do estado do Rio de Janeiro, Roberto Silveira (PTB), em 20 de outubro de 1959:

Sou revolucionário de 1922 e getulista desde a aliança liberal.” Continua Altivo, mais adiante, ao se referir ao seu projeto de fazer um busto de Vargas, como forma de homenageá-lo: “Ainda agora o Ventura licenciou-se, vereador que é, para não votar a favor da ereção do busto do saudoso presidente Getúlio Vargas.”²¹⁹

Feito esse parênteses, para contextualizar os históricos políticos de Altivo Linhares e Salim Bou-Issa, cabe dizer que o nosso objetivo ao pesquisar o processo de investigação sumário instaurado contra Altivo Linhares não é o de averiguar se em sua gestão à frente da prefeitura de Miracema houve ou não corrupção, mas sim compreender como a questão político-ideológica influenciava na atuação da CGI quando decidia se uma investigação sumária seria aberta contra o denunciado.

Tal fato fica claro em diversas passagens da denúncia de Salim Bou-Issa (processo 36/69), então presidente da Câmara Municipal de Miracema pela Aliança Renovadora Nacional (ARENA), contra Altivo Linhares, como demonstraremos oportunamente.

Por meio do ofício 1-11/69, que consta no processo em análise (36/69), expedido pelo Gabinete do Presidente da Câmara de Vereadores de Miracema-RJ, o denunciante descreve, segundo sua ótica, quem é o denunciado. Esse ofício foi encaminhado ao General Carlos Alberto Fontoura (Chefe do Serviço Nacional de Informações) e repassado, posteriormente, à SCGI-RJ (Subcomissão Geral de Informações no Estado do Rio de Janeiro). Na página inicial do documento, denominada “Relatório Reservado”, Salim Bou-Issa destaca que:

Em primeiro, desejo esclarecer que o presente relatório no que tange ao seu conteúdo, não representa nenhuma revanche ou vingança de ordem pessoal e sim esclarecer ao egrégio SNI o que vem ocorrendo em Miracema por conta

²¹⁸ CGI, PROC. 36/69 – RJ. In: “FUNDO COMISSÃO GERAL DE INVESTIGAÇÃO – CGI. Arquivo Nacional de Brasília, Resposta ao Chefe da UDN – Sr. Ventura Lopes, p. 39.

²¹⁹ CGI, PROC. 36/69 – RJ. In: “FUNDO DE COMISSÃO GERAL DE INVESTIGAÇÃO – CGI”. Arquivo Nacional de Brasília, CARTA, 20 de novembro de 1959, p. 41.

de alguém que tem contas a prestar à revolução de 1964, pelo seu passado torpe e mesquinho, por ser corrupto em potencial e subversivo.²²⁰

Antes de refletirmos a respeito das denúncias de Salim, é importante assinalar que a análise das fontes se dará à luz do contexto histórico-social em que o discurso foi feito. Essa perspectiva analítica está embasada em José D'Assunção Barros, segundo o qual: “(...) a avaliação do texto como ‘objeto de comunicação implica na análise do contexto histórico-social que o envolve e que, de alguma maneira, atribui-lhe sentido’”.²²¹

Sendo assim, buscaremos fazer a conexão do discurso com o tempo histórico em que ele ocorreu. Assim, sobre a declaração de Salim, cabem algumas considerações. A denúncia foi feita em 1969, no período em que o denunciante ocupava o cargo de Presidente da Câmara de Vereadores de Miracema, sendo que, no ano seguinte à acusação contra Altivo Linhares, o mesmo se torna prefeito da cidade, governando de 31 de janeiro de 1970 a 30 de novembro de 1971. Salim ainda retornaria a prefeitura em 1º de fevereiro de 1977, lá permanecendo até 31 de março de 1983.

Considerando que a denúncia de Salim se deu numa época em que a conjugação subversão/corrupção “andavam de mãos dadas”, devido a ideia da existência de “políticos venais”, chamar Altivo de subversivo, tendo como base o “resgate” da memória do ex-prefeito como getulista, poderia ser uma ótima estratégia para que, por meio da CGI, ele fosse afastado do cenário político de Miracema. Se tratava de um ex-prefeito com profundas raízes e influência na cidade. Altivo poderia, futuramente, atrapalhar um “salto” de Salim na hierarquia política do município, como o fez.

Carta escrita por Altivo Linhares, em 30 de dezembro de 1968, comprova que o mesmo estava à época fazendo oposição ao prefeito da ARENA em Miracema (José de Carvalho) e também ao seu aliado, o então Presidente da Câmara Municipal (Salim), conforme podemos constatar pelas suas próprias palavras:

Miracema que arrecadou de 1959 a 1963 a média de N\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros novos) por ano, está arrecadando agora N\$ 600.000,00... prefeito voluntarioso e irresponsável. Estão com olhos grandes neste dinheiro os dois deputados e o vereador Salim Bou-Issa. Uma ligeira sindicância

²²⁰ CGI, PROC. 36/69 – RJ. In: “FUNDO COMISSÃO GERAL DE INVESTIGAÇÃO – CGI”. Arquivo Nacional de Brasília, “Relatório Reservado”. Ofício 1-11/69, expedido pelo Gabinete do Presidente da Câmara de Vereadores de Miracema-RJ.

²²¹ BARROS, José D'Assunção. História política, discurso e imagem – interconexões possíveis. *Tempo Acadêmico*, nº 4, 2006.

constatará de imediato que o prefeito está mal cercado e malbaratando o dinheiro.²²²

No ano seguinte a essa carta com duras críticas de Altivo contra Salim e o prefeito José de Carvalho, ele foi denunciado pelo vereador à CGI (processo 36/69). Cabe destacar que determinado trecho desta denúncia reforça a visão de que Altivo Linhares, realmente, estava importunando politicamente Salim.

O indigitado, na sua paranoia, vem intranquilizando, permanentemente, a população Miracemense. A família local, vive constantemente em suspense, com os BOLETINS e PANFLETOS, que vive a fazer circular. Por meio dos boletins e panfletos, dá vasão ao que vai na sua mente sádica e doentia, denegrindo a honra alheia, atacando pessoas honradas, pelo simples fato de não pertencerem ao rol de seus lacaios.²²³ (Grifos do Autor)

Dessa forma, cabe o questionamento: quando Salim Bou-Issa diz em seu relatório que sua denúncia não se trata de revanche ou “vindita pessoal”, estaria ele realmente preocupado com a suposta corrupção que haveria ocorrido na cidade de Miracema, durante a gestão de Altivo Linhares, ou sua verdadeira intenção era somente a de colocar no ostracismo um forte adversário político?

O trecho citado acima, em que Salim acusa o ex-prefeito de estar “denegrindo a honra alheia”, juntamente com a carta que Altivo acusa o vereador de estar com olho grande no dinheiro de Miracema, reforça a hipótese de que Linhares se constituía numa ameaça ao progresso da carreira política de Salim no município.

Uma outra questão que chama a nossa atenção no relatório em referência diz respeito à carga ideológica que consta logo no início de sua fala, pois podemos observar que Salim menciona Altivo Linhares como alguém que “tem contas a prestar com a revolução de 1964”. Esse discurso, remete-se a história política “comprometedora” deste, perante os olhos dos “revolucionários”, pois participava de um grupo ideológico ligado ao getulismo e ao trabalhismo, tais políticos, como já vimos, eram considerados “venais”, portanto, deveriam ser expurgados da política.

²²² Carta escrita por Altivo Linhares em 30 de dezembro de 1968, Miracema, p.2. (Coleção particular)

²²³ CGI, PROC. 36/69 – RJ. In: “FUNDO COMISSÃO GERAL DE INVESTIGAÇÃO – CGI. Arquivo Nacional de Brasília. Câmara de Vereadores de Miracema – Gabinete do Presidente – DA SUBVERSÃO, p. 58.

Entendemos que, ao usar esse argumento, ele está deixando claro que o denunciado situava-se, antes da “revolução”, em um campo político oposto ao dele. Vale ressaltar que a denúncia foi feita a um órgão do governo, o SNI, que encaminharia tal relatório recebido para outro órgão governamental, a Comissão Geral de Investigações. Esse fato nos leva a supor que ele sabia que essa informação prestada poderia fazer diferença quando sua denúncia fosse analisada, caso contrário, não teria sentido algum incluir tal fala no relatório.

É pertinente também destacar a parte do documento em que ele usa o seguinte termo contra Altivo Linhares: “corrupto em potencial e subversivo”²²⁴. O uso de tal expressão retrata uma nítida tentativa de se criar uma imagem imoral de Altivo Linhares, fato que justificaria um afastamento deste da política. Inclusive, consta no processo uma solicitação, por parte de Salim, ao general Chefe do SNI, no sentido de que o ex-prefeito tenha os seus direitos políticos suspensos em prol da tranquilidade de Miracema.

(...) com o devido respeito e acatamento, solicito a V. Excia. Snr General, a **SUSPENSÃO DOS DIREITOS POLÍTICOS**, do snr. Altivo Mendes Linhares, em benefício da tranquilidade da família Miracemense e por ser êle, um dos deterioradores da política fluminense.²²⁵

Cabe ressaltar, que no ano anterior ao processo 36/69, Altivo Linhares já havia demonstrado insatisfação em relação aos rumos que a “revolução” havia tomado no estado do Rio de Janeiro. Observemos a crítica de Altivo por meio da já referida carta escrita no final de 1968: “(...) a Revolução foi para o Estado do Rio ‘uma emenda pior do que o soneto’”²²⁶.

Tal fato demonstra um não alinhamento integral ao regime civil-militar em curso. Esse descontentamento pode ter o levado a uma atuação política indesejável, por parte do poder constituído, o que daria força à denúncia de Salim quando este associa o

²²⁴ Embora numa visão mais estreita o termo “subversivo” não se enquadrasse à Altivo Linhares, pois ele nunca foi comunista e defendeu a subversão da ordem instituída, a cientista social Júlia Letícia Camargos diz que: “A criminalização de indivíduos foi feita a partir de um modelo de análise único que permitiu à polícia adjetivar a toda oposição de comunista, uniformizando as diversas formas de resistência como uma categoria homogênea”. Tal concepção mais abrangente daria a possibilidade de que Altivo Linhares fosse rotulado de comunista, tanto pelo seu passado getulista como pela prática de corrupção em que estava sendo acusado. Cf.: BARBOSA, Julia Letícia Camargos. *Conhecendo o inimigo: criminalidade política e subversão – o DOPS mineiro na ditadura militar*. Dissertação de mestrado – Universidade Federal de São João Del- Rei, Departamento de Ciências Sociais, Política e Jurídicas, 2012.

²²⁵ CGI, PROC. 36/69 – RJ. In: “FUNDO COMISSÃO GERAL DE INVESTIGAÇÃO – CGI. Arquivo Nacional de Brasília. Câmara de Vereadores de Miracema – Gabinete do Presidente – DA SUBVERSÃO, P. 58.

²²⁶ Carta escrita por Altivo Linhares em 30 de dezembro de 1968, Miracema. (Coleção particular)

comportamento de Altivo Linhares em Miracema ao de uma figura desordeira, conforme podemos perceber no trecho que faz parte do seu processo: “Assim sendo, continua o indigitado a cumprir a triste predestinação de semear a insegurança e a inquietação da sociedade Miracemense, assombrando as ruas da cidade com a sua presença alucinadora”.²²⁷

Dessa forma, Salim ia, gradualmente, tentando consolidar, perante os órgãos de investigações do governo, a imagem de um Altivo Linhares “potencialmente corrupto e subversivo”. Segundo Carlos Fico, “A velha noção de ‘crise moral’ foi um dos motes utilizados pelos golpistas de 64 para justificar sua ação. Juntamente com o combate à subversão e ao comunismo, acabar com a ‘corrupção’ era uma das bandeiras da época”.²²⁸

Salim parece ter a exata noção do peso que a carga ideológica contida em seu discurso poderia ter para o êxito de sua denúncia. Ao chamar o denunciado de “corrupto em potencial e subversivo”, o presidente da Câmara de Vereadores de Miracema, está utilizando uma visão corrente, pelo menos por parte daqueles que eram defensores do Golpe de 1964. Ou seja, sua fala é destinada a receptores específicos, SNI e CGI, órgãos simpáticos ao teor contido em seu discurso. Tal estratégia se constitui num aspecto relevante a ser percebido, segundo o historiador José D’Assunção, na medida em que:

(...) sintetizando para além do ‘produtor’, qualquer texto visa a um ‘receptor, a um ‘lugar de recepção’, uma vez que ao ser produzido o texto sempre carrega uma ‘intenção’, uma mensagem que quer ser transmitida ou uma informação a ser registrada.²²⁹

Sendo assim, tal visão expressa no discurso em análise, dizia respeito a imagem que os “revolucionários” tinham da classe política à época, principalmente aqueles tidos como subversivos, oriundos do nacional-desenvolvimentismo de João Goulart. Cabe lembrar, que em sua última gestão a frente da prefeitura de Miracema (1959-1963), ele foi eleito numa aliança com o PTB. Os petebistas, por essa ótica, seriam pessoas de baixa moral política, alinhados a prática da corrupção, devendo por isso, serem afastados da política por grupos de retidão moral superior, no caso os militares. Segundo Krügger:

Uma das preocupações dos militares era a corrupção público administrativa, que tinha relação, segundo eles, com o mau uso do dinheiro público e com a própria desonestidade, vícios que tinham gênese na baixa

²²⁷ CGI, PROC. 36/69 – RJ. In: “FUNDO COMISSÃO GERAL DE INVESTIGAÇÃO – CGI. Arquivo Nacional de Brasília. Câmara de Vereadores de Miracema – Gabinete do Presidente – DA SUBVERSÃO, P. 58, acesso em 27.08.2020.

²²⁸ FICO, *Como eles agiam...*, p. 149.

²²⁹ BARROS, *História Política...*

moral da vida política e principalmente aos políticos ligados ao nacional-desenvolvimentismo de João Goulart.²³⁰

Acreditamos que é nessa perspectiva que Salim Bou-Issa usa o termo “corrupto em potencial e subversivo”, ou seja, para qualificar o ex-prefeito. Dando continuidade à análise de nossa fonte, refletiremos sobre parte de um trecho já descrito por nós, onde Salim chama o golpe civil-militar de “Redentora Revolução de 1964”

(...) elemento violento, sádico, acostumado a se impor pela força, expoente máximo da CORRUPÇÃO – foi colocado no seu devido lugar pela Revolução de 1964. (...) o cadáver moral em questão, foi sepultado pela Redentora Revolução de 1964 e, atualmente tenta sair do sarcófago com o objetivo de intranquilizar a família Miracemense.²³¹ (Grifos do autor)

A expressão “Revolução Redentora de 1964”, utilizada por Salim, faz parte de um conceito que, em nosso entendimento, está associado a ideia que os militares tinham de si de que eram superiores aos civis, por conta do “patriotismo” e da sua “retidão moral”, características que os colocariam numa condição de superioridade em relação aos civis.²³² Esta expressão de Salim deixa claro o pensamento de que caberia aos militares a missão de salvar a sociedade das mãos da classe política que teriam “mergulhado” o Brasil num “mar de corrupções e imoralidades”.

Nesse sentido, Carlos Fico chama atenção para o fato de que os políticos eram o alvo principal das investigações da Segunda Comissão Geral de Investigações. Isso ocorria devido à crença de que havia um aspecto “venal” presente nessa classe política. Para ele, o discurso ético-moral dos militares estava carregado de uma determinada visão ideológica.²³³

Segundo o autor, “os militares caracterizavam os políticos como um grupo vulnerável às práticas de corrupção, esquecendo-se neste momento, porém, que eles mesmos ocupavam relevantes funções de poder, como representantes máximos da esfera política nacional”.²³⁴

Em entrevista concedida ao jornal *O Globo*, em 2014, Fico destacou que a lógica da “utopia autoritária”, conceito que teria sido formulado pela historiadora Maria Celina

²³⁰ KRÜGGER, *Combatendo a “corrupção”...*, p.53.

²³¹ CGI, PROC. 36/69 – RJ. In: “FUNDO COMISSÃO GERAL DE INVESTIGAÇÃO – CGI”. Arquivo Nacional de Brasília, “Relatório Reservado”. Ofício 1-11/69, expedido pelo Gabinete do Presidente da Câmara de Vereadores de Miracema-RJ.

²³² KRÜGGER, *Combatendo a “corrupção”...*, p. 59.

²³³ FICO, *Como eles agiam...*, p.158.

²³⁴ FICO, *Como eles agiam...*, p.158.

D'Araújo, fundamentou as ações da Comissão Geral de Investigação²³⁵. Segundo o autor, “utopia autoritária” seria “um conjunto de crenças que dava base ao regime e propunha que os militares eram superiores aos civis em questões como patriotismo, conhecimento da realidade nacional e retidão de caráter.

Para Krügger, essa “utopia autoritária”, justificou e legitimou a criação de órgãos como a Comissão Geral de Investigações:

Nesse discurso ético-moral, proposto pelos militares que usurparam o poder assumindo o governo os políticos são apresentados como venais, um preconceito que viria de um outro ainda mais abrangente, em que o civil, o cidadão brasileiro, não possuía a capacidade de administrar a coisa pública. Segundo alguns militares, o cidadão brasileiro tenderia ao improvisado em detrimento do planejamento, compondo um organismo social suscetível, por exemplo, ao seu próprio favorecimento, de tal modo que, paralelamente aos sistemas de informações e de segurança, seria necessário criar um mecanismo que combatesse a corrupção, a CGI.²³⁶

Entendemos que grande parte do teor das denúncias de Salim contra Altivo Linhares estão inseridas nas premissas ideológicas citadas. Ou seja, é clara a tentativa do denunciante de associar a imagem do denunciado a esse grupo considerado como de “políticos venais”, conforme nos demonstra o trecho que citaremos a seguir, no qual Salim pede ao general chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), Carlos Alberto Fontoura, que preste atenção a uma determinada parte de sua denúncia, considerada de suma importância: “Solicito a atenção especial de V. Excia. Para os documentos de fls 26 a 29, por via das quais, ficou provado que o indigitado organizava inaugurações, com o escopo de reunir em Miracema os elementos punidos pela Revolução”.²³⁷

Analisando a declaração, fica nítida a sua intenção de explicitar o perfil do grupo político que era próximo a Altivo Linhares. Ou seja, segundo ele, o denunciado tinha as mesmas origens daqueles políticos compreendidos como “venais” e, por isso, punidos pela “Revolução Redentora de 1964”.

Segundo Elio Gaspari, como forma de fortalecer uma visão social pejorativa e estereotipada a respeito, principalmente, daqueles políticos considerados “inimigos da

²³⁵ AMADO, Guilherme. “CGI, um dos instrumentos da ‘utopia autoritária dos militares’”, *O Globo*, 16.03.2014.

²³⁶ KRÜGGER, *Combatendo a “corrupção”...*, p.53.

²³⁷ CGI, PROC. 36/69 – RJ. In: “FUNDO COMISSÃO GERAL DE INVESTIGAÇÃO – CGI”. Arquivo Nacional de Brasília, “Relatório Reservado”. Ofício 1-11/69, expedido pelo Gabinete do Presidente da Câmara de Vereadores de Miracema-RJ.

Revolução”, teria sido criada a figura do “cassado”, conforme podemos observar quando o autor ressalta que: “criou-se a figura do ‘cassado’, termo depreciativo pelo qual se designaram, por mais de uma década as vítimas do regime”.²³⁸ Em consonância com Gaspari, Krügger salienta que:

(...) a política de combate a ‘corrupção’ e a ‘subversão’ nos primeiros anos do governo militar passou a criar, ao menos duas modalidades de indivíduos na sociedade o ‘cassado’ e o ‘subversivo’, representações sociais que ao serem atribuídas a qual quer indivíduo o colocaria a margem da sociedade, tornando-os estigmatizados.²³⁹

Considerando as reflexões de Elio Gaspari e Krügger, compreendemos que Salim, ao utilizar por várias vezes em seu relatório a palavra “subversivo”, no sentido pejorativo que a mesma passou a ter durante o regime civil-militar, estava tentando estigmatizar Altivo Mendes Linhares perante a Comissão Geral de Investigações e demais órgãos governamentais responsáveis por investigá-lo. Ou seja, tudo leva a crer que Salim acreditava que a visão negativa atribuída a figura do “subversivo” e/ou do “cassado” nesse período poderia se constituir num peso a mais em relação as acusações feitas por ele contra o ex-prefeito. Tanto é que num trecho de sua denúncia, Salim fez questão de citar alguns políticos cassados que tinham proximidade com o ex-prefeito.

O indigitado, snr. Altivo Linhares, valeu-se de artimanhas, barganhas e orgias administrativas (fins de Governos) para conseguir ‘empregos’ e “sinecuras” para os seus familiares, quer por pedido próprio, quer por pedidos de terceiros. Vejamos alguns:

No Governo Miguel Couto Filho:

Por intermédio do deputado cassado Raul de Oliveira Rodrigues, transferiu o seu cunhado, digo, o cunhado de sua esposa Grimaldo Ribeiro Alvim de Escrivão de Coletoria, para a carreira de Agente Fiscal. (Diga-se de passagem, o indigitado havia nomeado o mesmo, por influência pessoal, para o cargo de escrivão).²⁴⁰

Nesse sentido, podemos afirmar que a estratégia utilizada por Salim teria sido acertada, pois ao analisarmos o parecer da Subcomissão de Investigações no Estado do Rio de Janeiro (SCGI/RJ), presente no processo que estamos pesquisando (36/69), constatamos que, realmente, a associação subversão/corrupção que consta no relatório foi considerada,

²³⁸ ELIO, *A ditadura...*, p.151.

²³⁹ KRÜGGER, *Combatendo a “corrupção”...*, p.61.

²⁴⁰ CGI, PROC. 36/69 – RJ. In: “FUNDO COMISSÃO GERAL DE INVESTIGAÇÃO – CGI”. Arquivo Nacional de Brasília. Câmara de Vereadores de Miracema – Gabinete do Presidente – DAS VANTAGENS EM BENEFÍCIO PRÓPRIO.

contribuindo para que tal parecer fosse desfavorável ao acusado. Vejamos as palavras deferidas pela assessora jurídica da SCGI/RJ:

Os fatos denunciados são de suma gravidade e, se provados certamente merecerão punição, pois que de frente, serem todos aqueles motivos moralizadores trazidos pelo Movimento Revolucionário de 1964.

O aspecto ‘subversão, embora não muito bem caracterizado, há, de ser levado em conta (...).²⁴¹

Seguindo o parecer da assessora jurídica acima mencionado, em 24 de março de 1977, a Subcomissão Geral de Investigações no Estado do Rio de Janeiro resolveu por unanimidade de votos instaurar Processo de Investigação Sumária contra o ex-prefeito de Miracema: Altivo Linhares.

A SGGI/RJ, tendo em vista o que consta dos autos do processo 36/69-NIT, resolve, e por unanimidade de votos,

RESOLVE:

Instaurar, face a Representação do Sr. Salim Bou-Issa, Funcionário Público Estadual exercendo as funções de Fiscal de Rendas do Estado do Rio de Janeiro, nos termos do art. 17, item IV, do Regulamento aprovado pelo Decreto n° 64.203, de 17 de março de 1969, Investigação Sumário para apuração de enriquecimento ilícito praticado em 1962, quando o investigado no exercício do cargo de Prefeito de Miracema/RJ – quadriênio 1959-1963, teria aferido vantagem ilícita em detrimento dos cofres da Prefeitura Municipal de Miracema.²⁴²

Em 07 de novembro de 1979, Nelme Cardoso de Oliveira Alves, integrante do Grupo de Tarefa do Ministério da Justiça e responsável por analisar o processo de Investigação, sugere o arquivamento do processo em discussão, através da Resolução n° 7 da SCGI/RJ. Eis os seus argumentos para essa decisão:

(...) Diante do exposto, parece-me carente de provas mais concretas, o presente processo. Mesmo porque, o próprio denunciante, Sr. Salim Bou-Issa, quando Presidente da Câmara de Miracema-RJ, aprovou as contas daquela Prefeitura, referente ao exercício de 1962, contas estas, que ele próprio, na denúncia, aponta como irregularidades!!! Além de que, já são passados 10 anos daquela denúncia e aproximadamente 20 anos da ocorrência das apontadas irregularidades.

²⁴¹ CGI, PROC. 36/69 – RJ. In: “FUNDO COMISSÃO GERAL DE INVESTIGAÇÃO – CGI”. Arquivo Nacional de Brasília, “Parecer da assessora jurídica da SCGI/RJ, Dra. Maria de Lourdes de Oliveira Ribeiro, assinado em 07 de janeiro de 1971.

²⁴² CGI, PROC. 36/69 – RJ. In: “FUNDO COMISSÃO GERAL DE INVESTIGAÇÃO – CGI”. Processo n° SCGI/RJ – 04/77, Resolução n° 7 de 24 de março de 1977.

Assim sendo, sugiro, s.m.j., o arquivamento do presente processo, por não ter ficado devidamente caracterizado a existência de crime por parte do investigado Altivo Mendes Linhares”²⁴³

Tal parecer do Sr. Nelme, integrante do Grupo Tarefa do Ministério da Justiça, foi aceito pelo seu chefe de Gabinete, o Sr. Sylen Ribeiro de Paiva, como consta em sua declaração:

(...) 3 - Nos termos do pronunciamento constante deste processo, assessor, membro do mencionado Grupo Tarefa opina pelo arquivamento, dada a inexistência de provas concretas a corroborarem as acusações,
4 – Esta chefia de Gabinete declara a sua concordância com as conclusões do pronunciamento supra-referido, (...)²⁴⁴

O trecho acima citado, que confirma o arquivamento do processo em análise, fundamenta o nosso entendimento de que a motivação para a denúncia de Salim Bou-Issa contra Altivo Linhares, e a posterior aceitação da denúncia por parte da Comissão Geral de Investigações, não teve como motivo principal a tentativa de moralizar as contas públicas em Miracema, mas sim um ato predominantemente político.

Sendo assim, compreendemos que o processo 36/69 se constitui em mais uma evidência de que a atuação da CGI era, em grande parte, movida por interesses políticos-ideológicos implícitos, contra aqueles considerados como ameaça à “Revolução Redentora de 1964”. Caso contrário, como explicar que o Sr. Salim Bou-Issa, quando vereador da Câmara de Miracema, aprovou as contas do então prefeito Altivo Linhares (1959-1963) e após o golpe civil-militar de 1964 resolveu denunciar – por corrupção – essas mesmas contas aprovadas por ele anteriormente?

Tal fato nos leva a concluir que Salim Bou-Issa tinha enxergado, naquele contexto pós-golpe, uma boa oportunidade de se “livrar” de um adversário político influente em Miracema, que poderia, a partir dessa perspectiva, dificultar seus futuros objetivos políticos na região.

Desta forma, mesmo que o denunciante e/ou a Comissão Geral de Investigações imaginassem que o processo pudesse vir a ser arquivado no futuro por falta de provas, a

²⁴³ CGI, PROC. 36/69 – RJ. In: “FUNDO COMISSÃO GERAL DE INVESTIGAÇÃO – CGI”. Arquivo Nacional de Brasília. GT/Portaria nº0281/79 – Ch. Gab., Processo MJ-100 943-5/79.

²⁴⁴ CGI, PROC. 36/69 – RJ. In: “FUNDO COMISSÃO GERAL DE INVESTIGAÇÃO – CGI”. Arquivo Nacional de Brasília, PROCESSO MJ: 100.943-5/5/79. Syleno Ribeiro de Paiva, Chefe de Gabinete.

atuação deste órgão já teria cumprido a sua “função” de tentar inibir a atuação política do acusado no município, devido à sensação que o mesmo poderia ter de estar sendo vigiado e sob ameaça de sanções contra ele.

Considera-se, assim, que o processo 36/69, não se tratou de um caso isolado naquele contexto da época, mas sim de um “modus operandi” da 2ª CGI. Para fundamentar essa hipótese, citaremos um caso semelhante, ocorrido no mesmo período, mas que teve um encaminhamento diferente por parte da Comissão Geral de Investigações, provavelmente pelo fato do prefeito acusado de corrupção ser considerado aliado do regime civil-militar em vigor.

Trata-se do processo envolvendo o então prefeito do município de Cascavel, Octacílio Mion, que foi denunciado à CGI (processo 232/1970) pela prática de irregularidades em sua gestão. Para a análise deste caso, nos valeremos da pesquisa do historiador Paulo Roberto Krügger que resultou em sua dissertação de mestrado pela Universidade do Oeste do Paraná.²⁴⁵

Faremos uma breve contextualização do mesmo, visando ter, posteriormente, as condições necessárias para uma compreensão a respeito da atuação diferenciada da CGI em relação ao processo 36/69, relativo ao ex-prefeito Altivo Mendes Linhares.

Segundo Krügger, o processo em que o ex-prefeito de Cascavel, Octacílio Mion, pertencente a ARENA, foi denunciado por corrupção, teve origem numa carta denúncia de Ivo Sokoloski²⁴⁶, que alegava a existência de irregularidades na administração municipal de Cascavel, em 1969. Tais denúncias recaíam sobre o ex-prefeito Octacílio Mion e o promotor João Batista Cobbe²⁴⁷. Aqui, porém, focaremos no conteúdo da carta denúncia referente ao ex-prefeito, por se tratar da parte que nos interessa para diferenciarmos a atuação da Comissão Geral de Investigações neste caso em relação ao processo de Miracema.

Krügger nos relata que Octacílio Mion, foi acusado por Sokoloski de fraude na construção e administração da Estação Rodoviária em Cascavel, recebendo voluptuosas somas em dinheiro.²⁴⁸ O ponto desse relato que nos chama atenção se refere ao parecer

²⁴⁵ KRÜGGER, *Combatendo a “corrupção”...*

²⁴⁶ Segundo Krügger: “(...) é importante lembrar o leitor que Ivo Sokoloski, possivelmente tenha sido um nome inventado para acobertar a identidade do verdadeiro denunciante. Tanto essa pesquisa quanto os autos de processo não encontraram quaisquer referências sobre este denunciante”. Cf.: KRÜGGER, *Combatendo a “corrupção”...*, nota de rodapé nº56

²⁴⁷ KRÜGGER, *Combatendo a “corrupção”...*, p. 67.

²⁴⁸ KRÜGGER, *Combatendo a “corrupção”...*, p. 68.

diferenciado que a Comissão Geral de Informações deu a esse caso, comparativamente ao processo de Miracema, em que houve a instauração de investigação Sumária contra Altivo Linhares. Observemos o que menciona Krügger a respeito:

Com base na denúncia, a subcomissão paranaense da CGI solicita que a prefeitura de Cascavel-Pr informe sobre a quantidade de rodoviárias existentes no município, sobre os processos licitatórios de suas construções e suas administrações (se públicas ou privadas). Após retorno do município de Cascavel-Pr sobre as informações requeridas pela CGI, a comissão estabeleceu o seguinte parecer:

Sobre as acusações de corrupção administrativa, em relação a construção e administração da Estação da Estação Rodoviária de Cascavel-PR (que supostamente causava enriquecimento ilícito), na gestão de Octacílio Mion (1969-1973), o parecer foi favorável ao arquivamento do processo”²⁴⁹

Krügger questiona a forma de atuar da Comissão Geral de Investigações neste processo, pois a comissão teria agido de forma diferente do padrão usual.

(...) no caso de Octacílio Mion a prática de investigação, que ocorria em sigilo, fora dos olhos do investigado, foi informado ao ex-prefeito quando solicitado que esclarecesse a situação das instalações da Rodoviária de Cascavel (objeto da denúncia do processo CGI 232/1970-PR), sendo que a prática utilizada durante a investigação era do investigado só ser questionado sobre o caso por meio de notificação, para apresentar defesa no prazo de oito dias (...).²⁵⁰

Outra questão que causou estranheza ao historiador foi o fato de que ao pesquisar o processo de denúncia contra a administração de Cascavel, o mesmo observou a ausência de páginas. Ele constatou, ao analisar os relatórios e pareceres da SCGI (Subcomissão Geral de Investigações) e CGI (Comissão Geral de Investigações), que se tratava do desaparecimento de cópias de leis e decretos que abordam a temática da denúncia e também de declarações obtidas junto à Receita Federal, que se referem aos bens do denunciado Octacílio Mion, e todos outros documentos que podiam ter sido retirados intencionalmente.²⁵¹

Os fatos expostos, vão ao encontro de uma de nossas hipóteses, a de que o tratamento dispensado aos investigados pela CGI era duro quando se tratava de um político considerado opositor do regime civil-militar em vigor e brando quando o político era considerado um aliado.

²⁴⁹ KRÜGER, *Combatendo a “corrupção”*..., p.69.

²⁵⁰ KRÜGGER, *Combatendo a “corrupção”*..., p. 130.

²⁵¹ KRÜGGER, *Combatendo a “corrupção”*..., p. 124-125.

Foi o ocorrido nestes dois processos citados, pois Altivo Linhares foi eleito para sua gestão como prefeito de Miracema numa aliança de seu partido PL com o PTB de João Goulart. Já Octacílio Mion foi eleito em 1969 pela ARENA, partido da situação durante o regime civil-militar. Isto é, Altivo Linhares faria parte de um grupo político oposto ao poder instituído pós golpe de 1964. Já Octacílio Mion pertenceria ao partido de sustentação e apoio aos governos da ditadura.

Considerando essa perspectiva, não por acaso o parecer da 2ª Comissão Geral de Investigações no primeiro caso (36/69) favorável à foi instauração de um processo de Investigação Sumária contra o ex-prefeito de Miracema Altivo Linhares e, já no segundo (232/1970), a CGI se pronunciou a favor do arquivamento do processo contra Octacílio Mion.

Nesse sentido, Krügger faz um questionamento retórico: “Seria essa uma atitude para preservar ‘imaculada’ a imagem de Octacílio Mion, que durante as investigações era prefeito de Cascavel pela ARENA, partido que tendia ao apoio dos militares no poder? (...)”²⁵²

Concluimos esse capítulo com o entendimento de que a Comissão Geral de Investigações era seletiva em sua atuação, sendo rigorosa e tendenciosa ao analisar os denunciados vistos como opositores e benevolente com os políticos que seriam aliados do regime que vigorava na época. Esta atuação seletiva da CGI, todavia, não era explícita, tanto é que segundo o decreto que criou a comissão, uma das condições para a nomeação de seus integrantes era a de que fossem indicados cidadãos com notória idoneidade. Pessoas com esse perfil não agiriam de forma parcial na análise das denúncias. Ou seja, havia a preocupação, por parte do governo, de dar um caráter de imparcialidade à comissão. Só assim, o discurso oficial de que o sentido único da CGI era o de combater a corrupção poderia ter credibilidade perante à opinião pública. A criação das Comissões e disseminação do perfil indicado acima. Portanto, contribuíram para a difusão da ideia, perante a sociedade, de que os governos do período estavam se empenhando para a moralização ampla e irrestrita da política brasileira.

Avaliando que o combate à corrupção foi um dos motes do golpe de 1964 e que também, de certa forma, contribuiu para a legitimação e sustentação do regime, entendemos que as ações da Comissão Geral de Investigações foram importantes para massificar e dar

²⁵² KRÜGGER, *Combatendo a “corrupção”*..., p. 125.

credibilidade à “bandeira” anticorrupção, por parte governos militares que se sucederam durante a ditadura, discussão essa que será realizada no próximo capítulo da Dissertação.

CAPÍTULO III – A DISPUTA DE PROJETOS DE MEMÓRIA PELA DITADURA CIVIL-MILITAR

Neste terceiro capítulo traremos uma reflexão sobre o projeto de memória construído ao longo da ditadura civil-militar, ainda existente em nossa sociedade, e a contraposição ao mesmo, por parte de grupos sociais considerados progressistas.

O método e as fontes que utilizaremos para trabalhar a “memória oficial” e a “memória subterrânea” – conceitos que serão discutidos posteriormente –, desenvolver-se-ão por meio da análise do discurso e da problematização de duas revistas editadas em 2014, a *Revista Fórum* e a *Revista do Clube Naval*²⁵³, no ano que marcou a efeméride das cinco décadas da deposição do presidente João Goulart. Tais revistas foram escolhidas como fontes, considerando suas matizes ideológicas totalmente distintas, ou seja, por representarem ideias associadas a grupos político-sociais antagônicos.

Compreende-se que tais fontes podem representar, de um modo geral, o conflito presente na sociedade brasileira atual, no que se refere à disputa pela apropriação da memória da época em referência. Dessa forma, ter-se-á de um lado a visão de grupos sociais considerados possuidores de ideias progressistas, representados pela *Revista Fórum* e, de outro, grupos que teriam um pensamento mais conservador, identificados com a *Revista Clube Naval*.

Para iniciar, faremos uma breve caracterização destas revistas, no tocante as suas origens e aos grupos sociais que representam, como forma de deixar mais claro os seus posicionamentos. Conforme ponderam Silva e Franco, selecionar os periódicos como fontes não significa tomá-los como receptáculo de verdades, sendo necessário pensá-los a partir de suas parcialidades, tais como o grupo que o edita e as sociabilidades que este grupo vivencia em diferentes conjunturas políticas, dentre outros.²⁵⁴

A *Revista Fórum*, que teve a sua criação inspirada no Fórum Social Mundial, foi lançada em abril de 2001, tornando-se periódica mensalmente em setembro desse ano. Até

²⁵³ Revista Fórum. Sociedade civil: 50 anos na luta contra a ditadura. Disponível em: <<<https://www.revistaforum.com.br/sociedade-civil-ha-50-anos-na-luta-contra-ditadura/amp/>>>, acesso em: 13.04.2019.

²⁵⁴ SILVA, Márcia Pereira da & FRANCO, Gilmar Yoshihara. Imprensa e política no Brasil: considerações sobre o uso do jornal como fonte de pesquisa histórica. *Revista História em Reflexão*, Dourados, v. 4, n. 8, jul/dez 2010, p. 5.

dezembro de 2013, suas edições em papel eram vendidas em bancas. Desde janeiro de 2014, a *Fórum* tem formato digital e traz diariamente notícias, reportagens e entrevistas. Tal revista possui o seu conselho editorial formado por líderes de movimentos da sociedade civil organizada, como a União Nacional de estudantes (UNE), a Central Única dos Trabalhadores, o Instituto Brasileiro de Análise Sociais (IBASE) e o Instituto Paulo Freire, dentre outros.²⁵⁵

A *Revista do Clube Naval*, por sua vez, está em circulação trimestralmente, com algumas interrupções e mudanças, desde 1888. Ela é uma publicação de responsabilidade do Clube Naval e tem seu corpo editorial efetivo constituído por oficiais da ativa e da reserva da Marinha de Guerra do Brasil, por oficiais da Força Aérea Brasileira (FAB) egressos da antiga Associação Naval, e por guardas-marinhas procedentes da Escola Naval.²⁵⁶

Feita a caracterização indicada, daremos início a análise de nossas fontes. Nesta perspectiva, discutiremos, como a ideia que associa a instituição militar à moralidade, consolidada a partir do golpe, permanece presente em nossa sociedade, por meio de uma disputa de projetos de memória sobre o período em discussão.

Porém, antes de fazermos esta discussão, cabe um debate historiográfico sobre o conceito de memória, tendo em vista o embasamento teórico da questão apresentada nesse capítulo.

3.1 – Memórias: entre o oficial e o subterrâneo

Iniciando a referida discussão, é pertinente lembrar que o golpe civil-militar fez com que João Goulart, em nome de se evitar uma guerra civil, optasse por buscar refúgio no Uruguai. A ditadura civil-militar iniciada em 1964 só teve fim em 1985, com a eleição indireta do primeiro presidente civil pós-abertura política, o mineiro Tancredo Neves. Tal acontecimento deu início a um período da história do Brasil chamado por muitos de Nova República.

Mais de três décadas após o período, ainda existem projetos de memória em disputa sobre ele. Conforme afirmou a historiadora Dulce Pandolfi, em entrevista ao site *HulfPost*

²⁵⁵ REVISTA FÓRUM. Disponível em: <www.revistaforum.com.br/sobre-a-revista/amp>, acesso em 07.04.2019

²⁵⁶ CPDOC/FGV – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Disponível em: <www.fgv.br/acervo/verbete-tematico>.

Brasil, quando foi perguntada sobre o porquê de pesquisas mostrarem que as forças armadas são a instituição de maior confiança entre os brasileiros.

(...) a sociedade brasileira tem uma disputa por projetos de memória. É difícil combater um projeto que foi muito veiculado e abrandado naquele período. Vivemos como se os militares não tivessem sido ditatoriais. Esse discurso tem uma forte penetração na sociedade e o lado que combateu a ditadura não conseguiu esclarecer para a população o quão maléfico foi aquele período, mesmo com as descobertas da Comissão da Verdade. Somos um país que padece de cidadania. Esse fator conseguiu implantar a sua versão e esse caos que o Brasil está vivendo reforça essa versão.²⁵⁷

Na visão de Pandolfi, o projeto de memória em disputa que ainda prevalece na sociedade brasileira é o que foi formulado e difundido pela ditadura civil-militar, e a contraposição ao mesmo, feita pelos que combateram a ditadura, até o momento, não conseguiu superá-lo no embate pela memória do período em referência.

A partir dessa dimensão, a perspectiva de memória apresentada por Pandolfi pode ser relacionada ao conceito de Michael Pollak, que diferencia a memória oficial da memória subterrânea. Para o autor, as memórias subterrâneas seriam aquelas consideradas proibidas ou clandestinas, pois iriam contra a memória oficial dominante.²⁵⁸ Ou seja, refletindo a partir da dimensão de Pandolfi, podemos concluir que a memória construída pelo regime civil-militar seria conceituada por Pollak como “memória oficial” e a memória defendida pelos grupos que combatiam a ditadura se configuraria dentro do que o autor denominou como “subterrânea”.

Outra contribuição importante para discutirmos conceitos de disputas de memória vem de Martins Filho, ao afirmar que existe uma “guerra de memória” sobre a ditadura. Segundo ele, atores políticos diversificados dessa época colocam em xeque a verdade dos acontecimentos apresentados pelos outros grupos. Desse conflito, muitas memórias foram formuladas, tendo como referência um mesmo fato, evento ou pessoa. Em relação ao regime civil-militar brasileiro, Martins Filho, pontua dois grupos principais que conflitam nessa “guerra de memória”: os primeiros seriam os militares, que participaram da ditadura e os segundos seriam os ex-militantes de esquerda, principais vítimas do regime.²⁵⁹

²⁵⁷ PADOLFI, Dulce. Entrevista para o jornal *Nativação* em 25.09.2017. Disponível em <<<http://jornalnativacaoenpblogspot.com.br/>>>, acesso em 22.06.2020.

²⁵⁸ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio... p. 3.

²⁵⁹ MARTINS FILHO, João Roberto. A Guerra da Memória: a ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares. *Varia História*, n.28, pp. 178-201, 2002.

Destacamos que Martins Filho ao enfatizar quais são os grupos antagônicos que, segundo ele, fazem parte dessa “guerra de memória” da ditadura, não generaliza a categoria militar, pois especifica que um desses lados conflitantes é constituído pelos militares que participaram do período ditatorial. Ou seja, ele deixa claro que nem todos aderiram ao regime instituído no Brasil a partir de 1964. Por conseguinte, não seria adequado dizer que a categoria militar como um todo se constitui num grupo defensor da memória oficial.

É sabido que muitos militares se posicionaram contrariamente ao regime civil-militar. Como consequência disso, foram punidos de diversas formas, conforme descreve o relatório da Comissão Nacional da verdade, transcrito pela BBC, em matéria intitulada “A história dos 6,5 mil membros das forças Armadas perseguidos pela ditadura militar”. “Os militares foram perseguidos de várias formas: mediante expulsão ou reforma, sendo seus integrantes instigados a solicitar passagem para a reserva ou aposentadoria; sendo processados, presos arbitrariamente e torturados; quando inocentados, não sendo reintegrados as suas corporações; se reintegrados, sofrendo discriminação no prosseguimento de suas carreiras. Por fim, alguns foram mortos.”²⁶⁰

Sobre essa questão, os historiadores Fernando da Silva Rodrigues e Cláudio Beserra de Vasconcelos também chamam a atenção para o fato de que a categoria militar não foi unanime em relação ao movimento que depôs João Goulart e nem no apoio ao regime civil-militar instaurado nos anos seguintes a 1964.

A construção da memória é um processo complexo. Dentre outras características, ela é coletiva, seletiva e constituída na interação permanente entre passado e presente. No caso do golpe e da ditadura, a memória ‘oficial’ os definiu como exclusivamente militares, gerando um estigma sobre toda a categoria – o que atinge tanto os militares que defenderam o golpe e o regime, como aqueles que foram contra e sofreram por tal opção.²⁶¹

Tais historiadores também chamam atenção para a classificação feita por Celso de Castro, segundo a qual os militares poderiam ser divididos em três gerações no que se refere

²⁶⁰ MORI, Letícia. A história dos 6,5 mil membros das Forças Armadas perseguidos pela ditadura. BBC News, Brasil, São Paulo, 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46532955>>. Acesso em 26.08.2020.

²⁶¹ RODRIGUES, Fernando da Silva & VASCONCELOS, Cláudio Beserra. Os oficiais brasileiros da reserva e a defesa da memória institucional do “31 de março de 1964”. *História Unisinos* 18 (3): 514-528, Setembro/Dezembro 2014, p. 526 e 527.

as lembranças de 1964 e do regime. Silva e Beserra sintetizaram da seguinte maneira a classificação de Celso de Castro:

A primeira é composta dos remanescentes do regime que viveram o apogeu de suas carreiras durante aquele período. Ou seja, são oficiais da reserva que, de uma maneira geral, defendem a ideia que agiram como democratas com o objetivo de salvar o Brasil do perigo comunista, sentem-se injustiçados e ressentidos com o estigma que caiu sobre as Forças Armadas a partir da anistia, procuram resgatar ‘a verdade dos fatos’, enfatizando o apoio que teriam recebido em 1964 e negam ou ocultam a repressão ocorrida durante a ditadura. Reunindo-se basicamente no Clube Militar e em pequenos grupos de direita, promovem celebrações públicas regulares sobre a ‘revolução’, mas, de acordo com Castro, esta geração, devido à idade dos seus membros, tende a desaparecer rapidamente.

A segunda seria formada pelos chefes militares que chegam ao apogeu de suas carreiras após a transição. Na maioria, também já estariam na reserva, defendem a atuação militar durante o regime, mas seriam mais tolerantes em relação as críticas sobre a atuação militar durante os anos de ditadura, evitam menções públicas ao regime e afirmam preferir que essa página da história fosse virada através da anistia histórica para os ‘dois lados’.

A terceira geração tem como base os oficiais mais jovens, ainda na ativa e distantes corporativa e emocionalmente do regime. São originários de famílias de militares, o que provoca um isolamento sociológico do oficialato, e sofrem com a perda de prestígio e com o estigma que recaiu sobre os militares a partir da transição.²⁶²

Compreender as nuances que envolvem as diversas vertentes existentes dentro da categoria dos militares, em relação à visão dos mesmos sobre a ditadura, se constitui num pressuposto indispensável para a análise a respeito da maneira que o grupo se apropria deste passado e disputa sua memória no presente.

Marieta de Moraes Ferreira, escreveu em artigo referente à produção de memória por meio de celebrações, que “estratégias de controle do passado servem para poder comandar o presente”²⁶³. David Lowenthal, na obra “*Como conhecemos o passado*”, ressalta a característica da memória na qual - conforme pensamento de Ferreira mencionado anteriormente - ela serve, de forma recorrente, para que grupos sociais do presente busquem no passado os instrumentos necessários para a afirmação de seus projetos. Segundo o autor: “A necessidade de se utilizar e reutilizar o conhecimento da memória, e de esquecer assim

²⁶² RODRIGUES, Os oficiais...525.

²⁶³ FERREIRA, Marieta de Moraes. *Getúlio Vargas – uma memória em disputa*. Rio de Janeiro. CPDOC, 2006.

como recordar, força-nos a selecionar, destilar, distorcer e transformar o passado, acomodando as lembranças às necessidades do presente.”²⁶⁴

Em uma outra dimensão, no campo da literatura, Monteiro Lobato na obra “*América*”, por meio do personagem imaginário Mr. Slang (um inglês culto e erudito), demonstrou como a memória tem o poder de influenciar a política de uma sociedade em seu presente. No caso, Mr. Slang se referindo às decisões políticas tomadas nos Estados Unidos da América, nas primeiras duas décadas do século XX, afirma que estas decisões ainda eram baseadas nas memórias de George Washington e Lincoln: “Na alta política inda é o pensamento dos dois que conta como argumento decisivo”.²⁶⁵

Todas essas discussões, sobre como a construção da memória, muitas vezes, atende a um projeto presente de sociedade, reforça o cuidado que precisamos ter na devida separação entre a memória e a história. Relacionando essa questão à temática em referência na dissertação, a respeito da disputa atual de projetos pela apropriação da memória do período da ditadura civil-militar, podemos dizer que compreender o que tais conhecimentos têm em comum sem perder de vista as diferenças existentes entre eles, principalmente no que se refere a seus métodos e objetivos, se constitui em condição “sine qua non” para a compreensão sobre como e para que os diversos atores sociais buscam a reconstrução do passado.

A partir dessa ótica, é pertinente citar como Pierre Nora enxerga essa problemática:

(...) a memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações.²⁶⁶

No trecho acima, Nora nos leva a uma reflexão sobre a conveniência do uso da memória, no que se refere a relação dialética entre lembranças e esquecimentos. Segundo Daniel Aarão Reis Filho, as discussões em torno da memória coletiva e do esquecimento são muito importantes para realizar questionamentos acerca de um tema que envolve complexas relações de poder, “a memória é assim: substitui evidências por interesses”.²⁶⁷ Também

²⁶⁴ LOWENTAL, David. Como conhecemos o passado. *Revista Projeto História*, SP, n. 17, 1998, p. 77.

²⁶⁵ LOBATO, Monteiro. *América*. Editora Brasiliense Ltda, 7ª ed., SP, 1956, p. 33.

²⁶⁶ NORA, Pierre. Entre memória e história..., p.9.

²⁶⁷ REIS, A *Ditadura que mudou o Brasil...*, p.15.

nessa discussão, podemos recorrer as palavras de Le Goff, ao mencionar em seu livro “*História e Memória*”, que assim como a história, a memória é lugar e objeto de disputa nas relações de poder em confronto na realidade social. Nessa perspectiva, afirma o autor:

Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva.²⁶⁸

Todas essas reflexões, apontadas anteriormente, sobre o uso da memória por grupos do presente, suscitaram os seguintes questionamentos que norteiam este capítulo: quais seriam os interesses intrínsecos dos grupos sociais que formulam e propagam uma memória da ditadura civil-militar como uma época de plena moralidade política, silenciando-se em relação às evidências de diversos casos de corrupção ocorridos nesse mesmo período?

Retomaremos então Le Goff para explicitar qual é uma das principais motivações que nos leva a pesquisar a respeito da problematização feita acima.

Com relação ao conceito de Memória, este é crucial para o desenvolvimento da própria História, sem ela não haveria estudo e nem conhecimento, é preciso, pois, uma postura dos historiadores para lidarem com esses conceitos: A memória na qual cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e ao futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens.²⁶⁹

A partir desse trecho de Le Goff, faremos uma reflexão a respeito de um debate surgido com intensidade na França, desde os anos 1990: *o dever da memória*. A pesquisadora Luciana Quillet Heymann, argumenta que *o dever da memória*

(...) remete à ideia de que memórias de sofrimento e opressão geram obrigações por parte do Estado e da sociedade, em relação às comunidades portadoras dessas memórias. Envolvendo a sociedade civil, o Estado e a comunidade acadêmica – sobretudo historiadores, mas também cientistas sociais e filósofos -, este debate tem levado ao questionamento dos instrumentos legais utilizados pelo Estado francês na gestão de passados sensíveis, tem atualizado a reflexão clássica sobre as relações entre história e memória e provocando discussão acerca do papel do historiador no espaço público (...).²⁷⁰

²⁶⁸ LE GOFF, *História e Memória*, p. 426.

²⁶⁹ LE GOFF, *História e...*, p. 477.

²⁷⁰ HEYMANN, Luciana. *O “devoir de mémoire” na França contemporânea: entre a memória, história, legislação e direitos*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006. 27 f.

Trazendo esse debate para a memória dos “anos de chumbo” - com o intuito de promover um diálogo mais estreito com uma das principais temáticas desta dissertação, Heymann pontua que esta discussão, em torno do *dever da memória*, não repercute na sociedade brasileira na mesma proporção em que foi debatida entre os franceses. Para a pesquisadora, isso relaciona-se, dentre outros aspectos à

(...) Omissão da mídia, reflexo do pouco interesse da sociedade pelo passado autoritário do país ou sintoma da propalada tradição conciliadora, avessa ao calor da polêmica? Seja qual for a explicação, parece claro que os avanços conquistados na reparação pelos crimes da ditadura não são acompanhados por uma discussão ampla acerca da memória do período que inclua setores distintos da sociedade.”²⁷¹

Sejam quais forem os motivos que justifiquem tal fato, é correto dizer que, associado às impressões dos sujeitos que viveram o período, arquivos da repressão constituem em fontes importantes para a instrumentalização das discussões acerca da memória da ditadura em disputa. Sendo fundamental também para assegurar a reparação financeira das vítimas da época. Com a disponibilização desse acervo, segundo René Gertz e Caroline Silveira

Em relação à disponibilização dos arquivos de repressão, iniciou-se uma discussão durante os processos de transição política, que perdura até hoje: a preservação e a disponibilização dos fundos documentais seriam convenientes aos novos regimes? A discussão sobre seu tratamento arquivístico, sobre o uso de informações por pessoas ou instituições e sobre a ética frente ao conteúdo sempre esteve condicionada pela resposta a essa questão. Em geral, alegou-se que os arquivos da repressão teriam importante papel para a história e a memória dos povos, à medida que são testemunho insubstituível da repressão sofrida pelos mesmos. No entanto, o argumento mais incisivo para a preservação desses fundos e sua disponibilização radica na importância que eles têm para as pessoas direta ou indiretamente afetadas pela repressão política. Eles viriam a ser essenciais para o exercício de direitos individuais: anistias, indenizações, pensões, etc²⁷²

Tal desinteresse apresentado pela sociedade brasileira, de uma forma geral, a respeito do tema, reforça a relevância que o objeto de pesquisa da Dissertação pode vir a ter, no sentido de contribuir para a fomentação do debate que se relaciona a um momento emblemático da história recente de nosso país.

²⁷¹ HEYMANN, O “*devoir...*” p. 20.

²⁷² BAUER, Fontes sensíveis...p. 180-181.

3.2. Revistas *Fórum* e *Clube Naval*: Memórias em disputa

Iniciando a análise proposta para as revistas que se constituem nossas fontes de pesquisa, comentaremos como a rememoração/comemoração se inserem nos estudos da memória. Essa reflexão é indispensável para compreendermos o porquê de escolhermos a efeméride dos 50 anos da ditadura civil-militar como ponto de partida para entendermos o embate de projetos de memória pelo período em questão.

Nessa perspectiva, citaremos Helenice Rodrigues da Silva, em sua reflexão sobre o papel social da rememoração de um acontecimento.

Nesses tempos de ‘crises’ de valores e de referências, as comemorações nacionais tendem a demonstrar que o acontecimento ‘rememorado’, em razão do seu valor simbólico, visa, sobretudo, ao devir. Em busca de um consenso nacional o poder político investe nas lembranças das grandes datas, da maneira a encontrar no passado uma legitimidade histórica que permita consolidar a memória coletiva. Por trás de todas as comemorações nacionais, encontra-se, portanto, a questão do tempo que se manifesta na sua relação com o passado da História e o presente da memória.²⁷³

Esta visão apresentada deixa clara a ideia de nossa problematização, no sentido de que o passado – no caso o período em que o regime civil-militar vigorou no Brasil (1964-1985) - é utilizado por grupos sociais para, por meio da construção de uma memória que possibilite defender um determinado projeto de sociedade presente.

Mesmo não se tratando de uma comemoração nacional, a simbologia que trouxe os 50 anos da ditadura mobilizou grupos sociais de diferentes matizes ideológicas em torno da “comemoração/rememoração” desta efeméride, o que contribuiu para as edições especiais das revistas *Fórum* e do *Clube Naval* sobre tal fato. Respectivamente, a primeira com uma visão crítica e a segunda com um viés de exaltação da época em referência.

A *Revista Fórum* trouxe o seguinte título na edição de: “*Sociedade civil: há 50 anos na luta contra a ditadura*”. A manchete da capa da revista demonstra uma perspectiva negativa sobre a época em que os militares estiveram à frente do poder político nacional, ao explicitar o caráter autoritário de tal período. Nesta perspectiva, segundo o seu editorial: “Meio século após o golpe militar que mudou a história do país, Organizações da Sociedade

²⁷³ SILVA, Helenice Rodrigues da. “Rememoração”/comemoração: as utilizações sociais da memória. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.22, n° 44, pp. 425-438, 2002.

Civil continuam lutando contra as marcas que 21 anos de ditadura deixaram na política, na mídia, na polícia e na memória dos brasileiros”²⁷⁴

Esse editorial está em consonância com a ideia do devir da memória, discutida na parte conceitual deste capítulo, quando Le Goff aponta o papel crucial que a reconstrução da memória possui em prol da “libertação e não para a servidão dos homens”.²⁷⁵ Considerando essa perspectiva, a *Revista Fórum* demonstra que lembrar do período ditatorial, não deixando tal memória ficar no esquecimento, se constitui num ato necessário para superarmos alguns resquícios maléficis ainda existentes em nossa sociedade.

Outra questão que podemos refletir a partir deste editorial é a menção de que a deposição de Jango foi um golpe militar. Tal conceito reafirma a visão crítica e sobre o fato ocorrido em 1964. Esse termo é utilizado por grupos considerados progressistas. Já os segmentos conservadores costumam chamar esse mesmo fato de revolução ou movimento democrático. Nesse sentido, o presidente do Clube Naval (Paulo Frederico Soriano Dobbin), à época da edição especial dos 50 anos pós 1964, afirmou por meio de um artigo que consta na mesma, denominado “Na contra-propaganda, uma resposta”:

Fruto da inspiração de conhecidos setores que se autos situam mais à esquerda da sociedade brasileira e em quem fica correto o rótulo de órfãos do Muro de Berlim, convencionou-se, entre outras baboseiras, considerar como ‘politicamente correto’ ter havido em, 1964, um golpe aplicado pelas Forças Armadas, com a conseqüente deposição do presidente da República, João Goulart. E não um movimento democrático nascido no âmago da sociedade e que contou com a participação militar”.²⁷⁶

Com relação às concepções divergentes sobre o que foi o movimento de 1964, o artigo escrito pelo historiador Carlos Augusto S. Almeida Guilherme, alerta para o radicalismo dessa disputa pela memória ainda em andamento:

Embora já passados mais de cinquenta anos do golpe civil-militar que depôs o presidente João Goulart e lançou o país na ditadura, que durou 21 anos, a disputa pela memória daquele acontecimento permanece aberta e contenciosa”.

Atualmente, o Brasil observou setores de direita reivindicarem a data de 31 de março como um movimento revolucionário, que evitou tornar o país uma ‘nova Cuba comunista’, enquanto setores de esquerda sustentam que o 1º

²⁷⁴ Redação *Revista Fórum*. Sociedade..., p.1.

²⁷⁵ LE GOFF, *Memória e ...*, p.477.

²⁷⁶ DOBBIN, *50 anos depois...*, p.94.

de abril foi um golpe que rasgou a Constituição. Como se vê, as diferenças de interpretações dizem respeito até mesmo à data do fato²⁷⁷

O historiador no trecho acima nos dá uma noção do acirramento referente a disputa de grupos sociais ideologicamente antagônicos pela memória do período, chegando ao ponto de polemizarem até sobre a data que melhor representa, simbolicamente, o fato ocorrido em 1964 que retirou João Goulart do poder, uma vez que no dia 1º de abril celebra-se o conhecido “dia da mentira” no Brasil.

Para explicitarmos as diferentes visões político-ideológicas contidas nos editoriais das revistas em análise, citaremos agora o editorial da *Revista do Clube Naval*, cuja manchete chama-se “O direito de uma pessoa cessa onde começa o direito de outra”:

Há tempos não se ouve essa frase.
Era usada com frequência como síntese do espírito da democracia, e continua válida.
É fácil perceber no campo individual quando esse conceito é contrariado. Qualquer abuso clama imediatamente pelo senso comum.
A coisa muda de figura quando a agressão a esse princípio democrático é coletiva, muitas vezes lastreada por ilusórias ideologias.
Assim aconteceu no passado de forma trágica. A onda comunista foi a maior catástrofe da humanidade em termos de vida humana. Milhões morreram de fome. Milhões assassinados. Houve mais mortes do que em qualquer guerra, terremoto ou peste na história.
O direito democrático foi desprezado em favor do ódio programático, sem limites. A ilusão de igualdade gerou líderes ‘mais iguais’, a nomenclatura, uma nova classe social.
(...) O Brasil não foi poupado dos ataques dessa insanidade. Tentou-se, por mais de uma vez, com traições, assassinatos, guerrilha e terrorismo.
A nação brasileira reagiu de forma eficaz, ainda que dolorosa. Neste número da *Revista do Clube Naval* celebramos os 50 anos do início dessa reação, relembando os fatos, com ênfase, evidentemente, na participação das forças do Estado.²⁷⁸

Os trechos do editorial da *Revista do Clube Naval* nos mostram que o sentido desta edição especial é o de celebrar 1964, pois em seu entender, a intervenção das Forças Armadas na política livrou o Brasil do “cruel” regime comunista que se expandia internacionalmente. O comunismo teria levado diversas sociedades ao fim da democracia e, conseqüentemente, ao desrespeito do direito individual, isso teria se dado em nome de uma suposta igualdade

²⁷⁷ GUILHERME, Cassio Augusto S. Almeida. 1964: golpe ou revolução? A disputa pela memória nas páginas do jornal O Estado de São Paulo. *Cadernos de História*, Belo Horizonte, v. 18, n.29, 2º sem. 2017, 29 p., p. 564-565.

²⁷⁸ JUNIOR, 50 anos depois..., p.4.

coletiva. Porém, segundo o editorial, na prática o que ocorreu foi a miséria e morte em massa do povo desses países para privilegiar os líderes comunistas.

Embora os editoriais analisados apresentem visões ideológicas opostas, uma coisa eles têm em comum, a acusação de que o outro lado queria acabar com a democracia. Retomando o que disse Cassio Augusto, em trecho já citado por nós, podemos concluir que tanto os grupos mais à esquerda, que chamam o ocorrido de golpe, como os setores de direita, que denominam o acontecimento de movimento revolucionário, se autointitulam defensores da democracia.

Sendo assim, é pertinente dizer que os primeiros criticam o golpe, porque por meio deste teria havido uma interrupção no curso da democracia constitucional que vigorava até então, instaurando-se posteriormente um regime autoritário no país. Já o segundo grupo defende que a retirada de Jango do poder se constituiu em um ato necessário para a manutenção da democracia, pois a permanência deste na presidência levaria a instauração de uma ditadura comunista no Brasil.

Tais interpretações antagônicas que associam 1964 a defesa da democracia contra a ditadura, cada uma sob um viés ideológico diferente, estão presentes também nos artigos de nossas duas fontes em análise. Nana Medeiros, autora do artigo da *Revista Fórum* e integrante do Observatório da Sociedade Civil – canal de notícias da Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais – cita a fala da coordenadora do CDDH (Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Petrópolis), Carla Fernandes, como forma de enfatizar o papel da memória como um instrumento que contribui para consolidar a democracia na sociedade atual. Diz ela:

Para Fernandez, a sociedade civil organizada deve usar o resgate da memória para enfrentar os resquícios da ditadura, preocupando-se em incidir na construção de políticas públicas e acompanhá-las, fortalecendo assim a memória e o embate político a favor da democracia.²⁷⁹

Contraopondo essa ideia presente no artigo da *Revista Fórum*, de que após o golpe de 1964 houve um período ditatorial no Brasil, a *Revista do Clube Naval*, intitulada “50 anos depois a nação reage”, por meio de seu presidente, em artigo já anteriormente mencionado, pontua

²⁷⁹ MEDEIROS, Sociedade Civil..., p.2.

Importante acrescentar que o período militar enfrentou, em boa parte de sua duração, uma cruel guerra interna, onde o oponente foi buscar ideias, treinamento e recursos financeiros no exterior. Uma guerra que, por óbvio, se combateu com ações de guerra na defesa da democracia brasileira, seu povo e suas instituições. De certo, uma guerra suja, de exageros de parte a parte.²⁸⁰

Podemos interpretar o que mencionou o então presidente do Clube Naval, nos valendo da conhecida frase “os fins justificam os meios”. Em sua ótica, “os fins” seria a defesa da democracia e “os meios” seria a “guerra suja”. A respeito dessa polêmica apresentada no que se refere as visões antagônicas das duas revistas, sobre a deposição de Jango ter se constituído em um ato pró ou contra a democracia, recorreremos ao sociólogo Florestan Fernandes:

O que se procurava impedir era a transição de uma democracia restrita para uma democracia de participação ampliada, que ameaçava o início da consolidação de um regime democrático-burguês, no qual vários setores das classes trabalhadoras (mesmo de massas populares mais ou menos marginalizadas, no campo e na cidade) contavam com crescente espaço político.²⁸¹

Sobre a democracia reivindicada por ambos os grupos, conforme trechos transcritos das revistas, esta ganha legitimidade quando há participação popular nos processos políticos. Entendemos que este fato foi considerado para a escolha do título de ambas as publicações: *Revista Fórum*: “Sociedade civil: há 50 anos na luta contra a ditadura” e *Revista do Clube Naval*: “50 anos depois a nação reage”.

Tais divergências no tocante ao olhar ideológico sobre esse passado é uma característica da memória, onde grupos e movimentos sociais, por meio desta, constroem seus passados de acordo com suas identidades e interesses de intervenção política em nossa sociedade presente. A cientista social Tereza Correia da Nóbrega Queiroz, sintetiza essa perspectiva da memória, ao ressaltar que: “Os movimentos sociais, ao constituírem novos sujeitos coletivos e, posteriormente ao se institucionalizarem, tendem também a construir suas próprias memórias”.²⁸²

²⁸⁰ DOBBIN, 50 anos depois...p.94.

²⁸¹ FERNANDES, F. *Brasil, em compasso de espera*. São Paulo: Hucitec, 1980, p. 113.

²⁸² QUEIROZ, Tereza Correia da Nóbrega. A construção da memória social: o discurso dos líderes populares urbanos. *XX Encontro Anual da ANPOCS – GT História Oral e Memória*, Caxambu, outubro de 1996, p. 7.

Essas memórias de acontecimentos construídas por grupos e/ou movimentos sociais, geralmente ganham por parte destes um caráter de verdade histórica, como se tivessem a capacidade de reconstruir o passado tal como ele ocorreu de fato.

Este procedimento faz parte do “jogo” da disputa pela memória entre grupos sociais antagônicos, no qual estar do lado da “verdade” pode conferir uma vantagem na disputa pela hegemonia de seus interesses e projetos para o presente. Sendo assim, não é incomum localizarmos em nossas fontes, passagens que tenham este sentido de estar resgatando uma veracidade histórica sobre como se deram os acontecimentos do período em disputa: 1964 a 1985.

Transcreveremos alguns trechos das duas revistas que demonstram isso. A *Revista do Clube Naval* possui um artigo intitulado “A verdadeira História do Regime Militar no Brasil”, escrito pelo engenheiro e professor universitário Francisco José M. Lacombe.

O atual governo está promovendo uma completa lavagem cerebral na juventude, retratando uma imagem perversa do regime militar, salientando apenas seus aspectos negativos, sem mencionar o caos em que estava o país em 1964, sem dizer que a esquerda também preparava um golpe para implantar o comunismo, escondendo os crimes dos revoltosos, omitindo o apoio popular que teve o movimento e apelo da sociedade pela ação dos militares na ocasião e também os efeitos positivos na economia, especialmente nos primeiros anos do regime militar. Se há algo em que o atual governo é extremamente eficiente é na propaganda, sem nenhum compromisso com a verdade. Ele procura reescrever a história alterando fatos notórios. Este governo transformou o Brasil no maior cobrador de impostos do planeta, investe pouquíssimo e procura esconder os inúmeros escândalos em que está envolvido. Seu objetivo único é a manutenção do poder: só estão preocupados com as próximas eleições.²⁸³

O trecho transcrito evidencia a visão do grupo militar conservador que celebra 1964 como um movimento redentor protagonizado pelas Forças Armadas, pois teria livrado o país de uma futura instauração de um regime ditatorial comunista nessas terras. Além disso, o autor faz questão de salientar que o governo da então presidenta Dilma Roussef (PT), não tinha compromisso com a verdade, porque estaria reescrevendo a história de forma falaciosa, objetivando apenas a manutenção no poder de seu grupo político. Para Lacombe, tal atentado a memória do regime militar se daria por meio de uma lavagem cerebral da juventude, usando de propaganda enganosa para alcançar esse propósito.

²⁸³ LACOMBE, Francisco José Masset. 50 anos depois a nação reage. A Verdadeira História do regime Militar no Brasil. *Revista do Clube Naval*. Ano 122, n° 369. JAN, FEV, MAR, 2014, p. 55.

É pertinente destacar que a memória que o autor procura construir com a sua narrativa, visa atingir o poder central em 2014. Isso fica mais nítido quando menciona: “(...) este governo transformou o Brasil no maior cobrador de impostos do planeta, investe pouquíssimo e procura esconder os inúmeros escândalos em que está envolvido”. Ou seja, é a “verdade” do grupo ideológico conservador representado pela *Revista do Clube Naval*, em meio à discussão sobre sua versão do regime militar impetrado em 1964, a serviço de questões políticas do momento que estavam vivendo.

Da parte da *Revista Fórum* também há a pretensão de se recuperar a “verdade histórica” por meio da memória. Porém, sob o viés daqueles que foram vítimas da ditadura civil-militar. Dessa forma, o periódico cita o que pensa a ex-presa e torturada política Eliana Rolemberg:

A história que nos é contada hoje é imposta e esconde muitas coisas. É muito importante que se possa ter conhecimento político, econômico e cultural do que aconteceu, preservando nossa identidade e memória nacional e reconhecendo a verdadeira história do Brasil.²⁸⁴

Nana Medeiros faz o seguinte comentário sobre a reflexão de Rolemberg a respeito de se construir “a verdadeira História do Brasil”:

Para Eliane Rolemberg, ainda falta uma reflexão fundamental sobre o papel da sociedade civil organizada durante a ditadura. Em sua opinião mesmo com a passagem para a construção de uma democracia temos que considerar que ainda não temos no Brasil uma democracia plena.²⁸⁵

Ao contrário da “verdade” sobre o regime civil-militar defendida pela *Revista do Clube Naval*, a partir de uma memória positiva de tal período, a *Revista Fórum* tem uma perspectiva negativa a respeito. Por isso, chama a atenção para a necessidade de se construir uma memória nacional que contribua para atingir uma democracia plena.

Nessa disputa pela “verdade histórica” referente ao período compreendido entre 1964 e 1985, travada entre as duas revistas, a Comissão Nacional da Verdade, deu importante contribuição ao revelar uma série de acontecimentos, até então desconhecidos sobre a época da ditadura civil-militar, que possibilitarão novas interpretações para a história de tal período. A CNV foi criada em 2011, através da Lei 12528 e foi oficialmente instalada em 16 de maio de 2012. Seu objetivo foi investigar crimes, como mortes e desaparecimentos, cometidos por

²⁸⁴ MEDEIROS, Sociedade civil..., p.4.

²⁸⁵ MEDEIROS, Sociedade civil..., p.4.

agentes representantes do Estado no período de 18 de setembro de 1946 a 5 de outubro de 1988, principalmente aqueles ocorridos durante a ditadura civil-militar.

A investigação da CNV trouxe como resultado a revelação de crimes contra os direitos humanos, praticados pelo Estado brasileiro nessa época, como podemos constatar no trecho abaixo:

O relatório final da Comissão Nacional foi entregue em 10 de dezembro de 2014, Dia Internacional dos Direitos Humanos, em uma cerimônia realizada no Palácio do Planalto.

Com a apresentação do relatório final, o Brasil reconhece que a prática de detenções ilegais e arbitrárias, tortura, violência sexual e execuções, entre outras formas de agressão, foi resultado de uma política de estatal generalizada, resultando, assim, em crimes cometidos contra a humanidade.²⁸⁶

Tais constatações feitas pela CNV oficializa fatos relativos ao período da ditadura contestados pela “memória oficial”. A partir desta dimensão, a Comissão reafirmou o que mencionou Eliane Rolemberg à *Revista Fórum* no que diz respeito a lacunas que ainda se encontram na história política e social de nosso país.

Outro ponto importante presente nessa disputa pela memória da ditadura se refere à temática da corrupção. De um lado, os militares conservadores pró “revolução de 1964” defendem uma memória de tal período como uma época de combate à corrupção e desenvolvimento de uma política de moralização da gestão pública²⁸⁷. Lembremos dos objetivos oficiais que a Segunda Comissão Geral de Investigações possuía. Tal órgão contribuiu para passar essa ideia, embora, como demonstramos no segundo capítulo, na prática, seu *modus operandi* não se desse de forma imparcial, onde muitas vezes os fins políticos falavam mais alto do que o efetivo e amplo combate à corrupção.

Algumas passagens da *Revista do Clube Naval* corroboram nossa hipótese. No já referido artigo desta revista chamado “A Verdade Histórica do Regime Militar do Brasil” é feito, em determinado trecho, um comparativo entre a época da publicação do periódico (1994) e o país que tínhamos, segundo a visão do autor, no período do regime civil-militar. Nesta comparação, um dos pontos negativos indicados para o Brasil então governado por uma presidente do Partido dos Trabalhadores (PT) ligava-se à questão da corrupção, quando

²⁸⁶ PONCHIROLI, Rafaela. O que é a Comissão Nacional da verdade? Disponível em: <<<http://www.politize.com.br/comissao-nacional-da-verdade>>>, acesso em 14.08.2020.

²⁸⁷ FICO, *Como eles agiam...*p.149.

fora destacado que o governo “procura esconder os inúmeros escândalos que está envolvido”²⁸⁸. Nesse sentido, tenta-se passar uma ideia de que o Brasil teria retrocedido nesse aspecto, em relação ao período em que os militares estiveram à frente do poder central.

Em outro artigo da *Revista do Clube Naval*, intitulado “A solução está com o povo”, o ex-Ministro da Marinha, Mário César Flores, ao analisar o regime democrático pós 1985, também coloca que um dos males que ele trouxe foi a corrupção política:

A dissonância entre o potencial e a realidade socioeconômica do Brasil evidencia as limitações do modelo de governo de coalizão com pandemônio partidário, conduzido pelo produto de processo eleitoral viciado e operado por burocracia politicamente aparelhada, carente de competência e firmeza ética. Dissonância transparente em projetos fantasiosos e comumente inacabados, inflação teimosa, carga tributária alta, crescimento píffio do Produto Interno Bruto (PIB), industrialização marcando passo e balanço comercial tropeçando, 85º lugar no ranking no índice de Desenvolvimento Humano (IDH, da ONU) entre 186 países, caos na saúde, transporte público e (hoje muito citado) sistema carcerário, infraestrutura logística e educação insatisfatórias. E transparente já à beira da pandemia dramática, na delinquência generalizada, da corrupção política e administrativa, sonegação de impostos e desordem e violência epidêmicas, à rotina de crimes abjeto e dos delitos banais, já assimilados na cultura popular.²⁸⁹

Sobre o que disse Mário César Flores, não nos parece adequado o ponto em que associa problemas brasileiros, por ele destacados, ao modelo de “governo de coalizão”²⁹⁰ adotado em nosso país com o advento da Nova República. Quando ele cita, por exemplo, ‘projetos fantasiosos e comumente inacabados’, o que dizer da Transamazônica?

A matéria divulgada pela Globo News (G 1), em 03 de fevereiro de 2014, que tem o título “Projeto polêmico, transamazônica faz 40 anos sem nunca ter sido concluída”, traz em sua conclusão o seguinte:

A Transamazônica, a rodovia que foi inaugurada, mas jamais foi concluída, termina às margens do rio Purus. Já são 40 anos de sonhos, esperança, promessas e muitas dúvidas: progresso ou equívoco? A estrada segue cheia de desafios, como a vida de quem acredita nela.²⁹¹

²⁸⁸ LACOMBE, A Verdadeira História..., p. 55.

²⁸⁹ FLORES, Mário César. A solução está com o povo. *Revista do Clube Naval* – Edição Especial, 50 anos depois a nação reage, ano 122, nº 369, JAN/FEV/MAR, P. 86

²⁹⁰ Tal modelo advém de uma expressão criada por Sergio Abranches. Segundo ele, seria um modelo de sistema político, especificamente brasileiro em que o Executivo se organizaria com base em grandes coalizões político-partidárias e regionais. Cf.: ABRANCHES, Sergio. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. *Revista de Ciências Sociais*, vol. 31, n. 1, Rio de Janeiro: IUPERJ, pp. 3-55 (1988).

²⁹¹ GLOBO NEWS – G1. “Projeto polêmico, Transamazônica faz 40 anos sem nunca ter sido concluída”. Disponível em: <<http://g1.globo.com/globonews/noticia/2014/02/projeto-polêmico-transamazônica-faz-40-anos-sem-nunca-ter-sido-concluída.html>>, Acesso em 15.08.2020.

Tal matéria se constitui em um exemplo de uma obra vultuosa inacabada, relativa ao período do regime civil-militar, onde não havia o “modelo de coalização”. Outro ponto atribuído pelo autor do artigo ao modelo adotado a partir de 1985 é a “inflação teimosa”. Em relação a esse aspecto, cabe lembrar que uma das heranças deixadas pelos militares foi uma hiperinflação. O professor de história econômica do Insper Vinicius Müller, faz a seguinte análise sobre essa questão, por meio de uma entrevista concedida à BBC:

O governo militar, quando assume em 1964, enfrenta um período de bastante desorganização da economia, com o fracasso do Plano trienal (para retomar o crescimento econômico). Eles conseguiram modernizar a economia, mas isso teve um alto preço, que acabou sendo pago após a redemocratização, como hiperinflação e dívida externa estratosférica.²⁹²

Esses pontos do artigo escrito por Mário César Flores, que foram citados e comentados, se constituem em exemplos de que a disputa de projetos de memória atual pelo período da ditadura civil-militar, se utiliza dos “esquecimentos” como estratégia para se selecionar determinados fatos convenientes do passado em detrimento de outros.

Ainda sobre esse artigo, ressaltamos um outro aspecto que nos chama atenção, quando o autor menciona que o modelo de coalizãõ traz como consequência um “processo eleitoral viciado e operado por burocracia politicamente aparelhada, carente de competência e firmeza ética.²⁹³” Esta visão nos remete ao conceito de “utopia autoritária”,²⁹⁴ presente no imaginário dos militares que apoiaram e participaram do regime civil-militar

Segundo o Almirante Mário Cesar Flores, o quadro político descrito, aliado ao contexto socioeconômico e cultural de um país em desenvolvimento, como o Brasil, levam ao surgimento de rumores que questionam a possibilidade de uma democracia integral no estilo anglo-saxão.

Considerando a história, a fraqueza sempre induziu a tentação do milagre. Corremos o risco de emersão da ideia- vem emergindo, sem força expressiva, embora não nula – de que em países ainda em desenvolvimento, de populações enormes, grande parte delas em déficit cultural e socioeconômico, a democracia em sua integridade anglo-saxã não resolve, há

²⁹² BARRUCHO, Luis. *50 anos do AI-5: Os números por trás do ‘milagre econômico da ditadura no Brasil*. Disponível em: <<http://www.terra.com.br/amp/noticias/brasil/50-anos-do-milagre-economico-da-ditadura-no-brasil,70d8dae04aede3106d1388cdd21f14ct2xewxax.html>>. Acesso em 1.08.2020.

²⁹³ FLORES, A solução...p.86.

²⁹⁴ Este conceito foi discutido no segundo capítulo.

que adaptá-la à respectiva realidade nacional. O que seria isso varia com a propensão ideológica.²⁹⁵

As palavras deferidas pelo almirante, leva-nos a conclusão de que, segundo sua ótica, devido o Brasil não ser considerado um país desenvolvido e ter uma população, predominantemente, composta por pessoas com baixo nível sociocultural, este não teria condições de possuir um modelo democrático pleno.

Entendemos que esse pensamento reafirma a sua visão ideológica em consonância com o conceito de “utopia autoritária”, no sentido de que a categoria militar seria composta por uma elite que seria mais bem preparada, do ponto de vista intelectual, e moral em relação aos demais grupos sociais civis.²⁹⁶

Ainda com o foco na temática corrupção, a *Revista do Clube Naval* procura criar uma memória de associação deste aspecto com a esquerda e o governo petista. Nesta dimensão, o artigo “Direita x Esquerda”, escrito pelo vice-almirante Luís Sérgio Silveira Costa, tem o objetivo de mostrar como são tais ideologias “verdadeiramente”. Para isso, foi reservado um espaço em seu texto, chamado “A mistificação rasteira e hipócrita dos petistas”, onde pontua sarcasticamente que, para a esquerda,

(...) o **lucro** é pecado e a corrupção é aceita, desde que seja em proveito da causa, da melhoria da sociedade; é o caso do mensalão, em que os presos petistas não são, pelos seus, considerados bandidos, mas heróis, pois o malfeito contribuiria para a causa do partido, a sociedade sem classes (...) ²⁹⁷
(Grifos do autor)

Entre outros pontos citados pelo autor sobre o “engodo” petista, percebe-se a questão da corrupção, mais uma vez, associada ao aspecto ideológico, isso ao ser dito que “a corrupção é aceita entre os integrantes do PT, desde que seja em prol “do partido e da sociedade sem classes”.²⁹⁸

O vice-almirante faz também uma associação entre a baixa escolaridade e a pobreza, como marcas do perfil majoritários dos eleitores que votam no PT. Tal característica os levaria a incapacidade de terem uma consciência política mais ampla, que pudesse levá-los a

²⁹⁵ FLORES, A solução..., p. 87.

²⁹⁶ KRÜGGER, *Combatendo a “corrupção...”, p.53.*

²⁹⁷ COSTA, Luiz Sérgio Silveira. Direita x Esquerda. *Revista do Clube Naval* – edição Especial, ano 122, n° 369, JAN/FEV/MAR, p. 10.

²⁹⁸ COSTA, Direita..., p.10.

perceber os “engodos” dos governos petistas, sendo, dessa forma, menos tolerante com a corrupção, que seria uma prática corrente dos governos do PT.

Segundo ele, houve uma pesquisa em 2007, realizada pelo Data UFF e financiada pela Fundação Ford para se descobrir como é o “pensamento do brasileiro” no tocante aos seus principais valores em seu cotidiano social, econômico e político nacional. Luiz Sérgio pontua sobre as conclusões que se pode tirar dessa pesquisa:

Conclui-se que a parcela mais educada da população é menos preconceituosa, menos estatizante e tem valores sociais mais sólidos. Os brasileiros passariam a ter baixíssima tolerância à corrupção e esperariam menos benesses de um Estado protetor. Funcionários públicos ineficientes e aproveitadores seria uma raça em extinção (...).²⁹⁹

Analisando o seu ponto de vista, percebemos que este tem o entendimento de que o projeto de Estado intervencionista resulta numa máquina administrativa ineficiente e corrupta, onde esse modelo estatizante traz como consequência um país com alto grau de pobreza e deseducação. Desta forma, fica claro que ele associa um modelo de Estado forte, geralmente defendido nos projetos de esquerda, a índices econômicos e sociais negativos. Tal lógica de pensamento fica clara quando ele afirma: “A esquerda desestimula a educação, pois, quanto mais mantiver os pobres deseducados e cativos da esmola do governo, mas manterão o poder!”³⁰⁰

Ao final do artigo, o vice-almirante cita algumas manchetes de jornais da época que os militares tomaram o poder em 1964. Entre estas, mencionaremos uma que entendemos emblemática em relação à construção de uma memória que liga a deposição de João Goulart a uma “limpeza” moral feita pelos militares por vontade popular.

TRIBUNA DA IMPRENSA

Escorraçado

Escorraçado, amordaçado e acovardado, deixou o poder como imperativo de legítima vontade popular o senhor João Belchior Marques Goulart, infame líder dos comuno-carreiristas-negocistas-sindicalistas. Um dos maiores gatunos da história brasileira já registrou. O senhor João Goulart passa outra vez à história, agora também como um dos grandes covardes que ela já conheceu.

Tribuna da Imprensa, 2 de abril de 1964.³⁰¹

²⁹⁹ COSTA, Direita...p.11.

³⁰⁰ COSTA, Direita...p.11.

³⁰¹ COSTA, Direita...p.15.

Tal transcrição publicada em seu artigo, sugere, por analogia, que o PT, assim como foi feito com Jango em 1964, deveria ser retirado do poder para que o Brasil se livrasse das imoralidades políticas inerentes a esses “políticos venais”.³⁰²

Para concluir a análise desta nossa fonte, a *Revista do Clube Naval*, no que se refere à temática da corrupção, comentaremos sobre um outro artigo do periódico: “*Eis o que fizeram os governos militares no Brasil*”, escrito pelo capitão de corveta e economista Antônio Tângari Filho. O autor analisa de forma ufanista os feitos militares, não considerando aspectos controversos dessas realizações, como, por exemplo, a falta de lisura que por trás de vários desses “grandes feitos” mencionados no artigo. Observemos o tom entusiasmado e “panfletário” que o capitão de corveta confere à introdução de seu texto:

As gerações atuais precisam conhecer e estudar a importância fundamental das realizações dos governos militares (1964-1985) para a estruturação do país em suporte do desenvolvimento, sob pena de incorrer no pecado de ingratidão histórica.

Não se trata aqui de nenhum debate ideológico. Tratamos de fatos concretos dentro de uma realidade pura, com o propósito de que o leitor encontre as pistas e orientações que o permitam aprofundar seus estudos sobre um período difícil para o Brasil, e que lhe permita conclusões competentes.

Além das graves questões políticas, decorrentes de efeitos internacionais, é necessário que se considere as reais condições físicas do país. Suas deficiências, seu atraso econômico, sua carência de todos os meios. Leve em conta que, na época, não se chegava nem se falava com a maioria dos pontos do Brasil se não com enorme sacrifício.

Não havia estradas, energia, comunicação, indústria, mercado, conhecimento, e, acima de tudo, não havia mentalidade e nem liderança para o progresso.

Talvez, por ironia do destino, a nossa quota de violência que então ocorria no mundo tenha sido um benefício por acordar o país. A verdade é que a reação da nação gerou a vontade e a oportunidade da criação das bases do desenvolvimento, mudando o Brasil para melhor.

Apresentamos a seguir uma relação das realizações fundamentais construídas no período, ressaltando-se sua abrangência e essencialidade. Vamos construir nossos comentários tratando de Energia, Petróleo, Transporte, Telecomunicações, indústrias de Base, Agricultura, além de outros pontos.³⁰³

Em seu escrito, Tângari chega a sugerir o “lado bom” da violência praticada no período em análise, pois esse aspecto, naquela conjuntura, teria contribuído para impulsionar

³⁰² Conceito já discutido no capítulo II.

³⁰³ FILHO, Antônio Tângari. Eis o que fizeram os governos militares no Brasil. *Revista do Clube Naval* – Edição Especial, ano 122, N° 369, JAN/FEV/MAR, 2014, p. 56.

um movimento que teria levado ao progresso do país. Também despreza todo o projeto desenvolvimentista da “era Vargas”, nos aspectos da industrialização, da criação de indústrias de Base, da criação da Petrobrás, etc. Seria como se isso tudo tivesse começado pelas mãos dos militares a partir de 1964. Nesse sentido, cabe citar, a contribuição de Halbwachs, sobre a questão a relação entre memória e esquecimento: “A memória pressupõe o esquecimento. A memória se desenvolve sobre um fundo de esquecimento. Para se constituir, ela pressupõe a seleção de determinados conteúdos e a supressão de outros tantos.”³⁰⁴

Outro aspecto que não pode ser ignorado é o de que essa “quota de violência”, rememorada por ele como necessária e benfeitora para o desenvolvimento e progresso do Brasil, teve como consequências a prisão política, a tortura e o assassinato de muitos cidadãos brasileiros, por exemplo. Ou seja, daqueles que foram contrários ao regime autoritário em vigor.

Cabe também observarmos que, ao longo de seu artigo, o autor ressalta inúmeras obras gigantescas realizadas pelos militares, entre elas: a Usina de Tucuruí, a hidrelétrica de Itaipu, a Ponte Presidente Costa e Silva (Ponte Rio-Niterói), etc. Não se trata de desconsiderar a importância estratégica de tais construções, mas sim de chamar a atenção para o fato do capitão de corveta, em nenhum momento, mencionar os “bastidores” dessas obras, como, por exemplo, as relações políticas obscuras e promíscuas da relação existente à época, entre as empreiteiras e o governo federal. Tais construções fariam parte das “Estranhas Catedrais”, analisadas pelo historiador Pedro Campos, citado por nós nos capítulos anteriores. O livro “Estranhas Catedrais”, foi baseado na tese de doutorado do autor mencionado, publicada em 2012, portanto dois anos antes deste artigo de Tângari para a *Revista do Clube Naval*. Essa questão cronológica, demonstra que já havia produção acadêmica disponível para se pesquisar o “outro lado” desses “grandes feitos” executados pelos militares.

Nesse sentido, essa “ingratidão histórica” que o capitão de corveta pretende reparar com o seu artigo, faz parte da disputa pela memória que estamos refletindo nesse capítulo, onde, por parte da *Revista do Clube Naval*, tenta-se difundir ideias que contribuam para a manutenção da “memória oficial”, que segundo Pandolfi³⁰⁵, ainda é dominante em nossa

³⁰⁴ HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990, p. 55-56

³⁰⁵ PADOLFI, Dulce. Entrevista para o jornal *Nativação* em 25.09.2017. Disponível em: <<<http://jornalnativacaoenpblogspot.com.br>>>, acesso em 15.03.2020.

sociedade. No caso, utilizando-se do “silenciamento” e da omissão de determinados fatos do passado que não interessam ao projeto de sociedade defendido por grupos de caráter mais conservador, conforme constatamos no trecho de Halbwachs, citado anteriormente.

Considerando, nessa “guerra pela memória”, a “memória subterrânea” representada pelos grupos sociais que não aceitam a “memória oficial”, podemos citar alguns relatos presentes na Comissão Nacional da Verdade que revelariam “o outro lado” de alguns desses “grandes feitos dos governos militares”, mencionados no artigo da *Revista do Clube Naval* que estamos abordando, conforme demonstrou a revista *Época*, por meio da seguinte manchete e reportagem, respectivamente: “Diplomata foi morto pela ditadura antes de denunciar corrupção no regime, confirma nova certidão”.

(...) A usina de Itaipu custou dez vezes mais do que o previsto, totalizando cerca de US\$ 30 bilhões. Em 15 de março de 1979, o embaixador, já aposentado, foi a Brasília para a cerimônia de posse do general João Figueiredo como presidente da República.

Durante a estadia, mencionou que estava escrevendo um livro sobre suas vivências, no qual detalharia irregularidades na obra. No dia 22 saiu para visitar um amigo e não retornou (...)

Somente em 2014 a revisão da causa do óbito começou a se materializar, a partir do relatório da Comissão Nacional da Verdade. O documento afirma que as circunstâncias do caso demonstram que houve um crime de Estado, consumado por motivação política. Com base nisso, a comissão Especial de mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) expediu novo atestado, indicando que Jobim sofreu ‘morte não natural’, violenta, causada pelo Estado brasileiro, no contexto da perseguição sistemática e generalizada à população identificada como opositora ao regime ditatorial de 1964 a 1985.³⁰⁶

O exemplo que demos, referente à denúncia de corrupção envolvendo a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, pode ser associado ao “modus operandi” seletivo da Comissão Geral de Investigações, constatado em nosso segundo capítulo, no sentido de que, assim como Itaipu, as investigações sobre casos de corrupção que pudessem comprometer a imagem dos governantes militares encontravam obstáculos políticos que dificultavam as investigações.

³⁰⁶ GUIMARÃES, Hélio. Diplomata foi morto pela ditadura antes de denunciar corrupção no regime, confirma nova certidão. Disponível em: <<<http://epoca.globo/diplomata-foi-morto-pela-ditadura-antes-de-denunciar-corrupcao-n0-regime-confirma-nova-certidao-23089585?versao=amp>>>, acesso em 22.03.2020.

Porém, a existência da CGI contribuía para o discurso oficial de combate à corrupção, ajudando a criar uma imagem do período da ditadura civil-militar como uma época onde se buscava, efetivamente, se obter a moralidade política.

Tal imagem foi incorporada ao discurso de grupos conservadores, como no caso dos segmentos representados pela *Revista do Clube Naval*, que tentam “resgatar” a memória de tal época no sentido positivo em relação a esse e outros aspectos do período de vigência do regime civil-militar. Por outro lado, a *Revista Fórum* procura contribuir para a construção de uma memória da ditadura associada à corrupção. Isso fica explícito quando Rolemberg, ex-presa política, torturada nos tempos ditatoriais, e ativista da Coordenadoria Ecumênica de Serviços (CESE), enfatiza a atuação das ONGs na luta contra a ditadura e associa a corrupção de algumas organizações como herança do período em que os militares estiveram à frente do poder político.

Para Rolemberg, a criminalização de organizações tem aumentado em função de situações de corrupção envolvendo ONGs. No entanto, o modo que se faz política no país – que dá margem para ações ilegais – é um dos principais resquícios da ditadura. Ou seja, a corrupção, herança do regime, recai justamente no setor que pretende combater a impunidade. ‘Não podemos esquecer que os golpistas não foram apenas aqueles de 64 e 68. Existem golpistas que estão aí de plantão e são uma séria ameaça para a consolidação de direitos no país. Uma ameaça para a concretização do que almejamos enquanto sociedade civil organizada, que é democracia plena e justiça.’³⁰⁷

Sua fala está investida de uma visão que contesta a concepção presente na *Revista do Clube Naval*, que faz a conexão da suposta corrupção daquele presente de 1994 – 50 anos pós 1964 –, ao fato de se ter um governo nacional presidido por um partido de esquerda, o PT. A tal situação seria atribuída a degeneração dos valores morais implantados no país durante os 21 anos de governos militares.

Nana Medeiros cita o entendimento de Anivaldo Padilha, ex integrante da Ação Popular (AP), movimento formado por jovens católicos e protestantes em 1962³⁰⁸, quando ele afirma: “A corrupção não vai diminuir, independente do setor, sem uma reforma política que contrarie os controles e poderes deixados pela ditadura e que freiam a garantia de direitos.”³⁰⁹

³⁰⁷ MEDEIROS, Sociedade...p.3.

³⁰⁸ MEDEIROS, Sociedade...p.2.

³⁰⁹ MEDEIROS, Sociedade...p.2.

É nítida a perspectiva de Padilha de que a estrutura de poder político vigente naquele momento se constituía numa transição inacabada da ditadura para o regime democrático, principalmente no aspecto em que coloca que ainda não existiriam condições concretas e objetivas para que os segmentos sociais controlassem amplamente os detentores do poder. Sendo assim, podemos entender que, em sua concepção, a questão política só seria resolvida quando houvesse um redirecionamento que aprofundasse os mecanismos de fiscalização da sociedade sob os poderes instituídos.

Essa saída pelo viés democrático como estratégia de combate à corrupção, chancelada pela *Revista Fórum* neste artigo, fica explicitada na fala de Nana Medeiros:

Nesse contexto, mais uma vez a sociedade civil se destaca, contribuindo para finalizar o processo de transição democrática do país. Através de políticas públicas, práticas locais e projetos de incidência política, organizações e movimentos buscam que as prioridades sejam tratadas e resolvidas de forma democrática, forçando o congresso, o executivo e o judiciário a acabar com o que restou do regime militar.³¹⁰

Tais comentários deixam claro o posicionamento ideológico antagônico das duas revistas na disputa pela memória pela ditadura travada entre ambas. No caso da *Revista do Clube Naval*, há um direcionamento no sentido de atribuir os “males” da política ao modelo de democracia implantado a partir da Nova República, onde, entre outras questões, teria ocorrido um desvirtuamento dos valores morais da época do regime civil-militar. Já a *Revista Fórum* compreende de forma contrária, ao identificar os problemas daquele presente a uma transição não concluída do regime ditatorial para o democrático. Ou seja, o problema da corrupção, por exemplo, seria consequência dos resquícios de 21 anos de ditadura que houve em nosso país.

Como síntese dessa perspectiva apontada, cabe citar um trecho com as palavras de Nana Medeiros: “O abuso do poder econômico e os limites para a participação da população nas decisões políticas são resquícios da ditadura que inclusive potencializam outras marcas deixadas pelo regime (...)”.³¹¹

Acreditamos ter demonstrado, ao longo deste capítulo, por meio da análise das fontes selecionadas, que a disputa pela memória do período de 1964 a 1985, entre conservadores e progressistas principalmente, é uma questão ainda fervorosa em nossa sociedade, cujo

³¹⁰ MEDEIROS, Sociedade...p.4.

³¹¹ MEDEIROS, Sociedade...p.4.

embate ideológico ocorre cotidianamente, através de diversos meios disponibilizados para a difusão das ideias de cada grupo. Porém, essa disputa pela memória aflora e se acirra em determinadas datas simbólicas, que trazem com vigor as lembranças desse passado ainda muito significativo para tais segmentos sociais, como foi o caso da publicação em edição especial das duas revistas por nós analisadas, por conta da efeméride dos 50 anos do fim da ditadura civil militar. Nesta ocasião, cada grupo, por meio de suas memórias, procurou “resgatar” esse período, vislumbrando a construção e/ou consolidação de um projeto de sociedade ainda em disputa naquele presente.

CONCLUSÃO

Iniciando as nossas considerações finais, cabe dizer que a problemática desenvolvida nessa dissertação pretende contribuir para a historiografia do período pesquisado, tendo em vista que, a discussão historiográfica presente em nosso primeiro capítulo demonstrou que, embora haja vasta produção acadêmica sobre o período da ditadura civil-militar, são escassos os estudos sobre a atuação da Comissão Geral de Investigações, órgão criado pelos governos militares para “combater” a corrupção.

Ainda refletindo sobre nosso capítulo inicial, comentaremos a respeito da conclusão que chegamos a respeito da seguinte hipótese: o golpe civil-militar de 1964, que depôs João Goulart, foi oriundo da luta de classes, que envolveu diferentes grupos da sociedade brasileira, e que estava inserida no contexto da Guerra Fria. Nossa compreensão a respeito de tal motivação, se deu, sobretudo, a partir das análises das reflexões feitas pelos autores marxistas citados em nosso primeiro capítulo, como por exemplo: René Dreifuss,; Marcelo Badaró; Demian Bezerra de Melo; Virgínia Fontes; Renato Lemos; Gilberto Calil; Caio Navarro de Toledo; e Pedro Henrique Pereira Campos. Dentre esses, destacamos o trabalho pioneiro de René Dreifuss, que apontou a questão classista como causa principal para a explicar a deposição de Jango em 1964. Em sua obra intitulada *A conquista do Estado*, publicada em 1981, Dreifuss ressalta a importante participação do tripé IPES-IBAD-ESG, tanto na formulação do golpe, como também no desenvolvimento dos rumos político-econômicos do Brasil pós 1964, em favor de um projeto capitalista conduzido por “tecnopresários e empresários em uma associação da classe empresarial na defesa dos interesses dos segmentos pertencentes as elites econômicas, como por exemplo, os industriais e classe dos banqueiros multinacionais.³¹² Tal projeto indicado pelo autor, deixa claro o caráter classista dessa associação dos grupos sociais privilegiados para derrubar João Goulart.

Nesse sentido, Pedro Campos corrobora a visão de Dreifuss, incluindo a importante participação dos donos de empreiteiras, segundo a sua ótica, para a realização do golpe civil-militar. Tal classe teria se mantido próxima ao Estado também ao longo dos 21 anos que perdurou o regime.³¹³

³¹² DREIFUSS, *A conquista...*, p. 417.

³¹³ *Folha de São Paulo*, 01.12. 2014.

O trecho de Florestan Fernandes, citado em nosso terceiro capítulo nos dá a dimensão da crescente participação das classes trabalhadoras rurais e urbanas no processo político brasileiro e, conseqüentemente, a pressão dos mesmos na reivindicação de suas demandas de classe durante o regime democrático-burguês em curso, sob a liderança de João Goulart.³¹⁴ Tal contexto, ao nosso ver, teria motivado a associação dos banqueiros das multinacionais com a classe industrial brasileira, conforme ressaltou Dreifuss, para intervir no processo democrático-constitucional em curso, visando conter a participação política da classe trabalhadoras na reivindicação de suas demandas, como foi apontado por Florestan Fernandes.

A análise da atuação da CGI também reforça o nosso entendimento relativo ao caráter classista do golpe, no sentido de que a perseguição política à grupos considerados subversivos, contribuiu para afastar os grupos sociais considerados mais radicais na oposição ao regime civil-militar instituído. Tal perseguição se deu baseada na chamada “utopia autoritária”, conforme demonstrado em nosso capítulo II.

A disputa de projetos de memória pelo período da ditadura, tratada no terceiro capítulo, também nos possibilita o entendimento de que a questão da luta de classes foi um componente fundamental para a eclosão do golpe de 1964, pois em diferentes artigos escritos pelas duas revistas, que nos serviram como fonte – *Revista Fórum* e *Revista do Clube Naval*, o aspecto ideológico referente aos projetos defendidos pelos grupos antagônicos pesquisados, progressistas x conservadores, foi usado para justificar seus posicionamentos a favor ou contra o movimento que culminou com a deposição de Jango.

Todas as questões mencionadas até aqui, nos possibilita pensar que, embora outros motivos tenham feito parte do processo que levou ao golpe, como por exemplo a crise hierárquica militar, a interferência do governo em assuntos internos das Forças Armadas e o discurso anticorrupção³¹⁵, o fator da luta de classes foi o ponto primordial deste processo. Sendo assim, como forma de chancelar nossa posição, transcreveremos a pergunta retórica, citada em nosso primeiro capítulo, feita pelo historiador Marcelo Badaró, ao questionar a vertente historiográfica que nega 1964 como um episódio da luta de classes: “teria a historiografia mais recente dúvidas em relação a isso”?

³¹⁴ FERNANDES, *Brasil, em compasso...*, p.113.

³¹⁵ Essa questão foi mencionada e discutida no Capítulo I, na parte referente à historiografia produzida na década de 1990.

Outro ponto importante a ser destacado em nosso trabalho diz respeito a nossa problematização sobre a atuação da Comissão Geral de Investigações, no que se refere à questão da parcialidade de tal órgão governamental ao inquirir a fundo os denunciados que foram considerados como oposição ao regime, tendo, por outro lado, abrandado as investigações relativas aos considerados aliados.

Constatamos a procedência de nossa suspeita por meio da análise do processo 36/69, onde consta a denúncia do então Presidente da Câmara dos vereadores de Miracema, Salim Bou-Issa, contra o ex-prefeito Altivo Linhares, acusado de subversão e corrupção em sua última gestão à frente do município (1959-1963). Tal constatação se deve a alguns fatores presentes no processo analisado.

Um primeiro aspecto a ser mencionado, é relativo ao uso recorrente, por parte do denunciante em seu discurso, da associação corrupção/subversão contra Altivo Linhares. Em nosso entendimento, essa associação se deu por conta da visão, presente no projeto dos grupos que ocupavam o poder político à época, de que políticos oriundos de determinados grupos ideológicos, tais como o getulismo, o nacional-desenvolvimentismo e o comunismo, por exemplo, se constituíam em figuras potencialmente subversivas e corruptas. Estes eram considerados “venais”, conforme tratamos em nosso segundo capítulo, devendo por esse motivo terem como destino o ostracismo político.

Dessa forma, Salim Bou-Issa, tenta construir uma memória de Altivo, perante a CGI, enfatizando o seu passado getulista. Cabe lembrar que o denunciado foi eleito em sua última administração como prefeito, em uma coligação entre o seu partido, PL, e o PTB, partido de Vargas no período da redemocratização e do então presidente João Goulart. Além disso, cabe dizer que, ao longo deste seu último mandato, se posicionou diversas vezes como getulista, mesmo pertencendo ao Partido Libertador, fato que justifica sua aliança com o Partido Trabalhista Brasileiro, conforme pudemos observar por meio dos documentos, apresentados por nós, nas discussões referentes ao segundo capítulo.

Altivo Linhares, embora na época da acusação pertencesse a mesma filiação partidária que Salim (ARENA), era inimigo político deste e usava a sua influência como político tradicional da cidade, para fazer oposição ao então Presidente da Câmara de Vereadores. Tal fato poderia atrapalhar a futura carreira política de Salim em Miracema. Essa teria sido a motivação da sua denúncia contra o ex-prefeito, pois caso a sua acusação fosse aceita pela CGI e, conseqüentemente, aberta uma Investigação Sumária contra Altivo

Linhares, essa situação poderia inibir a sua atuação política no município, fazendo-o, no mínimo, moderar o tom de suas críticas contra Salim e o prefeito de Miracema que era seu aliado na época.

Esta estratégia política, se mostrou acertada, porque a CGI decidiu, por unanimidade, abrir um processo contra o denunciado, alegando como justificativa para esse parecer favorável a abertura da Investigação Sumária dois motivos: indícios de corrupção e de subversão. Nesse sentido, como mais uma forma de fundamentar nosso entendimento de que a CGI agia de forma parcial no combate à corrupção, resolvemos citar o caso de outro prefeito denunciado por corrupção praticamente na mesma época em que ocorreu o processo 36/69. Trata-se de Octacílio Mion, prefeito de Cascavel-Pr (processo nº 232/1970), que não teve o mesmo destino que o ex-prefeito de Miracema, tendo em vista que a CGI resolveu não instaurar uma Investigação Sumária contra ele.

Em nosso ponto de vista, esta decisão tomada pela Comissão, se deve ao fato de que Mion era prefeito de Cascavel pela Arena, e a denúncia de corrupção que sofreu, era relativa ao seu mandato em curso por este partido (1969-1973).³¹⁶

Embora Octacílio Mion tivesse sido eleito pelo PTB, em sua primeira administração à frente do município de Cascavel, em 1960, entendemos que o fato da denúncia ter sido feita contra ele em sua gestão pela ARENA, faz toda a diferença, se comparado este caso com o sofrido por Altivo Linhares. Tal entendimento deve-se a seguinte questão: se a denúncia do processo 232/1970 fosse aceita pela CGI, poderia manchar a imagem de um partido que era a base de sustentação política dos governos militares, diferentemente, nesse sentido, do processo 36/69 que fazia menção a suposta corrupção cometida pelo ex-prefeito em uma coligação de seu partido (PL) com o PTB, em período anterior ao golpe de 1964.

Retomando as nossas reflexões sobre o processo movido contra Altivo Linhares, é importante assinalar que, após quase uma década de investigação, o processo 36/69 foi arquivado por falta de provas, constando em seu parecer, entre outras coisas, que Salim quando era vereador aprovou as contas as do ex-prefeito, referentes ao período da acusação (1959-1963).

Dessa forma, fica clara a motivação política de Salim em sua denúncia contra Altivo Linhares, assim como a instauração do processo por parte da CGI. Salientamos que o

³¹⁶ KRÜGGER, *Combatendo a corrupção...*, p.106.

denunciante se tornou prefeito de Miracema, pela primeira vez, no ano posterior a sua acusação, em 1970. Fato este que demonstra que foi bem sucedido em sua estratégia política.

Por fim, falta de nossa parte, nestas considerações finais, comentarmos sobre a disputa atual de projetos de memória pelo período da ditadura civil-militar brasileira. Sobre essa questão, cabe destacar que grande parte dos grupos sociais conservadores sustentam que tal época foi marcada pelo efetivo combate à corrupção. Porém, é possível pontuar a utilização de tal discurso, por parte dos militares que aderiram ao regime, associado ao combate e perseguição aos considerados subversivos na época. Dessa forma, os segmentos mais progressistas caracterizam tal período como uma época marcada pela ditadura, pela censura e pelo total desrespeito aos direitos humanos.

A partir da análise de duas revistas que possuem viés ideológicos diferentes, a *Revista Fórum*, progressista, e a *Revista do Clube Naval*, conservadora, publicadas em edições especiais em função da efeméride dos 50 anos pós 1964, pudemos observar que ambos os grupos se utilizam de uma memória reconstruída desse passado como forma de defenderem um projeto político de sociedade para o presente. Para isso, construíram narrativas diferentes, objetivando o convencimento de que o “seu lado” é o que melhor representa a “verdade histórica” sobre este período do passado em disputa.

Embora tais fontes utilizadas em nosso terceiro capítulo, datem do ano de 2014, consideramos que o embate pela memória dessa época não deixou de existir durante esses seis anos que se passaram, tendo inclusive se acirrado, a partir das eleições para presidente da República de 2018, onde o então candidato Jair Bolsonaro venceu o seu concorrente do PT, Fernando Haddad, no segundo turno.

Bolsonaro, tanto durante o processo eleitoral, como após a sua posse, vem demonstrando simpatia em relação ao período em que os militares estiveram à frente do poder político brasileiro por 21 anos, fato que contribuiu para uma polarização ideológica ainda maior em nossa sociedade, no tocante à disputa pela memória da ditadura. Tal fato, é explicitado em matéria do *Correio Braziliense* de 19 de abril de 2019, que traz a seguinte manchete: “Repercussão: após manifestação pró-regime militar, Bolsonaro sofre críticas.”

Após participar de uma manifestação pró-intervenção militar neste domingo (19/04), o presidente está sofrendo onda de críticas de outras importantes figuras do cenário político nacional. O ministro Luís Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF); parlamentares e governadores foram a público se posicionar contra a postura do presidente.

(...) ‘Só pode desejar intervenção militar quem perdeu a fé no futuro e sonha com um passado que nunca houve. Ditaduras vêm com violências contra os adversários, censura e intolerância. Pessoas de bem e que amam o Brasil não desejam isso’, escreveu Barroso.³¹⁷

Este trecho citado da reportagem do *Correio Braziliense* pode ser percebido como um exemplo da disputa ainda presente na sociedade pela memória da ditadura. De um lado estão os defensores da “memória oficial”, e de outro os que fazem contraposição a essa versão pró-regime civil-militar tentando desconstruí-la. Estes últimos seriam os adeptos da “memória subterrânea”.

Outro fato ocorrido recentemente, também pode ser classificado como mais um episódio dessa disputa de memória atual pela ditadura. Trata-se da orientação feita pelo presidente Bolsonaro, de que os quartéis comemorassem a “revolução de 1964”, em 31 de março. Essa determinação, repercutiu nos principais jornais do Brasil, intensificando o debate na sociedade sobre o assunto, conforme podemos observar em matéria publicada pelo *Estadão*, em 20 de março de 2019.

O advogado Carlos Alexandre Klomfahs requereu à Justiça, com ação popular, que a Presidência da República se abstenha de comemorar o 31 de março de 1964. O presidente Jair Bolsonaro orientou os quartéis a celebrarem a ‘data histórica’, quando um golpe militar derrubou o governo João Goulart e iniciou um regime ditatorial que durou 21 anos.

Na ação, o advogado afirma que a orientação de Bolsonaro ‘não é o interesse público e sim o jogo da classe dominante’.

(...) O porta-voz da Presidência da República, general Otávio Santana do Rêgo Barros, informou que (...) ‘o presidente não considera 31 de março de 1964 um golpe militar’³¹⁸

A matéria do *Estadão*, nos possibilita um entendimento muito claro de que a disputa de memória pela ditadura civil-militar se constitui num projeto político para se pensar o modelo de sociedade a ser construído em nosso presente. Sendo assim, nunca é demais ressaltar as palavras de Le Goff sobre o devir da memória:

³¹⁷ *Correio Braziliense*. Repercussão: após manifestação pró-regime militar, Bolsonaro sofre críticas. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/04/19/interna_politica.846293/repercussao-apos-manifestacao-pro-regime-militar-bolsonaro-sofre-cri.shtml>, acesso em 03.09.2020.

³¹⁸ AFFONSO, Julia. *Ação Popular quer barrar comemoração de 31 de março de Bolsonaro*. *Estadão*, 26 de março de 2019. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/acao-popularquer-barrar-comemoracao-do-31-marco-de-bolsonaro?utm_source=estadao:whatsapp&utm_medium=link>. acesso em 31.08.2020.

Com relação ao conceito de Memória, este é crucial para o desenvolvimento da própria História, sem ela não haveria estudo e nem conhecimento, é preciso, pois, uma postura dos historiadores para lidarem com esses conceitos: A memória na qual cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e ao futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens.³¹⁹

Considerando o que disse Le Goff, compreendemos que as reflexões indicadas nesta dissertação, no que diz respeito ao tratamento da corrupção durante a ditadura civil-militar e às disputas de memória constituídas a partir desse conceito, se constituem em uma contribuição, a partir do campo da História, para a “libertação e não para a servidão dos homens”.³²⁰

³¹⁹ LE GOFF. *História e...*, p.477.

³²⁰ LE GOFF. *História e...*, p. 477.

FONTES

Ato Institucional nº 1 – Planalto. Disponível em: <<www.planalto.gov.br/AIT/ait-01-64>>. Acesso em 03.01.2019.

Pronunciamento de Altivo Mendes Linhares no Senado Federal, em 15/09//1954. Disponível em: <<https://www.25.senado.leg.br/web.atividade/pronunciamento/331006>>. Acesso em: 22.04.

Acervo pessoal

Carta escrita por Altivo Mendes Linhares em 30 de dezembro de 1968, Miracema, p. 2

Arquivo Nacional

CGI, PROC. 36/69 – RJ. In: Fundo comissão geral de investigação – CGI. Arquivo Nacional de Brasília. Disponível em: <<http://dibrarq.arquivonacional.gov.br/index.php/comissao-geral-investigacoes>>. Acesso em 08.04.2019.

Periódicos

AMADO, Guilherme. Comissão de investigação arquivou denúncias contra amigos do regime, mas devassou contas de opositores. O Globo, 16.03.2014. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/comissao/-de-investigacao-arquivou-denuncias-contramigos-do-regime-mas-devassou-contas-de-opositores-11891656?utm_source=Whatsapp&utm_medium=Social&utm_campaign=compartilhar>. Acesso em 15.01.19.

_____. CGI, um dos instrumentos da utopia autoritária dos militares. O Globo, 16/03/2014. Disponível em: <http://oglobo.com/brasil/cgi-um-dos-instrumentos-da-utopia-autoritaria-dos-militares-11891680?utm_source=Whatsap&utm_medium=Social&utm_campaign=compartilhar>. Acesso em: 15.01.19.

REVISTA FÓRUM. Sociedade Civil: 50 anos na luta contra a ditadura. Disponível em: <[https://www.revistaforum.com.br/sociedade-civil-há-50-anos-na-lutacontra-ditadura/amp/](https://www.revistaforum.com.br/sociedade-civil-ha-50-anos-na-lutacontra-ditadura/amp/)>. acesso em 13.04.2019.

REVISTA DO CLUBE NAVAL – Edição Especial. *50 anos depois a nação reage*. ISSN 01020382, ANO 122, Nº 369, JAN/FEV/MAR, 2014.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Gelson Rozentino de. A ditadura, a Transição, a Verdade: dificuldades, limites, compromissos e deveres do historiador em seu ofício. *XV Encontro Nacional de História – Ofício do Historiador: Ensaio e Pesquisa*. Disponível em: <www.encontro2012.rj.ampuhorg>. Acesso em: 14.03.2019.

ARNS, Paulo Evaristo Cardeal. *Brasil: Nunca mais*. Petrópolis: Editora Vozes, 1983.

AVRITZER, Leonardo et. al. *Corrupção: ensaios e críticas*. Belo Horizonte, UFMG, 2008.

BADARÓ, Mattos. O governo João Goulart: novos rumos da produção historiográfica. *Revista Brasileira de História*, vol. 28, núm. 55, janeiro-junho, 2008, p. 245-263.

BARROS, José D'Assunção. História política, discurso e imagem – interconexões possíveis. *Tempo Acadêmico*, nº 4, 2006.

_____. *O campo da História – Especialidade e abordagens*, Petrópolis: Vozes, 2004.

BARRUCHO, Luis. 50 anos do AI-5. Os números por trás do “milagre econômico” da ditadura no Brasil. Disponível em: <<http://www.terra.com.br/amp/noticias/brasil/50-anos-do-milagre-economico-da-ditadura-no-brasil,70d&aed3106d1388cdd21f14ct2xax.html>>. Acesso em 20.05.2020.

BAUER, Caroline Silveira & GERTZ, René E. Arquivos de regimes repressivos. Fontes sensíveis da história recente. In: PINSKY, Carla Bassanezi & Lucia, Tania Regina de (Orgs). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009, p.173-193.

BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. *A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1964)*, São Paulo: Paz e Terra, 1981.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *A Ditadura das Empreiteiras: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro (1964-1985)*. Universidade Federal Fluminense. Faculdade de História, Programa de Pós-Graduação em História, Doutorado, 2012.

_____. *Estranhas Catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1985*. Rio de Janeiro: Eduff, 2017.

CANCIAN, Renato. *Intelectuais (2) – Pensadores e classes sociais*. In.: UOL. Educação Especial para a página 3. *Pedagogia & Comunicação*, setembro de 2007. Disponível em: <<https://educacional.com.br/sociologia>>. Acesso em: 21.01.2019.

CARVALHO, Eder. Aparecido de. PSD, UDN e PTB. Os três grandes partidos da Terceira República. *CSOnline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais*. Ano I, Edição 01, FEV. 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/csonline/article/view/17036>. Acesso em:

D'ARAÚJO, Maria Celina. *O AI-5*. Fatos e Imagens: artigos ilustrados de fatos e conjunturas do Brasil. FGV CPDOC. Disponível em: <<https://cpoc.fgv.br>>FatosImagens, Acesso em: 22.09.2018

_____. *Sindicatos, carisma e poder: o PTB de 1945-1965*. Rio de Janeiro, FGV, 1996.

_____.; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. *Visões do Golpe*. A memória militar sobre 1964. Rio de Janeiro: Relumê-Dumará, 1994.

DREIFUS, René Armand. *A conquista do Estado*. Ação política, poder e golpe, 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

EDITORIAL J. *Aniversário da redemocratização gera debate sobre datas*. Disponível em: www.editorialj.eusoufamecos.net>reflita. Acesso em: 20.05.2020.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (ORG). *O Brasil Republicano*. V.3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *Getúlio Vargas – uma memória em disputa*. Rio de Janeiro. CPDOC, 2006. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br>>dspace>handle 16f. Acesso em 10.04.2020.

_____. (ORG.) *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1ª Edição, 2006

FICO, Carlos. *Além do golpe: a tomada de poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

_____. *Como eles agiam*. Os subterrâneos da ditadura. São Paulo. Ed. Civilização Brasileira, 2007.

_____. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. *Revista Tempo e Argumento*. Florianópolis, v.9, n. 20.

_____. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*. V.24, n° 47, p. 29-60, São Paulo, 2004.

FIGUEIREDO, Argelina C. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

FOUCAULT, Michel. O Panoptismo. In.: *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Trad. Raquel Ramalhe. 39 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

FONTES, Virgínia. Nas lutas. In: MELO, Demian Bezerra (org.). *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

GASPARI, Elio. *A ditadura Escancarada*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2002.

_____. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GODILHO, Maria Celina Monteiro. *Cassação de mandatos, suspensão de direito político e inelegibilidade: relações entre direito e política no regime militar brasileiro (1968-1970)*. Universidade de Brasília. Faculdade de Direito, Programa de Pós-Graduação em Direito (Dissertação de Mestrado), 2015.

GLOBO NEWS – G 1. “Projeto Polêmico, Transamazônica faz 40 anos sem nunca ter sido concluída. Disponível em: <<https://g1.globo.com/brasil/noticia/2014/02/projeto-polêmico-transamazônica-faz-40-anos-sem-nunca-ter-sido-concluída.html>>. Acesso em 20.04.2020.

GOMES, Angela de Castro & FERREIRA, Jorge. Brasil, 1945-1964, uma democracia representativa em consolidação. *Revista Estudos del ISHiR – Unidad Ejecutora en Red ISHiR – CONICET Argentina*, año 8, n. 20, 2016.

_____. *Jango: múltiplas faces*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007.

GUILHERME, Cassio Augusto S. Almeida. 1964: golpe ou revolução? A disputa pela memória nas páginas do jornal O Estado de São Paulo. *Cadernos de História*, Belo Horizonte, v. 18, n. 29, 2017, 29 p.

GUIMARÃES, Helio. Diplomata foi morto pela ditadura antes de denunciar corrupção no regime, conforme nova certidão. Disponível em: <https://epoca.globo.com/brasil/noticia/2014/06/diplomata-foi-morto-pela-ditadura-antes-de-denunciar-corrupcao-no-regime-confirma-nova-certidao-23089585?versao=amp>. Acesso em 05.06.2020.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HIPPOLITO, Lucia. *De raposas e reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

HEYMANN, Luciana. “*O devoir da memoire*” na França contemporânea: entre a memória, história, legislação e direitos. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006.

IANNI, Otávio. *O colapso do populismo no Brasil*. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

KRÜGER, Paulo Roberto. *Combatendo a ‘corrupção’ em Cascável: análise de processos da Comissão Geral de Investigação em 1969 e 1970*”. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Faculdade de História. Programa de Pós-Graduação em História (Dissertação de Mestrado), 2015.

LE GOFF, Jacque. *História e Memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.

LENIN, V.1 “Escritos”. In.: *As classes sociais no capitalismo*, ILAESE – Instituto Latino-Americano de Estudos Socioeconômicos. São Paulo, Sudermann, 2005.

LEWANDOWSKI, Enrique Ricardo. As salvaguardas do Estado no Brasil. *Revista da Faculdade de Direito*. São Paulo, v. 79, p. 140-160, jan. 1984.

LIMA, Natasha Correa. Ernesto Geisel, “o pai da distensão lenta, gradual e segura” da ditadura militar. Disponível em: <<<https://acervooglobo.globo.com/emdestaqueernestogeisel-pai-da-distencao-lenta-gradual-segura-da-ditadura-militar-20071730>>>. Acesso em: 08.09.2016.

LOWENTAL, David. Como conhecemos o passado. *Revista Projeto de História*, SP, n. 17, 1998. Disponível em: <https://revistas-pucsp.br/index.php/revph/article/view/11110/8154> Acesso em: 10/07/2020

LUCA, T. R. Fontes impressas. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2008.

MARTINS FILHO, João Roberto. A Guerra da Memória: a ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares. *Varia História*, nº 28, p. 178-201, 2002.

_____. *Movimento estudantil e ditadura militar: 1964-1968*. Campinas: Papirus, 1987.

MARX, ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista, 1848*. Porto Alegre: L&P. 2009.

MATTOS, Marco A. V. L. de; SWENSSON JR, Walter C. *Contra os inimigos da ordem: a repressão política do regime militar brasileiro (1964-1985)*. Rio de Janeiro: DP&, 2003.

MELO, Demian Bezerra de. Ditadura “civil-militar”? Controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 os desafios do tempo presente. *Espaço Plural*, Ano XIII, Nº 27, 2º Semestre, 2012.

MENEZES, Hélcio Granato. Blog Miracema RJ. Disponível em: <<http://miracema.estado.rj.blogspot.com/2009/03/cema-de-mirapesquisa-seguir-baseia-se.html>>. Acesso em: 31.03.2009.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro, Zahar, 2014.

MUNTEAL, Oswaldo; VENTAPANE, Jacqueline; FREIXO, Adriano de (org.). *O Brasil de João Goulart: um projeto de nação*. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. PUC-Rio, 2006.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. PUC-SP. *Proj. História*, São Paulo (10), dez, 1993.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. *As Forças Armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1969P)*. Petrópolis: Vozes, 1976.

PANDOLFI, Dulce. Entrevista para o jornal *Nativação* em 25/09/2017. Disponível em: <<http://jornalnativacaoenp.blogspot.com.br/>>. Acesso em 10.12.2019.

PEREIRA, Anthony. *Ditadura e Repressão: o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: *Revista Estudos Históricos*, v. 3, n.3, p. 3-15, 1989.

PONCHIROLI, Rafaela. O que é Comissão Nacional de Verdade? Disponível em: <<https://www.politize.com.br/comissao-nacional-da-verdade>>. Acesso em 20.05.2020.

RODRIGUES, Fernando da Silva & VASCONCELOS, Claudio Beserra. Os oficiais brasileiros da reserva e a defesa da memória institucional do 31 de março de 1964. *História Unisinos* 18 (3): 514-528, Setembro/Dezembro, 2014.

REIS FILHO, Daniel A.: Rodrigo P. Sá (orgs.). *A Ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

_____. *Ditadura e democracia no Brasil.: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

_____. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto. *O golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964-2004)*. São Paulo: Edusc, 2004.

_____. *Ditadura, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Zahar, 2000.

RIDENTI, Marcelo. Cultura e política: os anos 1960-1970 e sua herança. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX (Livro 4)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: UNESP, 1993.

_____. Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura: armadilha para pesquisadores. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru, SP: Edusc, 2004.

SERRA, José. *Cinquenta anos esta noite: o golpe, a ditadura e o exílio*. Rio de Janeiro: Record, 2014.

SILVA, Angela Moreira Domingues da. *Ditadura e Justiça Militar no Brasil: a atuação do Superior Tribunal Militar (1964-1980)*. Fundação Getúlio Vargas, 2011. (Tese de Doutorado).

SILVA, Helenice Rodrigues da. “Rememoração”/comemoração: as utilizações sociais da memória. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.22, n° 44, pp. 425-438, 2002.

SILVA, Márcia Pereira da & FRANCO, Gilmara Yoshihara. Imprensa e política no Brasil: considerações sobre o uso do jornal como fonte de pesquisa histórica. *Revista História em Reflexão*, Dourados, v. 4, n. 8, jul/dez 2010

SKIDMORE, Thomas. A lenta via brasileira para a democratização: 1974-1983. In: STEFAN, Alfred (org.). *Redemocratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SOARES, Gláucio Ary Dillon; D'ARAÚJO, Maria Celina. *21 anos de regime militar: balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1994.

SOUZA, Jessé. *A tolice da inteligência brasileira*. São Paulo: Le Ya, 2015.

STEPAN, Alfred. *The military in politics: changiny patterns in Brazil*. Priceton University Pess, 1971.

PINTO, Paulo. TERRA. Líderes de atos divergem sobre pedido de intervenção militar. 18/02/2015. Disponível em: www.terra.com.br. Acesso em 29.01.2019.

PINTO, Paulo. Líderes de atos divergem sobre pedido de intervenção militar. 18/02/2015. Disponível em: www.terra.com.br. Acesso em 29.01.2019.

TOLEDO, Caio Navarro de. *1964: O golpe contra as reformas e a democracia populista*. Revista de Sociologia e Política. Biblioteca Digital de Periódicos – UFPR, 2004. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/rsp/articule/view/39405/2422>>. Acesso em 15.07.2019.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: Golpismo e democracia. As falácias do revisionismo. In: *Crítica Marxista*, nº19. São Paulo: Boitempo, 2004, p. 27-48.

VILLA, Marco Antonio. *Jango: um perfil (1945-1964)*. São Paulo: Globo, 2004.